66

Teresa Pires do Rio Caldeira

CIDADE DE MUROS

Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo

Tradução
Frank de Oliveira e Henrique Monteiro

Parte III

SEGREGAÇÃO URBANA, ENCLAVES FORTIFICADOS E ESPAÇO PÚBLICO

edusp

editora 34

6. SÃO PAULO: TRÊS PADRÕES DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL

A segregação — tanto social quanto espacial — é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. Ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os "marginalizados" e os sem-teto.

Meu interesse em descrever e analisar essas mudanças, especialmente as dos últimos 15 anos, é duplo. Primeiro, quero demonstrar a necessidade de refazer o mapa cognitivo da segregação social na cidade, atualizando as referências através das quais a vida cotidiana e as relações sociais são entendidas. A não ser que a oposição centro-periferia seja revista e a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano seja modificada, não será possível entender os presentes desafios da cidade. Segundo, quero mostrar que essas mudanças espaciais e seus instrumentos estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público. Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas. Com a construção de enclaves fortificados, o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos

na vida pública. As transformações na esfera pública de São Paulo são semelhantes a mudanças que estão ocorrendo em outras cidades ao redor do mundo e expressam, portanto, uma versão particular de um padrão mais difundido de segregação espacial e transformação na esfera pública.

O historiador da arte T. J. Clark analisa a organização da vida urbana e da interação de classes em Paris do final do século XIX e mostra como ela se expressa na pintura moderna. Escrevendo sobre o quadro *Place de la Concorde*, de Degas, e os personagens nele representados, T. J. Clark argumenta que

> a cena típica — isso a nova pintura certamente sugeriu — provavelmente era aquela em que as classes coexistiam mas não se tocavam; onde cada uma estava absorta num tipo de sonho, críptico, voltada para si mesma ou para algum espetáculo, deixando escapar sinais ambíguos (...) As classes existem, mas os espaços de Haussmann permitem que elas não sejam vistas. (...) A História existe, mas os espaços de Haussmann têm lugar para que ela seja escondida. (...) [A] desatenção [dos personagens de Degas] é *sustentada* pelos espaços vazios e pelo fluir das cenas. (Clark 1984: 73, 75, grifo no original)

Esse *insight* sobre a relação entre formas urbanas, interações de classes e expressão artística sugere maneiras de considerar os padrões de segregação espacial de São Paulo, especialmente as transformações recentes. Em sua análise das pinturas impressionistas de Paris, Clark identifica as principais características do novo tipo de espaço público (e sua representação) exemplificados no final do século XIX pela reconstrução de Paris promovida por Haussmann. Os novos bulevares incorporavam as condições para o anonimato e o individualismo, permitindo tanto a livre circulação quanto a desatenção às diferenças e ajudando, assim, a consolidar a imagem de um espaço público aberto e igualitário. Esses são exatamente os valores que estão em xeque atualmente em São Paulo e em muitas outras cidades onde o espaço público não mais se relaciona ao ideal moderno de universalidade. Em vez disso, ele promove a separação e a idéia de que os grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, isolados daqueles percebidos como diferentes. Conseqüentemente, o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação.

A seguir, delineio as características gerais dos três padrões de segregação da cidade usando indicadores geográficos, demográficos e socioeconômicos. No capítulo 7, analiso o aspecto mais revelador do novo modelo de segregação: a criação de espaços murados e privados pelas classes média e alta. No capítulo 8, discuto as transformações resultantes na vida pública e nas interações públicas e uso o caso de Los Angeles como comparação.

A Cidade Concentrada do Início da Industrialização

De 1890 até cerca de 1940, o espaço urbano e a vida social em São Paulo foram caracterizados por concentração e heterogeneidade.[1] Na última década do século XIX, a população de São Paulo cresceu 13,96% ao ano (ver a Tabela 6), mas a área urbanizada não se expandiu proporcionalmente. Por volta de 1914, a densidade populacional da cidade era de 110 hab/ha, comparada a 83 hab/ha em 1881 (F. Villaça citado por Rolnik 1997: 165). Com o advento da industrialização, a outrora sossegada cidade voltada aos serviços e negócios financeiros associados à exportação de café — a atividade econômica dominante no estado de São Paulo até a década de 1930 — foi transformada num espaço urbano caótico. Na virada do século, a construção era intensa: erguiam-se novas fábricas uma atrás da outra, e residências tinham que ser construídas rapidamente para abrigar as ondas de trabalhadores chegando a cada ano.[2] As funções não eram espacialmente separadas, as fábricas eram construídas perto das casas, e comércio e serviços intercalavam-se com residências.

Tabela 6
Evolução da população
Cidade de São Paulo e Região Metropolitana, 1872-1996

Ano	São Paulo	Taxa de crescimento anual (%)	Outros municípios da RM	Taxa de crescimento anual (%)	Região metropolitana Total	Taxa de crescimento anual (%)
1872	31.385					
1890	64.934	4,12				
1900	239.820	13,96				
1920	579.033	4,51				
1940	1.326.261	4,23	241.784		1.568.045	
1950	2.198.096	5,18	464.690	6,75	2.662.786	5,44
1960	3.781.446	5,58	957.960	7,50	4.739.406	5,93
1970	5.924.615	4,59	2.215.115	8,74	8.139.730	5,56
1980	8.493.217	3,67	4.095.508	6,34	12.588.725	4,46
1991	9.646.185	1,16	5.798.756	3,21	15.444.941	1,88
1996	9.839.436	0,40	6.743.798	3,07	16.583.234	1,43

Fonte: Para 1872-1991, IBGE, Censo Brasileiro; para 1996, IBGE, Contagem 1996.
Obs: A região metropolitana de São Paulo é formada pelo município (cidade) de São Paulo e outros 38 municípios adjacentes (OM).

[1] A análise histórica de São Paulo durante o período de 1890-1940 baseia-se nos seguintes estudos: Bonduki 1982 e 1983; Langenbuch 1971; Morse 1970; Rolnik 1983, 1994 e 1997. Ribeiro (1993) desenvolve uma análise semelhante para o caso do Rio de Janeiro.

[2] Os novos habitantes da cidade que chegavam para o trabalho em fábricas recém-construídas eram principalmente imigrantes europeus. Eles vieram para o Brasil incentivados por uma política destinada a importar trabalhadores brancos qualificados para substituir os ex-escravos negros e "branquear" a população brasileira. Em 1893, as pessoas nascidas no exterior representavam 55% da população da cidade, de acordo com o censo. Esse foi o pico da imigração estrangeira, que diminuiu depois de 1900, quando a taxa de crescimento da população começou a cair. Em 1920, os estrangeiros representavam 36% da população (Fausto 1984: 10).

Embora a elite e os trabalhadores vivessem relativamente próximos uns dos outros, havia uma tendência de a elite ocupar a parte mais alta da cidade — em direção ao espigão central onde se localizaria a Avenida Paulista — e os trabalhadores viverem nas áreas mais baixas, ladeando as margens dos rios Tamanduateí e Tietê e próximo ao sistema ferroviário. No começo do século, a segregação social se expressava também nas moradias: enquanto a elite (da indústria e da produção de café) e uma pequena classe média viviam em mansões ou casas próprias, mais de 80% das habitações de São Paulo eram alugadas (Bonduki 1983: 146). A propriedade de uma casa não era definitivamente uma opção para os trabalhadores, que em sua maioria viviam em cortiços ou casas de cômodos, todos superpovoados.[3] Essas construções precárias constituíam um bom investimento na época e proliferaram pela cidade. Não havia prédios de apartamentos para alugar na época. Uma minoria de trabalhadores, basicamente os especializados, alugavam casas só para suas famílias, em geral casas geminadas. Algumas fábricas construíam essas casas geminadas para seus trabalhadores especializados tanto como uma forma de atraí-los com a oferta de melhores moradias como para discipliná-los com a ameaça de despejo.

Numa cidade concentrada como era São Paulo, que havia crescido e mudado rapidamente, as preocupações com a discriminação, classificação e controle da população eram intensas no começo do século. Como também foi típico nas cidades européias no início da industrialização, essas preocupações eram freqüentemente expressas em termos de saúde e higiene, sempre associadas à moralidade. Questões sobre como abrigar os pobres e como organizar o espaço urbano numa sociedade que se industrializava estavam ligadas ao saneamento. Em conjunto, elas se tornaram o tema central das preocupações da elite e das políticas públicas durante as primeiras décadas do século XX.

A elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, idéias logo associadas ao crime. Em 1890, o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário, seguido pelo Código Sanitário de 1894. Logo em seguida, agentes do estado começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas: era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social.[4] Além de controlar os pobres, a elite começou a separar-se deles. Temendo epidemias — assim como temem o crime hoje — e identificando os pobres e suas condições de vida a doenças e epidemias, os membros das elites começaram a mudar-se das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas e com empreendimentos imobiliários exclusivos. Uma destas regiões era o novo bairro com o sugestivo nome de Higienópolis. Eles também se mudaram para duas outras áreas exclusivas: Campos Elísios e a Avenida Paulista. Ao mesmo tempo, representantes das elites na administração municipal e em instituições como a Federação das Indústrias estavam planejando organizar, limpar e abrir o centro da cidade como Haussmann fizera em Paris, e afastar os trabalhadores, instalando-os em casas unifamiliares que elevariam seus padrões morais. Identificaram a concentração de trabalhadores e as condições anti-higiênicas a eles associadas como um mal a ser eliminado da vida da cidade. Imaginaram a dispersão, o isolamento, a abertura e a limpeza como soluções para o meio urbano caótico e suas tensões sociais.

Durante as décadas de 20 e 30 — anos que podem ser considerados um período de transição entre diferentes padrões de organização das diferenças sociais na cidade e entre diferentes modos de intervenção das autoridades públicas — as preocupações com o saneamento e o controle social são evidentes em pelo menos quatro níveis políticos e institucionais: o governo municipal, a associação dos industriais, os movimentos sindicais e populares, e o governo federal.

No âmbito municipal, os prefeitos e seus secretários procuraram abrir avenidas, alargar ruas, embelezar e organizar o centro da cidade. No entanto, a cidade estava mal equipada para lidar com as transformações urbanas resultantes do imenso influxo de novos moradores da virada do século. As concepções sobre planejamento urbano e sobre o papel da intervenção estatal no espaço eram bastante precárias até a segunda década do século (Morse 1970: caps. 19 e 21; Leme 1991). A única legislação urbana anterior — o Código de Posturas de 1875, revisado e consolidado em 1886 — mostrava uma preocupação com saneamento, recursos naturais e ordenação do espaço público e do comportamento público. O código estabelecia a largura das ruas e avenidas, a altura dos prédios e o número de andares, a dimensão das portas e janelas, além de proibir a maioria dos tipos de uso privado das ruas, que deveriam ser mantidas abertas à circulação (ver Rolnik 1997: 32-5). As primeiras leis sobre construção e zoneamento foram editadas na metade da década de 1910, enquanto as peças mais importantes da intervenção e legislação urbana apareceram no final dos anos 20.[5]

---

[3] Em 1900, a média de pessoas por prédio em São Paulo era de 11,07 (Bonduki 1982: 85).

[4] Uma das principais revoltas populares na época não se originou no espaço de trabalho, mas seguiu-se à decisão do governo de vacinar a população contra a varíola e mandar agentes sanitários para as áreas pobres do Rio de Janeiro a fim de desinfetar suas casas e destruir aquelas supostamente infestadas. A Revolta da Vacina Obrigatória ocorreu em 1904, quando o prefeito Pereira Passos lançou um programa radical de reforma urbana do tipo haussmanniano, abrindo grandes avenidas no centro da cidade e destruindo muitas habitações de moradores pobres.

[5] A Lei Municipal 1.874, de 1915, criou a primeira divisão da cidade em quatro zonas (central, urbana, suburbana e rural) e exigiu que as plantas de construção fossem aprovadas pela administração municipal. O Ato 849, de 1916, regulamentou a construção. A Lei Municipal 2.611, de 1923, estabeleceu dimensões mínimas para um lote urbano (300 m²) e regras para a pavimentação das ruas. Ela também estabeleceu que, para empreendimentos maiores que 40 mil m², o incorporador deveria doar espaços para ruas e áreas verdes. Ao que parece, essa lei foi influenciada pela City of São Paulo Improvements and Free Hold Land Co., Ltd., a companhia que estava lançando novos empreendimentos imobiliários inspirados nas cidades-jardins inglesas desde 1912. Esses empreendimentos originaram os bairros chamados "Jardins", que têm alojado as classes média e alta desde os anos 20 (São Paulo, Sempla 1995: 15). Em 1929, a cidade aprovou seu primeiro Código de Obras (Lei Municipal 3.427, Código Arthur Saboya), que sistematizou a maior parte da legislação anterior e estabeleceu um mínimo de três andares por prédio na área central, dessa forma encorajando a construção vertical. Esse código foi reconsolidado em 1934. Ver Morse (1970: 366-7) para uma crítica desse plano.

O principal efeito dessa legislação urbana inicial foi estabelecer a disjunção entre um território central para a elite (o perímetro urbano), regido por leis especiais que eram sempre cumpridas, e as regiões suburbanas e rurais habitadas pelos pobres e relativamente não legisladas, onde as leis eram cumpridas com menos rigor. O mecanismo que produziu essa disjunção é equivalente àquele que descrevi no capítulo 4 em relação à polícia: ambivalência legal. Esse mecanismo é constitutivo da ocupação da terra brasileira e da legislação desde o início da colonização (Holston 1991b). Como as fronteiras do legal e do ilegal são mal definidas, o executivo tem a autoridade de fato para dar a palavra final em disputas de terra e determinar a legalidade caso a caso. As leis urbanas de 1910 estabeleceram uma divisão da cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. A maioria das leis criadas na época aplicava-se apenas às zonas central e urbana, deixando as outras regiões (para onde os pobres estavam se mudando) não regulamentadas. Quando estendia-se a legislação a essas zonas, como as exigências de registro de empreendimentos e regras para abrir ruas, logo formulavam-se exceções. As exigências de que novas ruas tivessem infra-estrutura e dimensões mínimas, por exemplo, puderam ser legalmente ignoradas depois de 1923, quando uma nova lei ofereceu a possibilidade de criação de "ruas particulares" nas regiões suburbanas e rurais. Os preceitos legais para o perímetro urbano não se aplicavam a essas "ruas particulares". Mas provavelmente o melhor exemplo desse mecanismo refere-se à instalação de infra-estrutura urbana pela cidade, que desde o início do século dependia do status legal da rua. Muitas das novas ruas, especialmente nas zonas suburbana e rural, eram por princípio ou irregulares ou ilegais, e assim sendo careciam de infra-estrutura urbana. E embora elas tenham sido progressivamente assimiladas à legalidade urbana por meio de várias anistias (1936, 1950, 1962 e 1968), os decretos eram suficientemente ambíguos para deixar ao executivo a determinação de quais ruas preenchiam os critérios para a legalização, e por conseguinte para a melhoria urbana, e quais não preenchiam.[6]

O mais famoso empreendimento urbanístico do governo municipal no começo do século levou a uma transformação do padrão de segregação e representou uma mudança na concepção da intervenção do Estado no planejamento urbano. Foi o Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia durante a administração de José Pires do Rio, o último prefeito da República Velha.[7] O plano propunha mudar o sistema de circulação da cidade abrindo uma série de avenidas partindo do centro até os subúrbios. Ele exigiu uma considerável demolição e remodelação da região central, cuja zona comercial foi reformada e aumentada, estimulando a especulação imobiliária. Conseqüentemente, os trabalhadores que não podiam pagar os elevados aluguéis acabaram expulsos do centro. O Plano de Avenidas também optou por investir nas ruas em vez de expandir o serviço de bondes. Uma das principais causas da concentração da cidade era que o transporte coletivo baseava-se no sistema de bondes, que requeria instalações caras e, portanto, expandia-se lentamente. Porque esse sistema cobria apenas uma pequena área da cidade, era difícil desalojar os moradores pobres do centro da cidade, onde trabalhavam. O lançamento de um sistema de ônibus, associado à progressiva abertura de novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia.

A segunda fonte de influência nas transformações urbanas veio do grupo de industriais congregados na Federação das Indústrias e liderados por Roberto Simonsen. Eles estavam interessados em estudar os padrões de consumo e moradia das classes trabalhadoras a fim de reformá-los. Promoveram a criação de uma série de instituições que se especializaram no estudo e documentação das condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente a habitação popular, considerada "o magno problema social" (Bonduki 1983: 147). Convencidos de que os empregadores não podiam arcar com a responsabilidade de resolver esse problema, os industriais eram favoráveis à aquisição da casa própria pelos trabalhadores, o que poderia reduzir suas despesas com moradia e aumentar suas possibilidades de consumo. Obviamente, também estavam interessados em organizar o espaço da cidade para a expansão industrial.

A terceira fonte era o movimento sindical, que se tornou bastante forte sob a influência anarquista. Ele promoveu uma série de greves importantes em São Paulo durante a década de 10 (Fausto 1977) e na década de 20 uniu-se a outros movimentos de oposição que levaram à derrota da República Velha. A habitação era um tema central nos movimentos de trabalhadores, expresso principalmente em discussões sobre o aluguel e seu controle. Desde a década de 10, os sindicatos anarquistas propuseram a formação de "ligas de inquilinos" para boicotar o pagamento de aluguéis. Apesar dessa mobilização, e a despeito da sua contribuição para a mudança do regime político, a "questão da moradia" acabou sendo tratada individualmente por cada trabalhador, e não coletivamente.

Finalmente, a quarta influência na transformação urbana foi o governo federal, especialmente depois da Revolução de 1930. O recém-criado Ministério do Trabalho defendeu a criação de oportunidades para as classes urbanas adquirirem a casa própria. Assim como os industriais, os representantes do Ministério do Trabalho estavam interessados em cortar despesas com aluguel e disseminar o valor da casa própria, que consideravam uma das bases da estabilidade social. O governo federal tomou várias iniciativas para propagar a casa própria, nem todas igualmente bem-sucedidas.[8] O fator que teria o maior impacto na cidade e nos arranjos

---

[6] Ver Holston (1991b) para uma análise da relação entre as práticas ilegais e a ocupação da terra no Brasil e especialmente na periferia de São Paulo. Ver Rolnik (1997) para uma análise da legislação urbana e da mesma dinâmica legal/ilegal entre 1886 e 1936.

[7] Embora decisões importantes baseadas no plano tenham começado a ser tomadas no final da década de 20, as principais obras foram executadas depois de 1938, durante a administração de Prestes Maia.

[8] Em 1937, o governo federal criou os Institutos de Previdência, e em 1946, a Fundação da Casa Popular, para construir casas de baixo custo para trabalhadores. Mas elas nunca cumpriram seu mandato: as poucas casas construídas foram distribuídas de acordo com critérios clientelísticos. Vargas também renovou as Caixas Econômicas, que começaram a financiar casas para a classe média.

habitacionais das camadas trabalhadoras ocorreu em 1942, no contexto de uma crise de habitação marcada por aluguéis altos provocados pela crise econômica associada à Segunda Guerra Mundial e pela reforma das regiões centrais em várias cidades brasileiras. Esse fator foi a Lei do Inquilinato, que congelou todos os aluguéis residenciais nos valores de dezembro de 1941. Essa medida deveria durar dois anos, mas foi sucessivamente renovada até 1964, com apenas alguns pequenos aumentos em resposta à inflação. Em São Paulo, a conseqüência imediata foi uma diminuição do mercado de aluguéis, já que deixou-se de construir unidades de aluguel. Isso acelerou a partida de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos baratos (e irregulares) para construir suas casas.[9]

A interseção dessas várias iniciativas e políticas, associada ao pronunciado aumento populacional causado por migrações internas desde o começo dos anos 30, levou a um novo padrão de segregação urbana, que iria caracterizar São Paulo nos 50 anos seguintes.[10] No novo arranjo, pobres e ricos viveriam separados: distância, crescimento econômico e repressão política permitiriam uma peculiar desatenção de um em relação ao outro.

Centro-Periferia: a Cidade Dispersa

O novo padrão de urbanização é comumente chamado centro-periferia e tem dominado o desenvolvimento de São Paulo desde os anos 40. Esse padrão tem quatro características principais: 1) é disperso em vez de concentrado — a densidade populacional caiu de 110 hab/ha em 1914 para 53 hab/ha em 1963 (F. Villaça citado por Rolnik 1997: 165); 2) as classes sociais vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal; 3) a aquisição da casa própria torna-se a regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres; 4) o sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta.[11] Esse padrão de urbanização consolidou-se ao mesmo tempo em que a cidade tornou-se o centro industrial do país, com a expansão de indústrias pesadas em substituição às manufaturas têxteis e de alimentos (uma mudança associada à implantação da produção de automóveis), e quando a cidade recebeu um grande fluxo de migrantes do Nordeste do Brasil.[12] Durante esse período, a expansão urbana e a dinâmica industrial ultrapassaram os limites do município de São Paulo, provocando rápidas transformações nos municípios circundantes, oficialmente integrantes da região metropolitana de São Paulo.

Ônibus, Ilegalidade e Autoconstrução: a Expansão da Periferia

O lançamento do sistema de transporte público baseado em ônibus foi fundamental para o desenvolvimento do novo padrão de urbanização. Embora o preço da terra na periferia fosse relativamente baixo e houvesse loteamentos à venda desde da década de 10,[13] eles permaneceram desocupados principalmente devido à falta de transporte. Até o final dos anos 30, os únicos loteamentos ocupados fora da centro eram aqueles próximos às estações ferroviárias. No entanto, eles eram poucos e sua possibilidade de expansão, limitada, pois as pessoas precisavam andar até a estação.[14] No final dos anos 30, a abertura de novas avenidas tornou possível a difusão do uso dos ônibus. Os primeiros começaram a rodar em 1924 e no final da década já desafiavam o monopólio do sistema de bondes pertencente à São Paulo Tramway Light & Power Co., popularmente conhecida como Light.[15] Precisando de menos infra-estrutura e sendo portanto mais flexíveis, os ônibus passaram a circular por ruas não asfaltadas de bairros distantes do centro da cidade. Enquanto em 1948 os deslocamentos por bonde respondiam por 52,2% do total de viagens em transporte público, em 1966 eles haviam caído para 2,4% do total. Ao mesmo tempo, os deslocamentos em ônibus subiram de 43,6% em 1948 para 91,2% em 1966 (Velze, R., citado por Kowarick e Bonduki 1994: 153). Os bondes encerraram suas operações em 1968.

O principal agente da expansão dos serviços de ônibus não foi o governo, mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliá-

---

[9] Para uma análise das várias dimensões da Lei do Inquilinato, ver Bonduki (1983 e 1994). Para uma análise da política trabalhista de Vargas, ver Santos (1979).

[10] Desde 1934 várias restrições foram impostas à imigração estrangeira. No mesmo período, secas no Nordeste fizeram com que muitos se deslocassem para São Paulo. Durante o período de 1935-1939, 96% das 285 mil pessoas que migraram para o estado de São Paulo eram brasileiros (Morse 1970: 302).

[11] A análise que se segue é baseada em: Brant *et al.* (1989), Bonduki (1983), Caldeira (1984), Camargo *et al.* (1976) e Langenbuch (1971).

[12] O crescimento da população é mostrado na Tabela 6. Entre 1950 e 1960, mais de 1 milhão de pessoas se estabeleceram na região metropolitana. Entre 1960 e 1970 e entre 1970 e 1980, o número de migrantes ultrapassou 2 milhões por período (Perillo 1993: 2).

[13] Cf. Langenbuch 1971. Especuladores imobiliários compraram a maioria dos lotes vendidos antes dos anos 30, os quais permaneceram desocupados. Para uma história de um bairro de periferia criado na década de 20, mas ocupado apenas nos anos 60, ver Caldeira 1984.

[14] Em 1948, apenas 4,2% dos deslocamentos urbanos em transporte coletivo entre a casa e o trabalho eram feitos por trem; durante os anos 50 e 60, a porcentagem dos deslocamentos por trem nunca ultrapassou 6,6% do total (Velze, R., citado por Kowarick e Bonduki 1994: 153).

[15] Esse monopólio foi quebrado no final dos anos 20, quando a cidade decidiu não renovar o contrato com a Light e negar-lhe o monopólio do sistema de ônibus. Ao mesmo tempo, o governo municipal decidiu começar a construir a Avenida 9 de Julho, a primeira das novas avenidas radiais.

rios.[16] Como conseqüência, o sistema era irregular e aleatório, projetado para servir sobretudo aos interesses imobiliários. Ele tornou possível vender lotes localizados "no meio do mato" e ajudou a criar um tipo peculiar de espaço urbano no qual áreas ocupadas e vazias intercalavam-se aleatoriamente por vastas áreas. Não havia nenhum planejamento prévio e as regiões ocupadas eram aquelas nas quais os especuladores tinham decidido investir. Sua estratégia era deixar áreas vazias no meio das ocupadas para que fossem colocadas no mercado mais tarde por preços mais altos.

A urbanização da periferia foi deixada principalmente para a iniciativa privada, com pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais até a década de 70. A despeito dos discursos da elite e do governo em favor tanto da difusão da casa própria para os pobres quanto de um planejamento racional para a expansão da cidade, o processo de abertura e venda de lotes na periferia que expandiu a cidade drasticamente a partir dos anos 40 foi caótico. A própria legislação garantia a excepcionalidade da periferia: enquanto regulava cuidadosamente o que definia como perímetro urbano, deixava as zonas suburbana e rural quase sem regulamentação e portanto abertas às mais diversas formas de exploração. Os especuladores imobiliários desenvolveram várias práticas ilegais ou irregulares para maximizar seus lucros: da grilagem e fraude ao não suprimento de serviços urbanos básicos e desrespeito das dimensões mínimas do lote exigidas por lei. O resultado dessas práticas é que a maioria dos trabalhadores que compraram terrenos na periferia para construir suas casas descobriu com o tempo que suas propriedades estavam prejudicadas por alguma forma de ilegalidade e seus títulos não podiam ser registrados. Ou eles haviam comprado um terreno grilado, ou não conseguiam regularizá-lo porque suas dimensões estavam abaixo dos limites exigidos por lei, ou porque localizava-se em loteamentos sem a infra-estrutura exigida pelos códigos municipais. Além disso, os trabalhadores normalmente construíam suas casas sem aprovar a planta na prefeitura, já que geralmente não podiam arcar com o custo que isso envolvia. Assim, mesmo quando os lotes eram legais, freqüentemente a construção não era.[17]

A Secretaria de Planejamento de São Paulo estimou no início dos anos 90 que 65% de toda a população da cidade mora em residências afetadas por pelo menos uma das várias formas de ilegalidade (Rolnik *et al.* s.d.: 95). Todavia, os trabalhadores sempre entenderam que é exatamente a condição de ilegalidade dos lotes e da construção, e o caráter legal precário da periferia como um todo, que permite que eles se tornem proprietários e resolvam seus problemas de moradia

[16] Em 1948, os ônibus públicos respondiam por 31% dos deslocamentos entre a casa e o trabalho, e os ônibus particulares, por 12,6%. Em 1966, no entanto, a situação havia se invertido: os ônibus particulares faziam 75,7% dos deslocamentos e os ônibus públicos, apenas 15,5% (Velze, R., citado por Kowarick e Bonduki 1994: 153).

[17] Todas essas formas de ilegalidade ou irregularidade afetam as pessoas que compram seus lotes de boa-fé e pagam por eles. Eles constituem um caso diferente do das favelas, que são formadas pela invasão de terras e onde as pessoas normalmente não compram os lotes (embora possam comprar seus barracos).

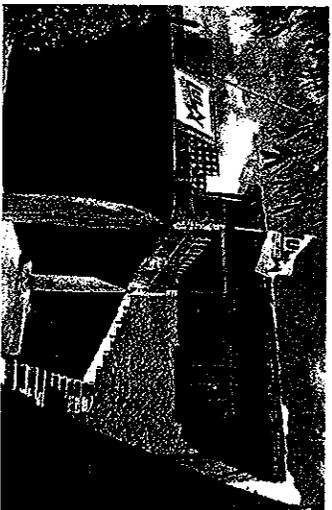
(ver Caldeira 1984: caps. 1-3; Holston 1991b). Os lotes na periferia eram acessíveis aos trabalhadores tanto em função de sua ilegalidade quanto porque estavam "no meio do mato": em bairros sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, telefone, escolas ou hospitais e ligados à cidade por um sistema deficiente de ônibus nos quais gastavam muitas horas por dia.[18] Tais infra-estruturas urbanas e serviços tenderam a ser instalados ou melhorados apenas durante períodos democráticos e sob a pressão política de movimentos de moradores da periferia. Nos anos 50, políticos populistas, em especial Jânio Quadros, estabeleceram uma política de trocar infra-estrutura urbana por votos, prática que acabou urbanizando o primeiro anel da periferia (incluindo a famosa Vila Maria), que por sua vez tornou-se sua principal base política. A mais importante mobilização dos moradores da periferia, no entanto, começou nos anos 70 e caracterizou-se pela organização dos movimentos sociais autônomos.

Os moradores da periferia também foram negligenciados pelo fato de que nunca puderam contar com nenhum tipo de financiamento para construir suas casas. Os poucos programas criados para eles ou tinham exigências que não podiam cumprir, ou foram rapidamente redirecionados para a classe média, como é o caso do Banco Nacional de Habitação (BNH). Portanto, os trabalhadores terminaram construindo suas casas através da autoconstrução, o processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa (ver as Fotos 1, 2 e 3). Esse processo mudou radicalmente o status residencial da maioria da população. A partir dos anos 40, a aquisição da casa própria em São Paulo expandiu-se consideravelmente, ao mesmo tempo que o aluguel diminuiu. Enquanto em 1920 apenas 19,1% dos domicílios eram propriedade dos moradores, em 1960 essa taxa subiu para 41%, e, em 1991, 63,2% já estavam nessa categoria.[19] Hoje, a proporção de habitações próprias nos bairros periféricos (68,51%) é maior do que a média da cidade (63,57%), confirmando a disseminação da autoconstrução como a principal alternativa habitacional das camadas trabalhadoras (ver Tabela 7).

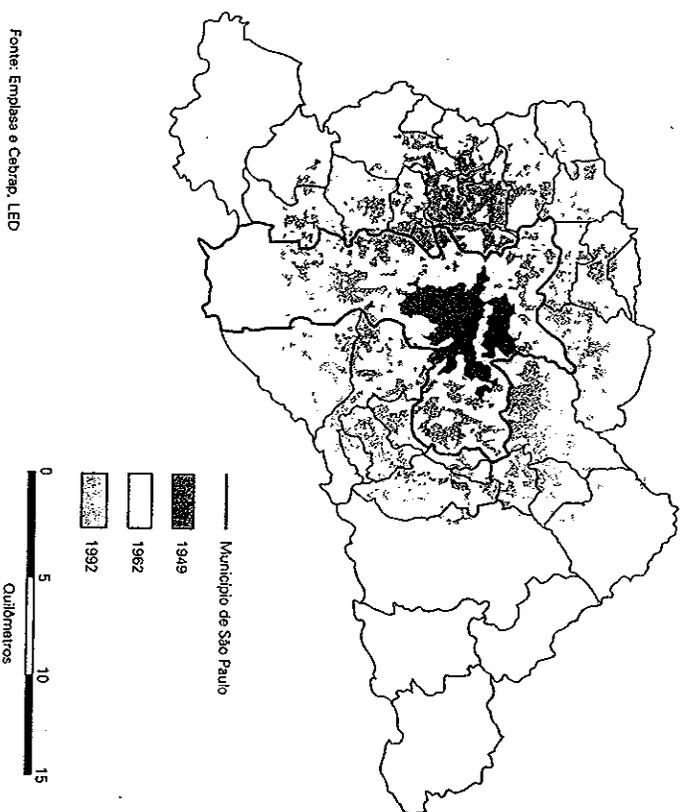
A expansão da área urbanizada da região metropolitana de São Paulo, resultante basicamente do deslocamento dos trabalhadores em direção à periferia e da instalação de indústrias em algumas dessas regiões, é expressa no Mapa 1.[20] Ele mostra que a maior expansão ocorreu durante os anos 50. Dos anos 40 até os anos

[18] Em 1977, na zona leste da cidade, onde se localiza o Jardim das Camélias, moradores que usavam ônibus para ir ao trabalho gastavam uma média de 13 horas fora de casa, indo ou vindo para o trabalho e trabalhando. Em 1987 a situação permanecia inalterada (Caldeira 1984: 62, Metrô 1989: 41).

[19] Para 1920, Bonduki (1982: 146); para 1960 e 1991, Censo Brasileiro.

[20] Agradeço ao Laboratório de Espacialização de Dados do Cebrap e especialmente a Ciro Biderman e Anderson Kazuo Nakano pela assistência na elaboração dos mapas usados neste capítulo.

Fotos 1, 2 e 3: Diferentes estágios de uma casa autoconstruída no Jardim das Camélias, 1980, 1989 e 1993.

80, o processo de expansão periférica afetou não só a cidade de São Paulo, mas também os 38 municípios circundantes que formaram uma conurbação para constituir sua região metropolitana. Vários desses municípios apresentam a mesma precariedade urbana e as mesmas altas taxas de crescimento populacional dos distritos da periferia da capital e funcionam como sua extensão. Alguns desses municípios também acomodaram muitas das novas indústrias instaladas na região nas décadas de 50 e 60. A principal área de desenvolvimento industrial foi a região sudeste da cidade — o ABCD.[21]

Mapa 1
Expansão da Área Urbana, Região Metropolitana de São Paulo, 1949-1992

21 Encontra-se no Apêndice um mapa da região metropolitana com os nomes de todos os municípios (Mapa 3).

À medida que a metrópole se expandiu as preocupações das autoridades públicas em regular o espaço construído, domar a expansão descontrolada e remediar os efeitos mais perversos também aumentaram. Os regulamentos e planos multiplicaram-se a partir dos anos 60. No entanto, como já havia acontecido antes, seus efeitos foram sentidos principalmente nas áreas centrais ocupadas pelas classes média e alta, enquanto as periferias permaneceram negligenciadas até os anos 70.

Alojando os Ricos e Melhorando o Centro

O padrão de habitação da classe média de São Paulo também mudou, especialmente depois do final dos anos 60. Seus membros também se tornaram proprietários, mas através de um processo completamente diferente. Ao contrário do que acontecia com as camadas trabalhadoras, as classes média e alta receberam financiamento e não tiveram de construir suas casas. Mudaram-se para prédios de apartamentos, o primeiro tipo de habitação a ser produzido por grandes empresas e cujo mercado se expandiu de forma significativa nos anos 70, transformando os bairros centrais. Além disso, os edifícios eram o principal tipo de construção para escritórios, não apenas no centro mas também em novas áreas comerciais nas regiões sul e oeste da cidade.

Uma análise da história da verticalização de São Paulo permite entender como as autoridades públicas, tanto locais quanto federais, tentaram regular a expansão urbana e estruturaram as áreas mais ricas da cidade. O zoneamento municipal e os regulamentos de construções determinaram onde os edifícios podiam ser construídos e que dimensões podiam ter, além de terem criado barreiras à construção de prédios de apartamentos para camadas de baixa renda. Políticas federais ditaram as condições de financiamento de apartamentos para a classe média e para a proliferação de grandes empreendimentos imobiliários que dominaram o mercado de residências coletivas a partir dos anos 70. Em conjunto, as políticas municipais e federais ajudaram a transformar os prédios de apartamentos no principal tipo de moradia das classes média e alta.

A construção de edifícios em São Paulo começou na primeira década do século XX e localizou-se no centro da cidade. Conforme demonstra Nádia Somekh Martins Ferreira, até 1940, 70% de todos os edifícios localizavam-se nos bairros centrais e 65% eram não-residenciais. Em 1940, apenas 4,6% da população de São Paulo vivia em apartamentos e apenas 2,1% dos domicílios estavam em prédios de apartamentos (Ferreira 1987: 75).[22] Durante a década de 40, a construção de edifícios continuou limitada à região central e a uns poucos bairros circundantes, mas a porcentagem de edifícios residenciais começou a aumentar. Naquela época já era possível vender separadamente unidades em prédios de apartamentos, mas a maioria dos edifícios residenciais era para aluguel.[23] De acordo com Carlos Lemos (1978: 54), quando iniciou-se a construção de prédios de apartamentos residenciais nos anos 40, eles eram estigmatizados e associados a cortiços, pobreza e falta de privacidade e liberdade. Os apartamentos eram, portanto, uma solução indesejada para a classe média. Isso é confirmado por uma pesquisa realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em dezembro de 1945 entre os moradores das classes média e alta da cidade de São Paulo, em que 90,8% dos entrevistados declararam preferir casas a apartamentos e 83,3% estavam de fato vivendo em casas.[24] Na época, a maioria dos entrevistados pagava aluguel: apenas 17,2% dos homens entrevistados possuíam residência própria; 53,2% tinham a intenção de comprar uma casa, mas apenas 1,6% tinha a intenção de comprar um apartamento.

Até o final da década de 50, a construção de edifícios não foi muito controlada pela administração municipal. De 1957 em diante, no entanto, leis municipais destinadas a controlar a expansão da cidade afetaram em particular a construção de edifícios. As leis tiveram dois efeitos principais: por um lado, fecharam o mercado imobiliário de prédios de apartamentos para a população de baixa renda; por outro, direcionaram os novos edifícios para fora do centro. Ambos os efeitos acompanharam o remodelamento da região central que expulsou os pobres para as novas periferias. Essas tendências têm persistido dos anos 50 até o presente.

Em 1957, a Lei Municipal 5.261 limitou pela primeira vez o coeficiente de aproveitamento do terreno: ele não poderia exceder a 6 vezes nos prédios comerciais e 4 vezes nos prédios residenciais (isto é, o total da área construída não podia ser maior do que 4 ou 6 vezes o tamanho do lote).[25] Além disso, essa lei determinou que a cota mínima de terreno por apartamento deveria ser de 35 m^2; isto é, a cada unidade deveria corresponder pelo menos 35 m^2 da área do terreno. Embora essa lei nunca tenha sido inteiramente cumprida — as incorporadoras sempre enviavam à prefeitura suas plantas de prédios residenciais como se fossem comerciais, conseguindo assim aumentar o coeficiente de aproveitamento —, ela acabou causando um aumento do tamanho dos apartamentos e forçando o deslocamento de novos edifícios residenciais para regiões fora do centro da cidade, onde os lotes eram mais baratos. Desde essa época, os apartamentos se tornaram uma forma de moradia quase exclusiva da classe média.

Se as leis municipais explicam porque a construção de apartamentos de baixa renda foi interrompida e porque os edifícios começaram a ser erguidos fora da

[22] A análise da construção vertical de São Paulo para o período de 1940-1979 é baseada em Ferreira (1987). A fonte de Ferreira é o registro de elevadores na cidade de São Paulo. Desde 1940, todos os elevadores devem ser registrados na prefeitura. Esses registros contêm o endereço de cada edifício e o ano em que eles foram colocados no mercado.

[23] O Decreto 5.481, de 25 de junho de 1928, regulamentou a venda de apartamentos individuais em prédios com mais de cinco andares (Ferreira 1987: 72). Nos EUA, a propriedade em condomínio foi regulamentada apenas em 1961 (McKenzie 1994: 94).

[24] As pesquisas originais do Ibope estão no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Os dados citados acima são do volume 2 das pesquisas de 1945. Os documentos não são numerados e são identificados apenas pela data.

[25] Esta lei foi inspirada por Anhaia Melo, prefeito e planejador de São Paulo, que era favorável ao controle da expansão vertical e da densidade populacional da cidade.

região central, elas não explicam porque alguns anos mais tarde a classe média estava se mudando para um tipo de residência que antes havia rejeitado fortemente. Este fenômeno pode ser melhor entendido considerando-se a próxima importante intervenção do Estado no mercado imobiliário de apartamentos, dessa vez em âmbito federal: a criação, em 1964, do BNH e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Este sistema, que começou a operar em larga escala em 1967, foi criado especificamente para promover a construção e financiamento da casa própria para famílias de renda baixa e muito baixa. No entanto, como é sabido, nos anos 70 o BNH tornou-se a principal fonte de financiamento para a classe média, e o que ele mais financiava eram apartamentos em prédios recém-construídos. Do total de recursos fornecidos pelo SFH entre 1965 e 1985, apenas 6,4% foi para famílias com renda menor do que 3,5 salários mínimos (Brant *et al.* 1989: 98).[26]

O SFH provocou uma forte transformação num mercado imobiliário que vinha sendo dominado por incorporadores relativamente pequenos e famílias que construíam suas próprias residências. Ele estimulou a criação de grandes empresas de incorporação imobiliária, que tomavam dinheiro emprestado do SFH para construir edifícios ou conjuntos habitacionais para serem vendidos com financiamento do BNH. Embora dados para São Paulo não estejam disponíveis, Ribeiro e Lago mostram que no Rio de Janeiro, do total de incorporadores imobiliários registrados na cidade no final dos anos 1980, 60% havia iniciado suas atividades durante a década de 70 (1995: 375). Esses incorporadores tinham muito mais capital do que os empreendedores anteriores e dominaram completamente o mercado imobiliário a partir dos anos 70, primeiro nas regiões centrais das áreas metropolitanas e mais recentemente também nas periferias. Esses incorporadores construíam sobretudo edifícios, mas também alguns condomínios fechados horizontais.

Especialmente durante a década de 70, os anos do "milagre econômico", o BNH (associado a grandes incorporadores) desempenhou um papel fundamental no mercado imobiliário. Em São Paulo, 80,8% dos prédios de apartamentos residenciais colocados no mercado entre 1977 e 1982 receberam financiamento do BNH (Salgado 1987: 58). A entrada do SFH no mercado imobiliário fez com que o número de prédios de apartamentos registrados por ano no município de São Paulo mais do que dobrasse.[27] Considerando-se que 63% das unidades financiadas pelo SFH entre 1970 e 1974 eram para o assim chamado mercado médio (isto é, para a classe média), 25% para o mercado econômico e apenas 12% para o mercado popular (Rolnik *et al.* s.d.: 111), não é difícil concluir que os prédios de apartamentos eram moradias de classe média. Em outras palavras, a classe média conseguia empréstimos baratos subsidiados pelo governo, e as camadas trabalhadoras, que não tinham recursos para comprar no mercado formal e que só raramente atingiam as exigências do BNH para um pedido de empréstimo, construíam casas por conta própria na periferia sem nenhuma ajuda financeira. Além disso, o financiamento maciço de prédios de apartamentos pelo SFH é provavelmente uma das principais razões pelas quais a classe média em São Paulo abandonou o sonho de morar em casas.

[26] Ver Sachs (1990) para uma análise das políticas de habitação durante a existência do BNH.

[27] O número de prédios de apartamentos registrado por ano no município de São Paulo pulou de uma média de 265 entre 1959 e 1969 para 580 entre 1970 e 1976 (Ferreira 1987: 25). Para análises do Rio de Janeiro que mostram um padrão semelhante, ver Ribeiro (1993) e Ribeiro e Lago (1995).

Como seria de esperar, durante a década de 70 a distribuição de apartamentos pela cidade expandiu-se consideravelmente, principalmente na parte sudoeste da cidade. O tipo de edifícios e sua distribuição espacial foram novamente influenciados por uma nova regulamentação municipal: o Código de Zoneamento de São Paulo, aprovado em 1972, que dividiu a cidade em oito zonas com diferentes coeficientes de aproveitamento e tipos de uso do solo (residência, comércio, indústria, serviços etc.). O maior coeficiente de aproveitamento na cidade foi fixado em 4 e aplicava-se a uma área correspondente a apenas 10% da região urbana total. A maior parte dos bairros de elite ficou em zonas classificadas como exclusivamente residenciais e com coeficientes de aproveitamento baixo. Uma vez que aprovar plantas fraudulentas ficou mais difícil depois que o BNH começou a financiar a construção (ele financiava apenas residências), o novo código causou um aumento nos preços dos terrenos e reforçou a tendência de deslocamento dos edifícios para longe das regiões centrais.

Prédios de apartamentos de classe média continuaram a ser construídos principalmente em direção ao sudoeste e cada vez mais longe do centro. Ao mesmo tempo, em meados dos anos 70 construíram-se os primeiros grandes condomínios fechados num padrão de quase-clubes, alguns deles fora da cidade. Esse tipo de empreendimento imobiliário foi estimulado pelo novo zoneamento, que permitia que os prédios excedessem os coeficientes de aproveitamento em algumas áreas se diminuíssem a taxa de ocupação e criassem áreas verdes e equipamentos para uso coletivo. A construção de edifícios comerciais e de escritórios durante os anos 70 seguiu a mesma tendência espacial. O centro de São Paulo não era mais o único núcleo comercial e de serviços. Os escritórios se espalharam pela Avenida Paulista, pelos Jardins e pela Avenida Faria Lima, todos na parte sudoeste da cidade. Edifícios comerciais e residenciais foram construídos um atrás do outro numa área cada vez maior.

Grandes Distâncias, Grandes Disparidades

Na década de 70, São Paulo tinha se tornado uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais não só estavam separadas por grandes distâncias, mas também tinham tipos de habitação e qualidade de vida urbana radicalmente diferentes. Desde o final dos anos 60, a cidade tem realizado estudos que indicam essas disparidades. Em 1968, o PUB (Plano Urbanístico Básico) mostrou que 52,4% dos domicílios não tinham ligação de água, 41,3% não estavam ligados à rede de esgotos e 15,9% não dispunham de coleta de lixo (citado por Camargo *et al.* 1976: 28).[28]

[28] O PUB foi a base para o primeiro plano urbanístico geral da cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado aprovado em 1971 (Lei Municipal 7.688).

Além disso, o plano indicou que 60% das ruas não eram asfaltadas e 76% não tinham iluminação pública (São Paulo, Sempla 1995: 19). A distribuição de infraestrutura e de serviços públicos era bastante desigual. Enquanto no centro 1,3% dos domicílios não tinha água encanada, 4,5% não estavam ligados à rede de esgoto, 1,7% não tinha asfalto e 0,8% não tinha coleta de lixo, num distrito novo na periferia leste, como Itaquera, em 89,3% dos domicílios não havia água encanada, 96,9% não dispunham de esgotos, 87,5% não tinham asfalto e 71,9% não dispunham de coleta de lixo.[29]

A expansão da periferia sob essas condições precárias criou sérios problemas de saneamento e saúde. As taxas de mortalidade e especialmente de mortalidade infantil, que haviam diminuído entre 1940 e 1960, aumentaram de 1960 até meados da década de 70. A expectativa de vida diminuiu de 62,3 anos no período de 1957-1967 para 60,8 anos no período de 1969-1971. Ao mesmo tempo, a mortalidade infantil aumentou de 62 (por mil nascidos vivos) para 80 em 1975. As taxas de mortalidade infantil eram muito mais altas na periferia do que nos distritos centrais. Em 1975, por exemplo, em São Miguel Paulista, na periferia leste, a taxa de mortalidade infantil era de 134, enquanto no Jardim Paulista era de 44,6 (São Paulo, Emplasa 1982: 419).

Em resumo, nos anos 70 os pobres viviam na periferia, em bairros precários e em casas autoconstruídas; as classes média e alta viviam em bairros bem-equipados e centrais, uma porção significativa delas em prédios de apartamentos (ver Fotos 4 e 5). O sonho da elite da República Velha fora realizado: a maioria era proprietária de casa própria e os pobres estavam fora do seu caminho. Esse padrão de segregação social dependia do sistema viário, automóveis e ônibus,[30] e sua consolidação ocorreu ao mesmo tempo que São Paulo e sua região metropolitana se tornaram o principal centro industrial do país e o seu mais importante pólo econômico. As novas indústrias (muitas delas metalúrgicas) localizavam-se na periferia da cidade e nos municípios circundantes. O comércio e os serviços, no entanto, permaneceram nas regiões centrais, não apenas no velho centro, mas também próximo às novas áreas de residência das classes média e alta em direção à zona sul da cidade.

Tanto o Censo de 1970 quanto o de 1980 demonstraram a extensão da divisão da cidade entre centro e periferia. Um estudo de 1977 produzido pela Seplan (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo), baseado nos dados do Censo de 1970, ilustrou a segregação. Ele fez uma análise discriminante por passos usando as seguintes variáveis para cada distrito da cidade: renda familiar, saneamento básico, densidade demográfica, crescimento populacional, uso residencial do

[29] Uma documentação detalhada das desigualdades sociais e espaciais na cidade e na região metropolitana em meados da década de 70 encontra-se em Camargo *et al.* (1976). Ver Caldeira (1984) para uma análise do processo de periferização e para um estudo de caso em São Miguel, na periferia leste, no final dos anos 70.

[30] São Paulo tinha 63 mil veículos motorizados circulando em 1950; em 1966 eles eram 415 mil, e em 1993 eram 4,1 milhões (Morse 1970: 373; São Paulo, Sempla 1995: 89).

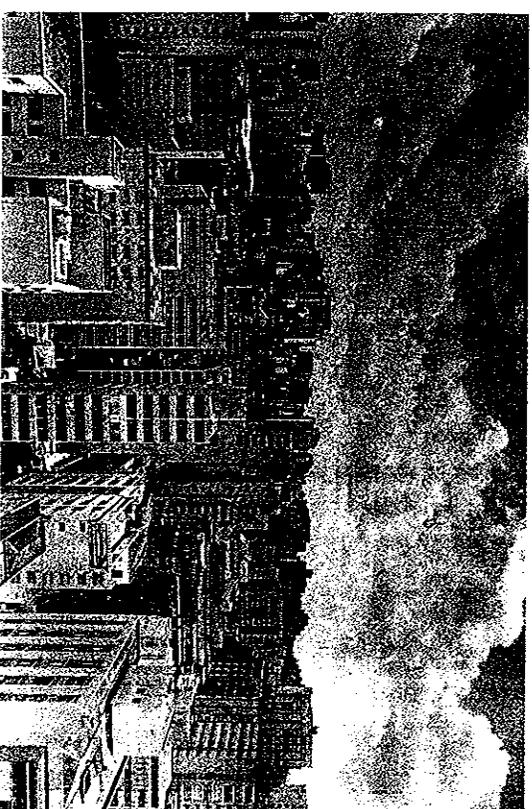



Foto 4: Consolação, um bairro central de São Paulo que combina edifícios comerciais e residenciais, 1980.

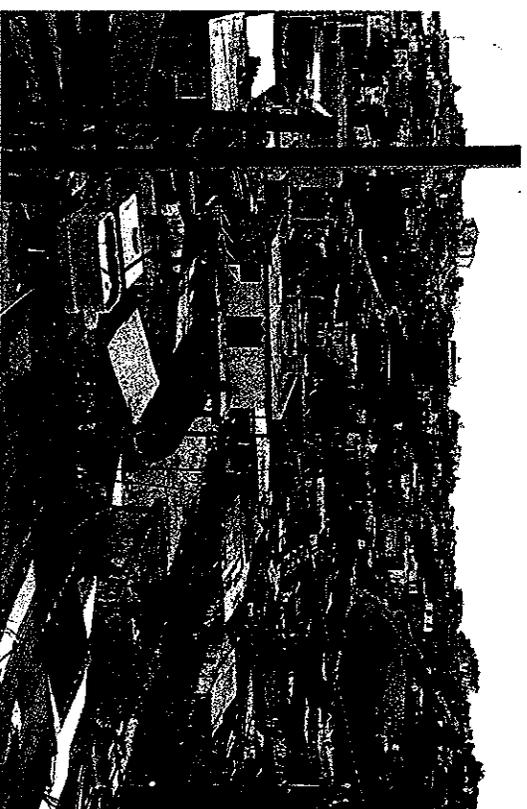



Foto 5: Jardim das Camélias, bairro da periferia leste da cidade de São Paulo, 1980.

solo urbano e mortalidade proporcional. Esse estudo mostrou que os distritos da cidade estavam distribuídos em oito regiões homogêneas, isto é, grupos de bairros com características sociais e urbanas similares. A região I era a central, a mais rica e bem-equipada; a região VIII era a mais pobre, com menos infra-estrutura urbana e a mais distante do centro (São Paulo, Seplan 1977); as outras ficavam em posições intermediárias, estando as mais ricas mais próximo do centro. Dados do Censo de 1980 confirmaram esse padrão. Na região I, que abrigava apenas 6,9% dos domicílios e 6,3% da população, 99,1% dos domicílios tinham ligação elétrica, 97,6% eram ligados à rede geral de esgotos e 73,2% dispunham de telefone. Na região VIII, que abrangia 22,0% dos domicílios e 24,1% da população, 98,8% dos domicílios tinham ligação elétrica, mas apenas 19,1% estavam ligados à rede de esgotos e apenas 4,9% dispunham de telefone. Em termos de renda familiar média, na região I, aqueles com renda de até cinco salários mínimos eram 18,4% do total; na região VIII, eram 64,6% do total (Caldeira 1984: 26-8).

Essa separação dos grupos sociais na cidade esteve associada a um período de relativa desatenção às diferenças de classes. Pelo menos três fatores contribuíram para essa desatenção e ajudaram a criar um silêncio e uma separação entre as classes, que muitos interpretaram como um sinal de paz social. Primeiro, a separação espacial das classes tornou seus encontros pouco freqüentes e restritos principalmente à circulação em algumas regiões centrais. Segundo, o crescimento econômico a partir dos anos 50, e especialmente durante os anos 70 — os "anos do milagre" —, gerou otimismo e ajudou a fortalecer a crença no progresso e na mobilidade social. Terceiro, a repressão dos governos militares baniu organizações políticas e a expressão pública de oposição ao regime.

Mas a "calma" não durou muito. Nos últimos anos do regime militar, o movimento sindical foi reorganizado na região metropolitana de São Paulo e movimentos sociais exigindo serviços e equipamentos urbanos articularam-se por toda a periferia. A elite não previra que a propriedade da casa, em vez de ser um meio de estabilidade social e docilidade da classe trabalhadora, iria, ao contrário, politizar os moradores da periferia, levando-os a reivindicar seus direitos à cidade. Tão logo iniciou-se a "abertura política" em meados da década de 70, movimentos sociais emergiram por toda a periferia. Os moradores pobres de São Paulo, que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, aprenderam rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros. A mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e organização espacial da cidade. O modelo centro-periferia passou a ser invocado em negociações políticas entre os funcionários do governo e os representantes dos movimentos sociais. Foi também o modelo usado pelos meios de comunicação de massa nas suas freqüentes reportagens sobre manifestações, e pelos cientistas sociais, que observaram fascinados a politização que não haviam previsto. Esse modelo tornou-se, assim, uma referência comum para moradores, organizações políticas, planejadores e cientistas sociais. No entanto, à medida que a periferia encontrava seu caminho na vida política e intelectual da cidade, outros processos já estavam mudando sua configuração de

tal forma que, num curto período de tempo, o modelo centro-periferia não era mais capaz de representar acuradamente as dinâmicas sócio-espaciais da cidade.

Proximidade e Muros nas Décadas de 80 e 90

A São Paulo do final dos anos 90 é mais diversa e fragmentada do que era nos anos 70. Uma combinação de processos, alguns deles semelhantes aos que afetam outras cidades, transformou o padrão de distribuição de grupos sociais e atividades através da região metropolitana. São Paulo continua a ser altamente segregada, mas as desigualdades sociais são agora produzidas e inscritas no espaço urbano de modos diferentes. A oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas. São Paulo hoje é uma região metropolitana mais complexa, que não pode ser mapeada pela simples oposição centro rico *versus* periferia pobre. Ela não oferece mais a possibilidade de ignorar as diferenças de classes; antes de mais nada, é uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social.

Vários foram os processos que se combinaram para provocar as mudanças recentes no padrão de segregação espacial de São Paulo. Nos anos 80 e 90, a taxa de crescimento populacional em São Paulo caiu significativamente, como resultado de uma queda acentuada nas taxas de fecundidade (ver capítulo 1) combinada com emigração. Isto é, reverteram-se as tendências demográficas que haviam caracterizado a cidade nos últimos cem anos. Essa mudança demográfica combinou-se a uma transformação nos padrões residenciais especialmente para os moradores mais ricos e os mais pobres. Pela primeira vez na história da São Paulo moderna, moradores ricos estão deixando as regiões centrais da capital para habitar regiões distantes. Embora a riqueza continue geograficamente concentrada, a maioria dos bairros centrais de classe média e alta perderam população no período de 1980-1996, enquanto a proporção de moradores mais ricos aumentou substancialmente em alguns municípios no noroeste da região metropolitana e em distritos no sudoeste da cidade habitados anteriormente por pessoas pobres. Nessas novas áreas, o principal tipo de habitação é o enclave fortificado. Ao mesmo tempo, a aquisição da casa própria por meio da autoconstrução na periferia tornou-se uma alternativa menos viável para os trabalhadores pobres. Isso é o resultado da combinação de dois processos: o empobrecimento causado pela crise econômica dos anos 80 e as melhorias na infra-estrutura urbana na periferia, inclusive a legalização de terrenos, resultante da pressão dos movimentos sociais e de um novo tipo de ação dos governos municipais. Em outras palavras, enquanto as rendas diminuíram, a periferia melhorou e tornou-se mais cara. Como resultado, muitos moradores pobres tiveram de colocar de lado o sonho da casa própria e cada vez mais optar por viver em favelas ou em cortiços, que aumentaram substancialmente.

A dinâmica econômica e a distribuição de atividades econômicas também mudou. O setor industrial, especialmente na cidade de São Paulo, perdeu sua pre-

ponderância para novas atividades terciárias. Antigas áreas industriais decaíram, enquanto novas zonas de escritórios e comércio atraíram tanto residentes ricos quanto altos investimentos. Finalmente, o aumento do crime violento e do medo desde meados dos anos 80 provocou a fortificação da cidade, à medida que moradores de todas as classes sociais buscaram proteger seus espaços de residência e trabalho. Além disso, como o medo e o crime aumentaram, os preconceitos articulados na fala do crime não só ajudaram a exacerbar a separação de diferentes grupos sociais, mas também a aumentar as tensões e suspeitas entre eles.

A fim de analisar esses processos e seus efeitos no padrão de segregação em São Paulo e em sua região metropolitana, uso indicadores demográficos e socioeconômicos dos Censos de 1980 e 1991, da Contagem da População de 1996 e das PNADs, todos produzidos pelo IBGE. Para uma análise de transformações recentes no espaço urbano, todas essas fontes apresentam limitações. As PNADs só estão disponíveis para a região metropolitana como um todo. Para uma análise mais detalhada, é necessário separar a informação por municípios ou por distritos. No entanto, a subdivisão da cidade em distritos foi completamente refeita entre os dois censos, tornando a comparação impossível.[31] Como não há outros dados adequados para 1980, a análise que se segue aborda cada ano e tenta comparar suas tendências principais.[32] O mesmo problema não existe para os outros municípios da região metropolitana, que são menores e mais homogêneos e cujos limites permaneceram praticamente inalterados.

---

[31] O Censo de 1980 apresenta dados para 56 distritos e subdistritos da cidade de São Paulo e o Censo de 1991 apresenta dados para 96 distritos. Os novos distritos não são subdivisões dos antigos, mas têm limites totalmente diferentes, tornando impossível a criação de unidades comparáveis. A Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) elaborou uma tabela que estima a população de 1980 de acordo com os novos distritos. Essa é a única informação disponível de uma forma comparável de acordo com os novos distritos para o período de 1980-1991. Além disso, a Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo) produziu alguns poucos indicadores comparáveis para os velhos distritos. A Contagem de 1996, que tem dados organizados de acordo com os novos distritos, restringe-se a alguns indicadores demográficos.

[32] Uma fonte alternativa de informação seriam as Pesquisas OD (Origem-Destino) realizadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) em 1977 e 1987. Elas apresentam resultados para pequenas subdivisões da cidade chamadas zonas de tráfego. Embora essas subdivisões também sejam diferentes para as duas datas, o Departamento de Planejamento da Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo criou unidades comparáveis durante a administração de Luiza Erundina. Usei esses dados na minha tese, mas decidi abandoná-los depois da publicação do Censo de 1991, pois os dados para 1987 diferem consideravelmente dos resultados do censo. A Pesquisa OD-87 usou estimativas populacionais que o censo provou estarem erradas (por exemplo, para a cidade de São Paulo, a Pesquisa OD estimou um crescimento anual da população de 3,2% em vez do 1,1% observado pelo censo). Como conseqüência, a maioria das informações em que me baseei antes da publicação do censo (e que usavam a densidade populacional como uma variável) estava incorreta. As discrepâncias eram especialmente altas em relação a alguns bairros fundamentais para minha análise, como a Moóca, que teve um crescimento populacional negativo (-1,6%) de acordo com o Censo de 1991, mas um crescimento anual significativo de acordo com a Pesquisa OD-87 (2,0%). Na análise atual não uso nenhum dado da Pesquisa OD que dependa de estimativas populacionais. No entanto, uso seus dados sobre construções baseados

Revertendo o Padrão de Crescimento

Nos anos 80 e 90, as imagens de crescimento rápido e ininterrupto que caracterizaram a cidade desde o século XIX perderam seus referenciais. De algumas perspectivas, a cidade que "não pode parar" quase parou. Sua área urbanizada continuou se expandindo e sua população ainda cresceu, mas a taxas que não se comparam com as anteriores (ver Mapa 1). A área urbana do município cresceu 12,68% entre 1980 e 1994 (de 733,4 km^2 para 826,4 km^2 [São Paulo, Sempla 1995: 30]), comparada a uma expansão de 37,5% entre 1965 e 1980. Na região metropolitana, a expansão urbana continuou sendo significativa — 24% (de 1.423,3 km^2 em 1980 para 1.765 km^2 em 1990) —, mas muito mais baixa do que o aumento de 91,2% no período entre 1965-1980 (Marcondes 1995, citado por Leme e Meyer 1996: 9).[33] No entanto, uma das mais significativas inversões dos anos 80 e especialmente dos anos 90 foi o acentuado declínio do crescimento populacional. Como mostra a Tabela 6, a taxa anual de crescimento populacional na cidade foi de 1,16% entre 1980 e 1991 e de 0,4% entre 1991 e 1996, comparada a 3,67% nos anos 70. Para os outros municípios da região metropolitana, as taxas ainda foram altas, de 3,21% e 3,07% respectivamente, mas metade da taxa de 6,34% dos anos 70. Entre 1980 e 1991, quase 760 mil pessoas deixaram a cidade de São Paulo (São Paulo, Emplasa 1994: 136). A parte central e mais urbanizada da cidade foi a que mais perdeu população, enquanto as partes oeste e norte da região metropolitana ganharam.

Dos distritos da cidade, 40,6% (nos quais viviam 33,5% da população em 1991) tiveram um crescimento negativo da população no período de 1980-1991[34]; e, de 1991 a 1996, 59,4% dos distritos perderam população. Esses números incluem todo o centro expandido da cidade, dotado de melhor infra-estrutura urbana e onde mora a população mais rica. A tendência do centro de crescer menos que a periferia tornou-se clara desde os anos 50, quando algumas das regiões industriais mais antigas da cidade (Pari, Brás, Moóca, Bom Retiro) e o centro velho (Sé, Santa Ifigênia) começaram a perder população,[35] embora a maioria das regiões centrais continuasse a crescer. Nos anos 80, porém, o processo de perda populacional afe-

---

nos registros municipais de propriedade urbana (TPCL — Cadastro de Propriedade Urbana). Os resultados das Pesquisas OD estão em: São Paulo, Emplasa (1978), Metrô (1989), e Rolnik *et al.* (s.d.). Dados de acordo com as zonas de tráfego não foram publicados. Gostaria de agradecer ao Departamento de Planejamento do município de São Paulo (da administração Erundina) e especialmente a Raquel Rolnik e Heloísa Proença por terem permitido meu acesso a esses dados não-publicados.

[33] A cidade de São Paulo tem uma área total de 1.509 km^2. A área total da região metropolitana é de 8.051 km^2.

[34] Para a análise do crescimento populacional de acordo com os 96 distritos novos uso a estimativa de população de 1980 feita pela Sempla, Secretária Municipal de Planejamento, com base em dados do censo, além de dados do Censo de 1991 e da Contagem de 1996. Ver no Mapa 4 no Apêndice os 96 distritos novos da cidade de São Paulo.

[35] 7,5% dos distritos da cidade perderam população nos anos 70. Esses tinham 1,87% da população em 1980. Para uma análise do crescimento da população de acordo com os velhos distritos da cidade durante o período de 1940-1980, ver Caldeira (1984: cap. 1).

tou os bairros tradicionais de classe média como Santo Amaro, Pinheiros, Consolação, Perdizes, Vila Mariana e Itaim Bibi, que tinham crescido muito nas décadas anteriores. Esses distritos continuaram a perder população a taxas ainda mais altas durante os anos 90.[36] O mesmo processo afetou o primeiro anel da periferia que tinha sido formado principalmente nos anos 40 e 50 (Vila Maria, Ipiranga, Vila Guilherme, Vila Prudente, Santana). Além disso, áreas mais distantes da periferia que haviam crescido mais do que 10% ao ano nos anos 60 praticamente não cresceram (menos de 1% ao ano) durante os anos 80 e perderam população durante o começo dos anos 90. Essas regiões incluem Freguesia do Ó, Limão, Campo Belo, São Miguel, Socorro, Jaçanã, Artur Alvim e Jaguaré, bairros distribuídos em todas as direções da periferia e que viram melhorias significativas em sua infra-estrutura urbana durante os anos 80. As únicas áreas que continuaram a ter taxas altas de crescimento foram aquelas nos limites da cidade e que não tinham sido urbanizadas antes.[37]

Nos outros municípios da região metropolitana, a média de crescimento da população foi significativamente mais alta do que na capital (Tabela 6). As taxas mais baixas de crescimento foram ou dos municípios rurais nas fronteiras da região ou em importantes centros industriais como a região do ABCD e Osasco, formadas pelos municípios mais urbanizados e com melhor infra-estrutura urbana. Alguns desses municípios também tiveram emigração, enquanto todos os outros receberam novos migrantes.[38] As taxas mais altas registraram-se no oeste e norte da região metropolitana, e nos anos 80 em alguns municípios da parte leste. Em geral, as áreas a oeste da capital revelam uma nova dinâmica econômica e social. Seu crescimento populacional parece dever-se ao deslocamento de moradores da cidade de São Paulo, especialmente os mais ricos, assim como a transformações econômicas. A cidade com a mais alta taxa de migração na região metropolitana foi Santana do Parnaíba. Este município recebeu intenso investimento imobiliário para residências da classe alta assim como para novos conjuntos de escritórios e de comércio. Enquanto isso, o crescimento do lado leste parece representar a continuação do modelo de autoconstrução. No entanto, estas são tendências gerais: a região oeste também tem autoconstrução, enquanto a zona leste apresenta vários novos empreendimentos para o terciário.

[36] As taxas médias anuais de crescimento populacional entre 1980 e 1991, e 1991 e 1996, respectivamente, foram: -0,61 e -3,80 no Itaim Bibi, -1,90 e -3,57 em Santo Amaro, -1,35 e -2,53 na Consolação, -1,67 e -2,43 em Pinheiros, -0,68 e -1,33 na Vila Mariana, -0,69 e -0,95 em Perdizes.

[37] Por exemplo, em Cidade Tiradentes (antes uma parte do velho distrito de Guaianases, no limite leste), que teve a maior taxa anual de crescimento populacional nos anos 80 (24,55%) e a segunda mais alta entre 1991 e 1996 (11,06%), 90,3% da população vive em áreas classificadas como rurais. Marsilac (anteriormente parte de Parelheiros, no limite sul), o distrito com as piores condições de infra-estrutura, é totalmente rural.

[38] Além de São Paulo, Osasco, Santo André, São Caetano e Salesópolis tiveram emigração entre 1980 e 1991 (São Paulo, Emplasa 1994: 136).

Melhoria e Empobrecimento na Periferia

A expansão da cidade em direção a suas áreas fronteiriças causada pelo assentamento de moradores mais pobres continuou, embora num ritmo muito mais lento do que nas décadas anteriores. Em 1991, os 20 distritos com maior porcentagem de chefes de domicílio ganhando em média menos de três salários mínimos por mês eram distritos nos limites da cidade, especialmente na região leste.[39] Em 11 desses distritos, mais de 50% dos chefes de domicílio ganhavam menos de três salários mínimos. Como seria de esperar, os distritos mais pobres tendem também a ser homogeneamente pobres, com uma proporção muito pequena de moradores com rendas mais altas. Nos distritos mais pobres, a razão de moradores que ganhavam menos de três salários mínimos para aqueles que ganhavam mais de 20 está em torno de 350 para 1.

Os moradores mais pobres de São Paulo que estão se estabelecendo nos limites da cidade continuam a se valer da autoconstrução e da ilegalidade, como indica uma comparação entre os dados do censo e o registro de propriedades urbanas da cidade. As áreas da periferia que tiveram o maior crescimento de população e de número de domicílios são também aquelas em que há as maiores discrepâncias entre o número de domicílios contados pelo Censo de 1991 e o número de unidades residenciais oficialmente registrado no TPCL em 1990. O TPCL (Cadastro de Propriedades Urbanas) é o registro das construções urbanas do município. Ele inclui apenas as construções legais, enquanto o Censo registra todos os tipos de domicílios.[40] Assim sendo, a discrepância entre as duas fontes indica a extensão do fenômeno da construção ilegal ou irregular. A discrepância mais impressionante ocorre no distrito de Guaianases, no limite leste da cidade, onde a diferença entre as duas fontes era de 433,12%![41] Guaianases teve um crescimento populacional de 145% entre 1980 e 1991 (o maior da cidade) e um aumento de 230% no número de domicílios, mas o aumento na área residencial construída registrada foi de apenas

[39] Em julho de 1997, a única informação disponível sobre renda do Censo de 1991 de acordo com os distritos da cidade referia-se à renda dos chefes de domicílio. Informações sobre a força de trabalho e a população economicamente ativa não estão disponíveis por distrito. Infelizmente, as informações sobre a renda dos chefes de família não são disponíveis para o Censo de 1980, o que novamente torna comparações e a análises diacrônicas difíceis. Em 1991 (setembro), o valor do salário mínimo era de Cz$ 36.161,00, ou aproximadamente US$ 65,00; em 1997, era de R$ 112,00 ou US$ 100,00.

[40] Os dados TPCL são organizados de acordo com os velhos distritos. Para o Censo de 1991, uso uma tabulação especial de domicílios com base nos velhos distritos feita pela Emplasa (São Paulo, Emplasa 1994: 349).

[41] O TPCL registrou 19.537 unidades residenciais em Guaianases em 1990, enquanto o censo registrou 104.155 domicílios em 1991. Para a cidade como um todo, o censo registrou 2.539.953 domicílios, enquanto o TPCL em 1990 registrou 1.684.994, uma diferença de 50,74%. Este é um problema antigo. Rolnik descobriu altas proporções de construções não regularizadas no final do século XIX e no início do século XX (1997: 60, 77).

65,8% entre 1977 e 1987.[42] Em contraste, em bairros residenciais centrais, onde vive a população mais rica e há uma predominância de prédios de apartamentos, e que sempre constituiu a cidade legal, a diferença entre os dados do Censo sobre os domicílios e o TPCL é muito pequena (menos de 5%).[43] Mas há outros dados que indicam que o modelo de autoconstrução e expansão periférica passou por algumas transformações importantes durante os anos 80 e 90. Esses anos apresentaram condições paradoxais para os pobres. Ao mesmo tempo em que as classes trabalhadoras se tornaram importantes atores políticos, organizando movimentos sociais e exigindo seus direitos à cidade e a melhores condições de vida, e ao mesmo tempo em que a periferia melhorou significativamente em termos de infra-estrutura urbana, suas rendas diminuíram e sua capacidade de tornar-se proprietários através da autoconstrução restringiu-se:

Todos os indicadores de infra-estrutura urbana melhoraram tanto na capital quanto na região metropolitana no período de 1980-1991. As mudanças foram especialmente importantes na periferia e, conseqüentemente, diminuíram o grau de desigualdade no acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos. Devido à mudança nos limites dos distritos usados pelos Censos de 1980 e de 1991, é difícil analisar em detalhes o que aconteceu nas diferentes regiões da cidade durante os anos 80. Com o objetivo de contornar esse problema e descrever o que ocorreu na periferia, agreguei vários distritos e criei uma grande área comparável à periferia mais pobre dos anos 80. Usei como referência o estudo da Seplan que estabeleceu oito áreas homogêneas da cidade em termos socioeconômicos (São Paulo, Seplan 1977). Considerei os 12 distritos que o estudo da Seplan classificou como pertencentes à área VIII, a área mais pobre e precária da cidade em 1980. Estudei esses 12 distritos no mapa e identifiquei os 28 distritos correspondentes a eles em 1991. Seus limites não correspondem exatamente, mas são muito próximos. Os dados comparativos indicam amplos processos de mudança entre 1980 e 1991.[44] A Tabela 7 resume os indicadores para essa área e para a cidade em 1980 e 1991.

[42] A área residencial construída corresponde ao número total de metros quadrados construídos registrados no município (TPCL). Os dados TPCL referentes aos velhos distritos para 1990 estão em São Paulo, Sempla (1992: 148-50); para 1977 e 1987 eles não foram publicados e se originaram da Pesquisa OD. Outros exemplos de grandes diferenças na periferia são: 198% no Itaim Paulista, 189% no Jaraguá, 186% em São Mateus, 172% em Itaquera e 163% na Capela do Socorro.

[43] Algumas das diferenças são: 1,18% em Cerqueira César, 1,92% no Jardim América e -6% no Jardim Paulista. Em vários distritos centrais a diferença é negativa, isto é, o TPCL registra mais unidades do que os domicílios encontrados pelo censo. Essa discrepância pode ser causada pela existência de residências legais desocupadas (especialmente apartamentos) e pela transformação de velhas residências em áreas comerciais.

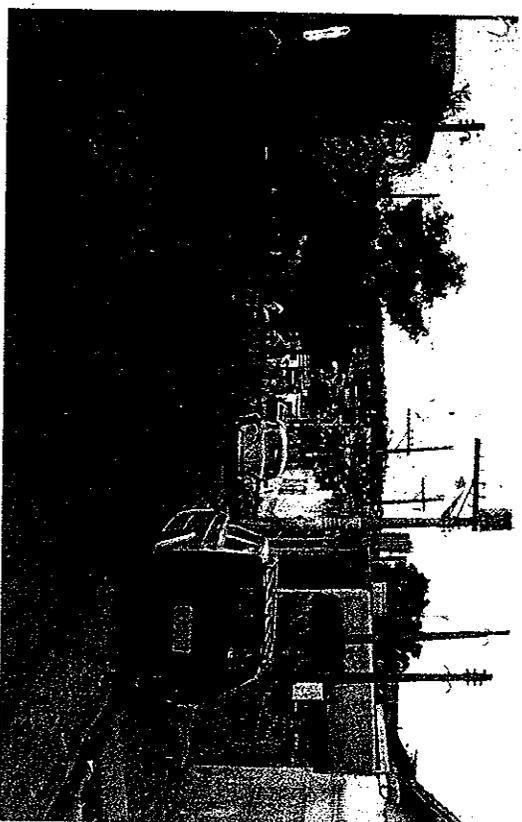
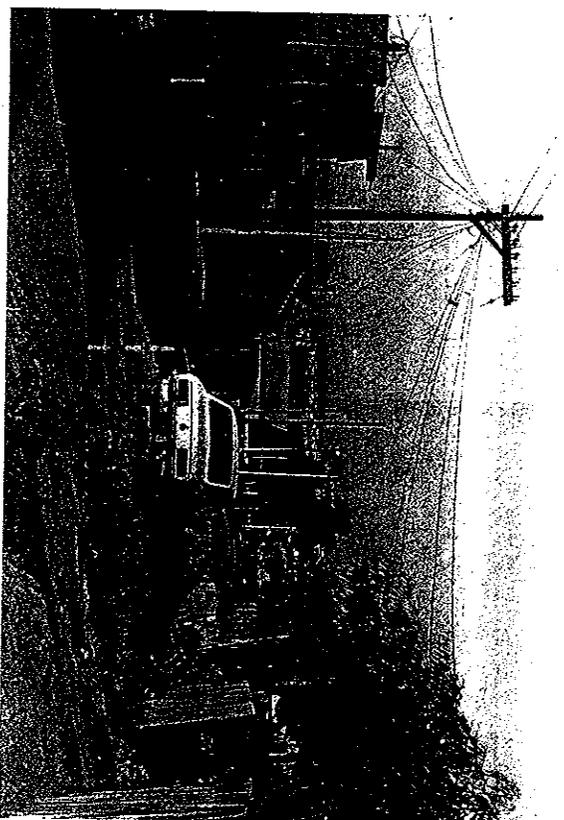
[44] Os 12 distritos precários de 1980 são: Brasilândia, Capela do Socorro, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus, São Mateus (algumas vezes incluído em Itaquera-Guaianases), São Miguel Paulista e Vila Nova Cachoeirinha. Os 28 distritos correspondentes em 1991 são: Anhangüera, Brasilândia, Cachoeirinha, Cidade Dutra, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Marsilac, Parelheiros, Parque do Carmo, Perus, Ponte Rasa, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Curuçá e Vila Jacuí.

Tabela 7
Indicadores socioeconômicos, 1980 e 1991
Periferia e cidade de São Paulo

Indicadores	Periferia 1980	Periferia 1991	São Paulo 1980	São Paulo 1991
População	2.044.689	3.062.538	8.493.226	9.646.185
Domicílios	453.140	732.491	2.062.196	2.539.953
% de domicílios com rede de esgoto	19,12	74,00	57,73	86,31
% de domicílios com água encanada	79,31	96,03	92,16	98,41
% de domicílios próprios	54,42	68,51	51,40	63,57
% de domicílios alugados	34,62	22,56	40,02	28,75
% diferença entre domicílios e residências registradas[1]		164,23		69,51
% de residências verticais[2]		5,71		33,62

Fontes: Para população e domicílios: Censos 1980 e 1991. Para residências oficialmente registradas: TPCL, *in* São Paulo, Sempla (1992: 148-50).
Notas:
[1] Relativo à diferença proporcional entre o número de domicílios levantado pelo Censo em 1991 e o número de unidades residenciais registradas pelo município (TPCL) em 1990.
[2] Relativo às unidades residenciais verticais registradas (TPCL) em 1990.

Enquanto os distritos centrais da cidade perderam população, a periferia mais pobre cresceu em média 3,26% ao ano na década de 80. Em 1991, a região abrigava aproximadamente um terço dos moradores de São Paulo. Sua infra-estrutura urbana melhorou significativamente: em 1991, 74% dos domicílios estavam ligados à rede de esgoto (comparados a 19,1% em 1980), 96,03% tinham água encanada e 96,5% tinham coleta de lixo. O asfaltamento de ruas e a iluminação pública também aumentaram e a região leste recebeu uma linha de metrô que melhorou o transporte público. Além disso, inúmeros postos de saúde, creches e escolas foram construídos pelos governos municipal e estadual nesses distritos. Em conseqüência, embora os rendimentos tenham permanecido baixos (48,78% dos chefes de domicílio ganhavam menos de três salários mínimos em 1991), a qualidade de vida na periferia melhorou (ver Fotos 6 e 7). Um bom indicador é a taxa de mortalidade infantil. Na capital, ela caiu de 50,62% (por mil nascidos vivos) em 1980 para 26,03% em 1991. Na periferia mais pobre, a diminuição foi ainda mais radical. Em São Miguel Paulista, um dos distritos mais carentes — onde fica o Jardim das Camélias —, a taxa de mortalidade infantil caiu de 134 em 1975 para 80,46 em 1980 e para 27,29 em 1994. Outro indicador de mudança na qualidade de vida é a construção de uma série de modernos centros de consumo e lazer na periferia, como shopping centers e grandes supermercados.

A melhora significativa na periferia é em grande parte o resultado da ação política de seus moradores, que, desde o final dos anos 70, organizaram uma série de movimentos sociais para exigir seus direitos à cidade. Esses movimentos sociais são um elemento fundamental tanto na democratização da sociedade brasileira quanto na mudança da qualidade de vida em muitas grandes cidades. São Paulo é provavelmente o melhor exemplo desses processos. Os movimentos sociais e a democratização política forçaram transformações na ação do Estado, especialmente

Fotos 6 e 7: Uma rua no Jardim das Camélias em 1980 e 1989.
No começo dos anos 80, apenas uma rua do bairro era asfaltada, e nenhuma possuía calçadas, iluminação ou esgoto. Em 1990, todas as ruas tinham asfalto, calçadas, iluminação e esgoto, embora muitas casas ainda estivessem em construção.

da administração local, que reorientou suas políticas de modo a atender às reivindicações dos moradores na periferia.[45] Mesmo políticos de direita perceberam que seu futuro político em um sistema de eleições livres dependia da atenção que prestassem à periferia. No final dos anos 70 e começo dos 80, as administrações local e estadual de São Paulo (assim como de vários outros estados brasileiros) patrocinaram diversos projetos de alto investimento em infra-estrutura, especialmente saneamento, que transformaram o Brasil no maior tomador de empréstimos do Banco Mundial na área de desenvolvimento urbano (Melo 1995: 343).

Os movimentos sociais influenciaram a ação da administração local não só na criação de serviços públicos e de infra-estrutura urbana, mas também na transformação do status legal da periferia. Uma das principais reivindicações dos movimentos sociais era a legalização das propriedades na periferia. Eles forçaram as administrações municipais a dar várias anistias aos incorporadores ilegais, tornando possível a regularização de seus lotes e trazendo-os para o mercado formal de imóveis. A aprovação da Lei Lehman (Lei Federal 6.766) em 1979 tornou mais fácil processar incorporadores imobiliários que vendiam terras sem a infra-estrutura requerida pela lei e dessa forma desencorajou essa prática comum.[46] No entanto, ela também diminuiu o estoque de lotes regulares e baratos disponíveis, já que o valor dos terrenos aumentou como resultado tanto da construção de infra-estrutura e equipamento urbano quanto da regularização de lotes. Como incorporações legais e lotes em áreas com melhor infra-estrutura são obviamente mais caros do que lotes ilegais em regiões precárias, os bairros que receberam essas melhorias se tornaram muito caros para a já empobrecida população.[47]

Esse fenômeno de melhoria mais legalização associado a uma diminuição no crescimento populacional é mais aparente não nos limites da cidade, onde a expansão através da autoconstrução continua, mas no anel interno adjacente e que constituiu a nova periferia nos anos 70. Um bom exemplo dessa transformação é a área na periferia leste ao longo da nova linha de metrô e em torno dos velhos centros dos distritos. O novo distrito de São Miguel Paulista, por exemplo, que corresponde à parte mais antiga do distrito maior anterior, teve um crescimento populacional de 2,77% de 1980 a 1991, enquanto a maioria dos distritos na margem leste da cidade cresceu entre 35% e 85%. No entanto, em várias regiões da periferia leste, incluindo São Miguel, a taxa de construções oficialmente registradas aumentou consideravelmente no período de 1977 a 1987 (123% em São Miguel, 110% em

[45] Como mostra R. Cardoso (1985), os aparelhos do estado já estavam se tornando sensíveis à necessidade de novas políticas sociais quando foram alvo de reivindicações dos movimentos sociais. Puderam, então, atender a suas exigências de maneira relativamente rápida.

[46] De acordo com os cálculos da Secretaria Municipal de Planejamento, em 1981 havia 3.567 empreendimentos imobiliários ilegais na periferia de São Paulo, correspondendo a 35% da sua área urbana. Em 1990, os empreendimentos imobiliários ilegais tinham caído para 16% da área urbana (Rolnik *et al.* s.d.: 94-5).

[47] Entrevistas com jovens moradores da periferia analisadas no capítulo 2 confirmam seus sentimentos de que refazer o caminho de seus pais na cidade tinha ficado impossível para eles.

Ermelino e 84% em Itaquera), indicando sua melhora e legalização. Embora esse processo ainda seja limitado, parece que algumas dessas regiões estão começando a entrar no mercado imobiliário legal e a passar por um processo de capitalização na produção de moradias, à medida que incorporadores maiores começam a investir e a construir moradias legais, especialmente edifícios de apartamentos.[48] Esse tipo de moradia é menos acessível à população mais pobre.

Em suma, o crescimento da pobreza, combinado com melhores condições e terrenos mais valorizados na periferia, expulsou os mais pobres para os limites da cidade ou para outros municípios da região metropolitana, tornou a autoconstrução mais difícil e forçou uma considerável parcela da população mais pobre a viver em favelas ou cortiços. Os moradores de favelas representavam 1,1% da população da cidade em 1973, 4,4% em 1980, 8,9% em 1987 e 19,1% em 1993 — ou seja, mais de 1,9 milhão de pessoas. A maioria das favelas em 1993 localizava-se na periferia, especialmente nas zonas sul e norte (Freguesia do Ó, Campo Limpo, Capela do Socorro e Pirituba-Jaraguá) (Seade 1990: 63; e São Paulo, Sempla 1995: 1.977).

As estimativas sobre o número de pessoas que vivem em cortiços na cidade de São Paulo variam enormemente. A Sempla estima que, em 1991, 15,8% (1.506.709) da população do município vivia em cortiços (São Paulo, Sempla 1995: 79-80). Este é um número muito maior do que aquele a que chegou a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo) para 1993: 595.110 ou 6% da população distribuídos por quase 24 mil cortiços.[49] A maioria (55,6%) dos moradores tem menos de 25 anos e a maioria dos chefes de domicílio (54,3%) tem entre 15 e 34 anos de idade (Fipe 1994: 13, 14). Este dado apóia a hipótese de que os cortiços são uma alternativa para uma nova geração de pobres urbanos para quem a autoconstrução ficou inacessível.

Todas as fontes estão de acordo, no entanto, sobre a localização dos cortiços. Embora haja cortiços na periferia, a maioria está ou no centro velho (Sé) ou em antigas regiões industriais e bairros de classe média baixa decadentes, nos quais muitas casas e fábricas estão sendo transformadas em cortiços (Moóca, Brás, Belém e Liberdade). Algumas dessas regiões mostraram uma diminuição contínua da população desde pelo menos o início dos anos 60. De fato, as taxas mais altas de perda de população estão em distritos industriais e bairros operários formados na virada do século. Na última década, no entanto, partes desses bairros mostraram sinais de recuperação e um início de enobrecimento. A Moóca é um desses casos. Embora seus moradores considerem o crescimento dos cortiços um de seus principais problemas, há também outros processos mudando o bairro. Estes incluem a abertura da linha leste-oeste do metrô, que tem sido acompanhada da construção de novos prédios de apartamentos para as classes médias, alguns dos quais são condomínios fechados. Algumas fábricas também foram transformadas em centros de lazer e consumo. Essas transformações nos padrões urbanos, residenciais e sociais nessas regiões contribuem para o sentimento de incerteza e perda experimentado pelos antigos moradores.

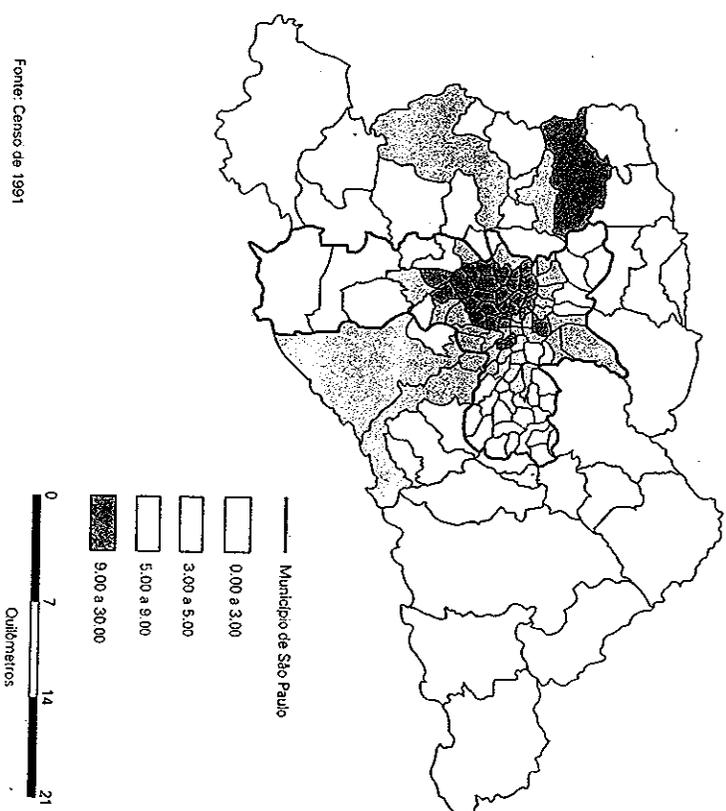
[48] O mesmo processo parece estar ocorrendo na periferia do Rio de Janeiro, como indicado por Ribeiro e Lago (1995).

[49] Um cortiço normalmente tem muitos quartos. Em média, há 6,7 famílias por cortiço, mas em algumas áreas, como a Moóca, o número é mais alto (12,1).

Transformações no Centro e Deslocamento dos Ricos

A riqueza continua a ser altamente concentrada numa parte muito pequena da cidade de São Paulo, como mostra o Mapa 2. Assim sendo, o padrão centro-periferia ainda molda o espaço urbano. No entanto, vários indicadores sugerem claramente mudanças recentes nesse padrão. Apesar da concentração de riqueza ainda ser significativa, um deslocamento sem precedentes de moradores ricos e a construção de novas áreas de comércio e serviços estão reformulando o padrão espacial de segregação social.

Mapa 2
Renda Mensal Média dos Chefes de Domicílio (em salários mínimos), Região Metropolitana de São Paulo, 1991

Fonte: Censo de 1991

Nos anos 80 e 90, as classes média e alta mudaram seu estilo de vida e seu uso da cidade de diversas maneiras. Como conseqüência, os distritos nos quais costumavam morar ou aqueles para os quais estão se mudando passaram por várias mudanças. Em 1991, apenas 11,4% dos distritos da cidade tinham uma população na qual mais de 25% dos chefes de domicílio ganhavam mais de 20 SM. Esses distritos abrigam 10% da população, mas 41% dos chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM por mês.[50] A maioria desses distritos perdeu população ou cresceu muito pouco entre 1980 e 1991. Apenas dois tiveram crescimento da população: Morumbi (2,33%) e Vila Andrade (5,93%). Entre 1991 e 1996, com exceção de Vila Andrade, todos os outros perderam população. As diminuições mais acentuadas ocorreram em bairros tradicionais de classe média que tinham tido as taxas mais altas de crescimento nos anos 70, associadas com o *boom* dos apartamentos e do financiamento para a classe média. A maioria deles tem as mais altas taxas de construção vertical e de densidade populacional na cidade. Dois desses distritos (Jardim Paulista e Moema) são os mais homogeneamente ricos da cidade.[51]

Devido ao fato de uma proporção significativa de pessoas de classe média e alta morarem em edifícios de apartamentos, seja nos bairros que cresceram nos anos 70, seja nos novos bairros para os quais elas começaram a se mudar nos anos 80, examinar o mercado imobiliário de apartamentos pode ajudar a entender seu deslocamento.[52] Nos anos 80 e 90, o mercado de apartamentos em São Paulo foi muito diferente do que tinha sido nos anos 70. Essa mudança se deveu não só à crise econômica do começo dos anos 80, mas também à redução de financiamentos do BNH, que em 1987 caíram para 10% do que tinham sido em 1980 (Nepp 1989: 492). A única exceção foi 1986, o ano do Plano Cruzado, quando uma recuperação efêmera da economia fez baixar a inflação, aumentou os lucros de muitas especulações financeiras e fez crescer tanto o número de incorporações imobiliárias (677) quanto o preço por metro quadrado.[53] Depois disso, porém, o mercado caiu ainda mais, especialmente depois da extinção do BNH no final de 1986 e do retorno da inflação, com o fracasso do Plano Cruzado. Em 1991 e 1992 o número de novas incor-

---

[50] Esses distritos são: Jardim Paulista, Moema, Alto de Pinheiros, Morumbi, Consolação, Pinheiros, Itaim Bibi, Santo Amaro, Perdizes, Campo Belo e Vila Andrade. Vale lembrar que São Paulo, como o Brasil em geral, é uma sociedade desigual, com uma elite pequena, extremamente rica, e uma enorme população empobrecida. A desigualdade social tornou-se ainda pior durante os anos 90. Como conseqüência, não é de surpreender que a população mais rica seja bastante pequena. Apenas 7,16% dos chefes de domicílio na cidade ganhavam mais de 20 SM em 1991.

[51] A razão dos chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM em relação àqueles que ganham menos de 3 é de 4,59 no Jardim Paulista e de 3,98 em Moema. Apenas em 11 distritos da cidade essa razão é maior que 1,0.

[52] Os apartamentos representavam 20,8% do número total de domicílios na cidade de São Paulo em 1991, de acordo com o censo.

[53] A fonte para o número e a localização de prédios de apartamentos colocados no mercado entre 1976 e 1996 é a Embraesp — Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio S/C Ltda. (Relatórios Anuais).

porações foi o mais baixo registrado desde meados dos anos 70 (cerca de 150). Com inflação alta e virtualmente sem opções de financiamento, ficou muito mais difícil para a classe média comprar apartamentos. Como resultado, há indicações daquilo que alguns analistas chamam de "elitização" na produção de apartamentos, isto é, a construção de unidades maiores e mais sofisticadas para as classes mais altas (Ferraz Filho 1992: 29).[54] Depois de 1993, o número de incorporações começou a crescer novamente e a média anual para o período de 1993-1996 (365) foi mais alta do que para os dez anos que precederam o fim do BNH (280) (Embraesp 1997: 7). Um dos fatores desse crescimento é a emergência de cooperativas de futuros proprietários e sistemas de autofinanciamento, que em 1996 foram responsáveis por 10% dos novos empreendimentos. Sua introdução causou uma diminuição no preço médio dos apartamentos em 1996 (Embraesp 1997: 32). O fim da inflação alta decorrente do sucesso do Plano Real, assim como as novas oportunidades para financiamentos a longo prazo, tornaram possível o crescimento do mercado imobiliário depois de 1993.

Apesar da crise imobiliária, prédios de apartamentos continuaram a ser construídos. Em 1957, era possível encontrar apartamentos em 20 distritos centrais; em 1979, eles eram encontrados em 47 distritos (Ferreira 1987: 77, 141).[55] Em 1991, havia um significativo número de apartamentos em 84 dos 96 distritos da cidade. Os apartamentos não só se espalharam, mas estavam sendo construídos em vários padrões — de conjuntos populares construídos por companhias governamentais de habitação a luxuosos empreendimentos imobiliários. Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produziu as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados. Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelos ricos.

Condomínios fechados não são construídos nos bairros centrais tradicionais, já que requerem grandes lotes que só são acessíveis em áreas não muito adensadas.

---

[54] Durante os anos 80, um dos temas mais constantes em artigos de jornal sobre bens imóveis era a associação da crise econômica com "apartamentos de luxo". Esse parece ser o setor do mercado de construção de apartamentos que mais flutuou nos últimos 15 anos. Apartamentos de quatro dormitórios representavam 30,77% dos apartamentos lançados no mercado em 1985, e 20% em 1984 e 1986. No entanto, essa proporção caiu para uma média de 6,8% de 1987 a 1993 (Embraesp 1994: 6). Ela aumentou novamente após 1994, e a média para 1994-1996 foi de 20,47% (Embraesp 1997: 11). Houve também uma tendência de diminuição da área média dos grandes apartamentos depois de 1985. A despeito disso, a área média dos apartamentos com quatro dormitórios é quase o dobro daquela dos apartamentos com três dormitórios (185 m² de área útil comparados a 85,57 m²). Além disso, enquanto a área média dos apartamentos de três dormitórios manteve-se constante entre 1990 e 1997, a área média dos apartamentos de quatro dormitórios variou consideravelmente (Embraesp 1997: 9).

[55] Houve 55 distritos dos anos 50 até os anos 80.

A mudança no estilo predominante de prédio de apartamentos é indicada por uma alteração na relação entre área total do terreno e área construída. De acordo com o TPCL, de 1980 a 1990, a área total construída de prédios residenciais na cidade cresceu 59,27%, enquanto a área total usada por prédios residenciais cresceu 75,34%. Como resultado, o coeficiente de aproveitamento de edifícios de apartamentos residenciais em São Paulo caiu de 4,36 para 3,95.[56] O fato de que as construções de apartamentos mudaram das regiões centrais para as regiões mais periféricas é atestado pelo desenvolvimento sem precedentes de dois distritos a sudoeste da cidade: Morumbi e Vila Andrade.

Esses dois distritos não-centrais e adjacentes são emblemáticos das mudanças mais dramáticas que ocorreram na cidade. (Mudanças similares estão acontecendo em alguns municípios a noroeste da região metropolitana.) Eles foram afetados pelo intenso investimento imobiliário não só dos novos tipos de residências para os ricos, mas também de novos conjuntos de edifícios comerciais e de escritórios. O fato de os novos empreendimentos terem se localizado nessas áreas deve-se parcialmente ao seu código de zoneamento favorável, que permitia tanto o uso misto (em vez de exclusivamente residencial, como ocorre em partes dos distritos centrais) quanto um coeficiente de aproveitamento alto (4). Algumas dessas regiões eram rurais ou habitadas por pessoas pobres. Como resultado, com a expansão dos novos empreendimentos, os distritos passaram a apresentar um novo padrão de organização espacial, que mistura moradores ricos e pobres de um lado, e residência e trabalho de outro, criando assim um novo padrão de desigualdade social e de heterogeneidade funcional.

O Morumbi e a Vila Andrade tiveram um significativo crescimento populacional nos anos 80.[57] Apesar de o Morumbi ser um bairro de classe alta há pelo menos 25 anos, ele mudou radicalmente depois do início da década de 80. O que era um bairro de enormes mansões, terrenos vazios e áreas verdes, foi transformado, depois de uma década de construção frenética, num distrito de edifícios. No final dos anos 70, ele foi "descoberto" por incorporadores imobiliários que decidiram aproveitar o baixo custo dos terrenos e o código de zoneamento favorável e o transformaram no bairro com o mais alto número de novos empreendimentos imobiliários da cidade durante os anos 80 e 90. Mais de 400 novas incorporações residenciais

[56] Dados do TPCL para 1980 não foram publicados; para 1990 eles aparecem em São Paulo, Sempla (1992). O coeficiente de aproveitamento pode ser calculado separadamente para áreas residenciais horizontais ou verticais e é um indicador relativamente confiável de construções verticais, que em geral são registradas. Em 1990, o TPCL registrou 566.466 apartamentos, enquanto o Censo de 1991 registrou 529.991 na cidade de São Paulo, uma diferença de 6,9%. No que se refere às casas, no entanto, o TPCL registrou 1.118.531 casos em 1990, enquanto o Censo de 1991 registrou 1.984.710, uma diferença de 77,4%. Os distritos nos quais a diferença entre propriedade registrada e os domicílios identificados pelo censo é pequena são aqueles com maior proporção de prédios de apartamentos e famílias de renda alta (Consolação, Jardim Paulista, Jardim América, Cerqueira César, Pinheiros e Perdizes).

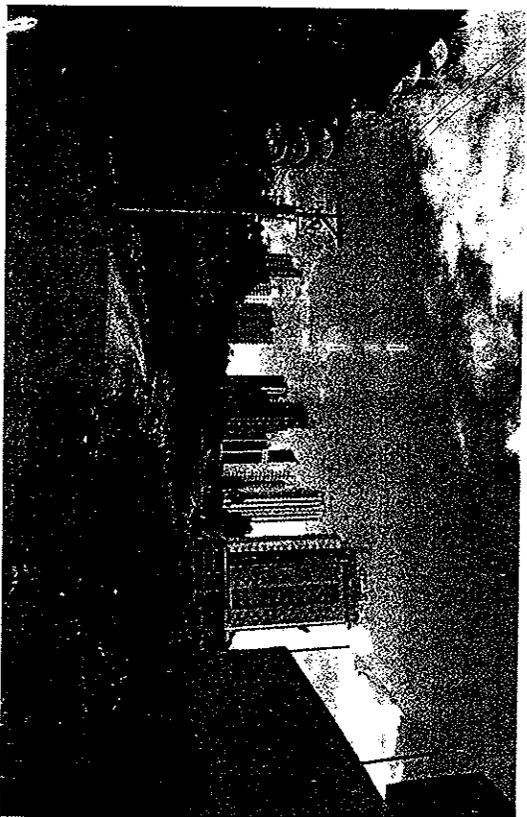
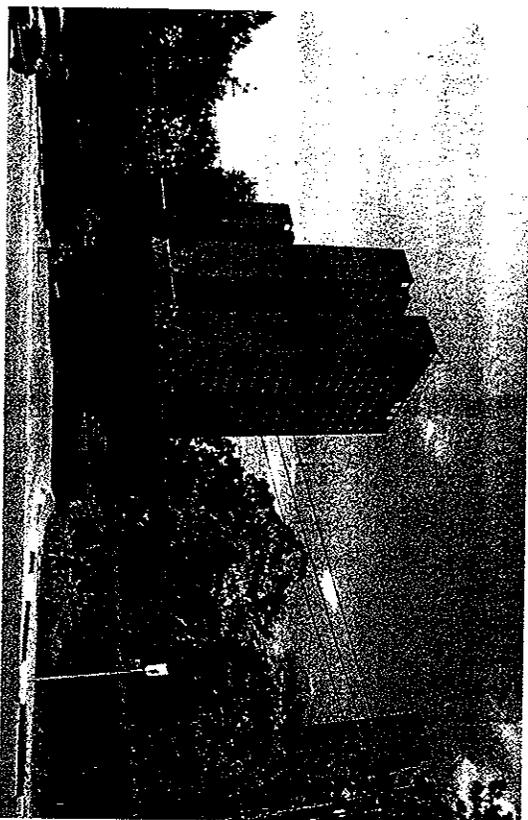
[57] As taxas anuais de crescimento da população para 1980-1991 e para 1991-1996 são 2,33% e -0,75% no Morumbi, e 5,93% e 4,93% na Vila Andrade.

com mais de 14 mil novas unidades foram construídas entre 1980 e 1996.[58] Apesar disso, o bairro ainda tem apenas 0,6% dos apartamentos da cidade, comparados aos 5,75% do Jardim Paulista. Enquanto no Jardim Paulista 88% dos domicílios são apartamentos, no Morumbi eles são apenas 33,6%. A Vila Andrade, adjacente ao Morumbi, é uma extensão do mesmo processo numa área que era mais pobre e que continua a se expandir, enquanto a expansão do Morumbi parece vir perdendo dinamismo nos últimos anos.

Como mencionei, a novidade no Morumbi e na Vila Andrade não é só o volume de construção, mas também o tipo de edifícios: os conjuntos habitacionais murados. Os condomínios fechados começaram a ser construídos nos anos 70, durante o *boom* do mercado imobiliário e do financiamento estatal. O empreendimento que deu início ao desenvolvimento acelerado do Morumbi foi o "Portal do Morumbi". Esse conjunto de 16 prédios de 25 andares foi inaugurado em 1976. Tem 800 apartamentos, metade com quatro dormitórios, metade com três, e abriga 3.500 moradores, um terço dos quais com menos de 14 anos de idade. A área total do empreendimento é de 160 mil m², dos quais 120 mil m² são áreas comuns que incluem parques e instalações esportivas. Esse conjunto foi literalmente erguido no meio do nada. Toda a infra-estrutura urbana necessária (incluindo eletricidade, água e asfalto) foi fornecida pelo incorporador imobiliário, a Construtora Alfredo Mathias. Até hoje, as ruas que passam pelos fundos do conjunto continuam sem urbanização e sem asfalto ou calçadas (ver Fotos 8 e 9).

Esse tipo de empreendimento, com coeficiente de aproveitamento baixo já que a transformação é recente e ainda há no bairro muitas mansões e espaços desocupados, explica porque o Morumbi e a Vila Andrade ainda têm uma densidade populacional consideravelmente mais baixa do que o Jardim Paulista (3.500 e 4.200 hab/km², respectivamente, em comparação a 16.900). Existem também importantes diferenças sociais entre as duas regiões. Embora ambas concentrem riqueza, Morumbi e Vila Andrade não são tão homogeneamente ricos como os velhos bairros centrais. No Morumbi, hoje, 43,9% dos chefes de domicílio ganham mais de 20 SM (a porcentagem mais alta da cidade), enquanto na Vila Andrade essa proporção é 26,2%. A renda média no Morumbi é de 28,82 salários mínimos (a média mais alta da cidade), e na Vila Andrade, de 17,94. No entanto, nas duas regiões a proporção de chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM em relação aos que ganham menos de 3 é significativamente mais baixa do que no Jardim Paulista (2,55 no Morumbi e 0,87 na Vila Andrade, comparados a 4,59 no Jardim Paulista e 3,98 em Moema).[59] Enquanto no Jardim Paulista apenas 8,36% dos moradores ganham menos de 3 SM, no Morumbi 17,22% estão nessa faixa, e na Vila Andrade, 30,02% (mais do que os 26,19% que ganham mais de 20 SM). Essa maior heterogeneidade

[58] De 1980 a 1987, houve 217 novos empreendimentos imobiliários no Morumbi, correspondendo a 4.972 unidades, a maioria de luxo. De 1993 a 1996, o número de empreendimentos foi de 177, e as unidades, 8.849.

[59] Além do Morumbi, as médias mais altas de rendas de chefes de domicílio em 1991 foram: 22,53 no Jardim Paulista, 21,44 no Alto de Pinheiros e 22,08 em Moema.

Fotos 8 e 9: Condomínio fechado Portal do Morumbi:
entrada principal e rua lateral não pavimentada.

na distribuição de renda é uma característica das novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana, onde os empreendimentos imobiliários para pessoas com rendas mais altas estão localizados em regiões que eram pobres e parcamente habitadas, e onde os apartamentos para as classes altas são construídos ao lado de imensas favelas.

Os vizinhos dos condomínios fechados em volta do Real Parque e da Avenida Giovanni Gronchi, no coração do Morumbi, são moradores de duas das mais famosas favelas de São Paulo. Em 1987, havia 233.429 pessoas morando em favelas no distritos do oeste e sudoeste da cidade, o que correspondia a 28,62% dos moradores de favelas de São Paulo.[60] Em 1993, os moradores de favelas desses distritos aumentaram para 482.304, o que representava 25,36% dos residentes de favelas de São Paulo (São Paulo, Sempla 1995: 76).

Depois de 15 anos de intensa incorporação imobiliária para as classes mais altas em regiões com infra-estrutura precária combinada com a proliferação de favelas, o Morumbi exibe um quadro impressionante de desigualdade social e exemplifica a nova face da segregação social na cidade (ver Fotos 10 e 11). Quando se observa a área em torno de sua avenida principal, a Avenida Giovanni Gronchi, e os anúncios de seus edifícios, fica-se perplexo com a imaginação dos incorporadores imobiliários para dotar cada conjunto de apartamentos de características "distintas": além da arquitetura monumental e dos nomes vagamente aristocráticos, os prédios têm características exóticas, como uma piscina para cada apartamento, três quartos de empregada, salas de espera para motoristas no térreo, salas especiais para guardar cristais, porcelanas e pratarias e assim por diante. Todo esse luxo contrasta com a visão que se tem das janelas dos apartamentos: os mais de 5 mil barracos da favela Paraisópolis, uma das maiores de São Paulo, que fornece os empregados domésticos para os condomínios vizinhos. Para pessoas interessadas em viver exclusivamente entre seus pares, os muros têm mesmo de ser altos, e as residências para as classes altas não disfarçam suas cercas eletrificadas acima dos muros, assim como câmaras de vídeo e guardas particulares.

A construção intensa de acordo com os interesses dos incorporadores imobiliários e com pouco planejamento ou controle por parte do Estado, além de transformar completamente a paisagem, criou um espaço caótico. Edifícios imensos foram construídos um após o outro em ruas estreitas e com infra-estrutura inadequada. Na Vila Andrade, por exemplo, apenas 57,6% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto, uma porcentagem mais baixa do que em vários distritos da periferia pobre (para o total da periferia a porcentagem é de 74%). Os edifícios são imensos e muitas das novas ruas não têm calçadas — provavelmente com a intenção de manter distantes as pessoas que não têm automóvel. O tráfego é intenso e os con-

[60] Não estão disponíveis números exatos de favelas no Morumbi e na Vila Andrade porque os resultados do Censo de Favelas são fornecidos de acordo com uma outra classificação espacial: as administrações regionais. Para a estimativa apresentada no texto, considerei a população que vivia em favelas nas administrações regionais do Butantã e Campo Limpo, que incluem o Morumbi e a Vila Andrade, mas são maiores do que esses distritos.

Foto 10: Morumbi, desigualdade entre vizinhos: prédio de apartamentos com piscinas individuais e vista para a favela, 1992.

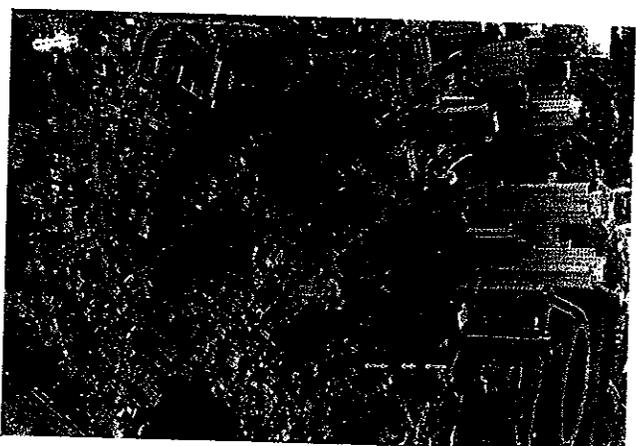



Foto 11: Morumbi, vista aérea: edifícios de luxo lado a lado com os barracos da favela, 1992.

gestionamentos, uma rotina.[61] Apesar de altos investimentos da cidade e da construção de pontes, túneis e vias expressas ligando o Morumbi ao centro da cidade através do rio Pinheiros, as vias de acesso são insuficientes e o transporte público é simplesmente ruim. Isso dificulta o cotidiano dos mais pobres, mas também é inconveniente para as classes médias, já que o bairro ainda carece de serviços básicos e de comércio. Apesar de alguns grandes shopping centers e hipermercados estarem agora operando na região, o abastecimento cotidiano de alimentos requer um automóvel, um tipo de dependência que pode ser contornada na maioria dos bairros centrais de São Paulo, onde, como se diz, pelo menos o pão pode ser comprado a pé. O transporte das crianças e adolescentes também depende dos automóveis, mesmo para ir às escolas particulares do bairro, que contam entre os melhores serviços ali disponíveis.[62]

Ao contrário dos bairros centrais da cidade e das regiões pobres da periferia, o Morumbi e a Vila Andrade não são lugares onde os moradores rotineiramente caminham pelas ruas. Ironicamente, esses bairros, com suas ruas estreitas, infraestrutura ruim e ligações precárias com o resto da cidade, dependem de automóveis para quase tudo. Conseqüentemente, mudar para um dos apartamentos de luxo da região significa suportar tráfego pesado e serviços urbanos deficientes. No entanto, para os moradores dos novos conjuntos fechados, as inconveniências parecem ser mais do que compensadas pela sensação de segurança que ganham por trás dos muros, vivendo exclusivamente entre iguais e longe do que consideram ser os perigos da cidade.

Recessão, Desindustrialização e os Novos Espaços para Atividades Terciárias

Não é só o padrão residencial e a distribuição de moradores de diferentes grupos sociais o que está mudando na cidade e na região metropolitana. Nas duas últimas décadas, São Paulo passou por uma significativa recessão econômica e por uma mudança na estrutura de suas atividades econômicas. Entre 1980 e 1990, o valor adicionado total, ou VAT, diminuiu (-3,75%) em São Paulo.[63] Em 1990, o valor adicionado total per capita era de apenas 61,6% do que tinha sido em 1985 (Araújo 1993: 35, 36). A crise afetou especialmente o setor industrial, que tinha

[61] No Portal do Morumbi, por exemplo, que está situado numa rua estreita e tem apenas duas saídas, na hora do *rush*, especialmente de manhã, o congestionamento chega a ser tão intenso que os moradores podem levar mais de meia hora para cruzar os limites de seus muros e chegar à avenida que os liga à cidade.

[62] Atraídas pelos terrenos baratos e pela possibilidade de construir grandes instalações, muitas das tradicionais escolas particulares se mudaram para o Morumbi ou abriram novas filiais. Isso é algumas vezes mencionado como um motivo para as pessoas se mudarem para o Morumbi.

[63] O valor adicionado total (VAT) corresponde, para cada município, ao valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em cada ano civil. Este indicador é calculado pela Secretaria da Fazenda.

sido o mais dinâmico da cidade e da região metropolitana desde a década de 50. Embora a produção industrial da região metropolitana de São Paulo continuasse a representar 30,7% da produção nacional em 1987, essa proporção é significativamente mais baixa do que os 43,5% de 1970 (Araújo 1992: 56).

Enquanto em 1970 a cidade de São Paulo detinha quase metade da força de trabalho industrial do estado, em 1991 ela detinha menos de um terço (Gonçalves e Semeghini 1992, e Leme e Meyer 1997: 71). A diminuição da participação do setor industrial na economia urbana ocorreu em todo o estado de São Paulo, mas foi especialmente acentuada na capital.[64] Enquanto no interior do estado o setor industrial em 1991 tinha praticamente a mesma proporção da força de trabalho (38,4%) que em 1970 (39,7%), depois de ter aumentado em 1980 (45,1%), na capital a participação do setor industrial na força de trabalho diminuiu significativamente até alcançar 32,1% em 1991, depois de ter crescido de forma consistente desde os anos 50, alcançado 42% em 1980 (Gonçalves e Semeghini 1992, e Leme e Meyer 1997: 64).[65] Na região metropolitana como um todo, o percentual de participação do setor industrial no total da força de trabalho ocupada caiu continuamente nos últimos anos: de 36,5% em 1988 para 29,6% em 1993 (Leme e Meyer 1997: 77).

À medida que o setor industrial encolheu, o papel das atividades terciárias na economia urbana aumentou.[66] Há um grande debate entre os cientistas sociais sobre se a expansão do setor terciário se deve a um aumento de atividades "modernas" ou "tradicionais". Alguns (por exemplo, Gonçalves e Semeghini 1992, Araújo 1992) argumentam que a expansão do terciário é um reflexo do desenvolvimento de um tipo de produção mais flexível, no qual muitas atividades antes registradas como produção industrial começaram a ser adquiridas como serviços, e no qual o papel da tecnologia moderna e das atividades de financeiras se expandiu. Outros, no entanto, tentam relativizar essas asserções, mostrando que os setores do terciário que de fato se expandiram são muito precários, como por exemplo o comércio ambulante e atividades não especializadas e sub-remuneradas desempenhadas sem contratos formais de trabalho (por exemplo, Leme e Meyer 1997: 63-79). Embora esteja além do alcance deste trabalho desenvolver essa hipótese, gostaria de sugerir que os dois processos provavelmente estão ocorrendo concomitantemente, e nesse sentido o que está acontecendo em São Paulo não seria diferente dos processos de reestruturação industrial que ocorrem em outras cidades, como Los Angeles e as chamadas cidades globais (Scott e Soja 1996, Sassen 1991). É uma característica desses processos que tanto o pólo mais dinâmico quanto o pólo mais precário da

[64] No estado de São Paulo, a participação do setor industrial na produção total caiu de 47,1% em 1980 para 41,3% em 1991. Simultaneamente, a participação das atividades terciárias aumentou de 49,7% para 54,6%.

[65] Ela cresceu de 34,7% em 1960 (Seade 1990: 24) para 39,6% em 1970 (Gonçalves e Semeghini 1992)

[66] Os estudos de economia urbana que estou citando consideram apenas dois setores: o industrial e o terciário. Portanto, a porcentagem do setor terciário nas atividades econômicas é complementar à das atividades industriais: 67,9% para a cidade em 1991.

economia se expandam simultaneamente, provocando formas agudas de desigualdade social.

Essas mudanças econômicas têm todo tipo de implicações para o meio urbano, do abandono ou conversão de fábricas à criação de novos espaços urbanos e novos tipos de instalações para comércio e escritórios. Depois de terem se deslocado do centro velho para a Avenida Paulista e para a Avenida Faria Lima nos anos 60, os principais complexos de edifícios de escritórios estão agora se mudando para sudoeste, ao longo do rio Pinheiros e na mesma direção dos novos conjuntos habitacionais, shopping centers e hipermercados.[67] Dessa forma, os novos espaços urbanos para as atividades terciárias estão se desenvolvendo por meio de um processo bem conhecido nos Estados Unidos: o deslocamento de empregos e residências de áreas centrais e urbanizadas para áreas distantes nos subúrbios. Os novos conjuntos de edifícios são o resultado de grandes investimentos, freqüentemente de incorporadores imobiliários que abandonaram o mercado residencial quando este se tornou muito difícil (Ferraz Filho 1992: 29). Eles seguem o mesmo padrão arquitetônico e de planejamento dos condomínios fechados, e se não são necessariamente murados como os complexos residenciais, certamente são fortificados e utilizam extensos serviços de segurança para manter à distância pessoas indesejadas — e para controlar seus próprios trabalhadores. Como mundos auto-suficientes, esses arranjos são extremamente versáteis e podem ser instalados em qualquer lugar onde o terreno seja barato o suficiente para tornar o investimento lucrativo. Como ocorre com os complexos residenciais, eles estão sendo instalados em regiões que antes eram pobres. A avenida que simboliza a nova expansão, a Eng. Luís Carlos Berrini, rapidamente deslocou uma antiga favela, graças a um programa pago pelos novos ocupantes da região. Em 1998, a maioria das moradias precárias havia desaparecido, mas ainda se viam algumas delas e alguns bares para as camadas mais pobres. Pode-se esperar, no entanto, que num curto período de tempo a avenida esteja completamente transformada pelos novos edifícios, que exibem uma versão local do estilo arquitetônico pós-moderno, e totalmente purgada dos moradores pobres. Até que isso ocorra, a Berrini oferece um espetáculo de desigualdade social da mesma qualidade que o do Morumbi, com seus condomínios fechados espreitando as favelas.

Finalmente, o deslocamento das novas atividades terciárias em direção a oeste recria uma oposição entre as partes leste e oeste da cidade que o modelo centro-periferia tinha eclipsado. Enquanto os novos investimentos em conjuntos de escritórios e condomínios fechados para a classe alta estão concentrados no lado oeste da metrópole, a região leste, tradicionalmente mais industrial, perdeu dinamismo com a diminuição das atividades industriais. Algumas das velhas fábricas foram

[67] A área da cidade afetada pelo movimento das atividades terciárias segue o rio Pinheiros, em ambas as margens, da Lapa — passando pelo Butantã e Morumbi — até o Campo Limpo a oeste, e do Alto de Pinheiros até Santo Amaro, passando pelo Ibirapuera e pela Vila Olímpia, a leste. Em todas essas áreas podemos observar a combinação de condomínios fechados da classe alta com favelas e de enclaves residenciais com centros comerciais e de escritórios.

transformadas em shopping centers, lojas de departamento ou centros de lazer, mas muitas simplesmente foram abandonadas. Enquanto as zonas leste e sudeste continuam a ser as mais pobres, mais industriais, que se expandem sobretudo por meio de construções ilegais e carecem de um número significativo de empreendimentos imobiliários para a classe alta, a fronteira oeste da cidade abriga as classes mais altas, seus empreendimentos residenciais e as novas atividades terciárias "modernas". Essa oposição ajuda a trazer mais complexidade para a paisagem da cidade, já transformada pela melhoria da periferia e pelo relativo despovoamento do centro rico. Para completar o quadro, no entanto, é necessário examinar a região metropolitana como um todo.

A Região Metropolitana

Os outros municípios da região metropolitana foram muitas vezes tratados como uma simples extensão da periferia da capital. Isso foi verdadeiro nos anos 60 e 70, mas nos últimos quinze anos os processos que afetam essas cidades têm sido mais complexos, modificando as antigas relações com o centro. A infra-estrutura urbana melhorou significativamente, como na periferia da capital. Do ponto de vista demográfico, os outros municípios continuam crescendo mais do que o centro (Tabela 6), e nesse sentido ainda demonstram o comportamento típico da periferia. Do ponto de vista econômico, no entanto, a crise dos anos 80 afetou diferentemente os municípios que eram muito industrializados e os que não eram, modificando a relação de simples complementaridade com a capital. Enquanto as regiões mais industriais sofreram drasticamente os efeitos da crise, grandes investimentos imobiliários e em atividades terciárias em locais que eram até então basicamente rurais geraram um bom desempenho econômico com taxas de crescimento contínuas nas regiões a oeste e noroeste (Araújo 1993: 37). O dinamismo dessas regiões é tal que pela primeira vez alguns desses municípios passam a receber migrantes ricos do centro.

Embora São Paulo tenha sido o município mais afetado pela crise dos anos 80, Osasco e a região do ABCD também foram afetados.[68] Esta última pode ser vista como um símbolo da antiga era do desenvolvimento industrial, abrigando um grande número de indústrias metalúrgicas. Até hoje o ABCD tem a maior concentração de empregos industriais da região metropolitana, e foi o centro do importante movimento sindical do qual emergiram o PT e seus líderes mais importantes. A região tem uma das melhores infra-estrutura urbanas da área metropolitana e algumas das rendas médias mais altas. Só cinco municípios da região metropolitana têm mais de 5% de chefes de domicílio ganhando mais de 20 SM, e dois deles

[68] Entre 1980 e 1990, a taxa média de variação do valor adicionado total (VAT) foi negativa nos municípios industriais, como, por exemplo, em São Paulo (-3,75%), em Osasco (-2,19%) e na da região do ABCD: -4,46% em Santo André, -2,96% em São Bernardo, -7,27% em São Caetano, -0,26% em Mauá, e 1,23% em Diadema (Araújo 1993: 35).

estão na região do ABCD: São Bernardo (5,8%) e São Caetano (6,3%).[69] No entanto, contrariamente ao que aconteceu no passado, nos últimos anos o desempenho econômico desses municípios foi pobre e sua população cresceu muito pouco (São Caetano perdeu população nos últimos quinze anos).

Vários municípios nas zonas leste e norte da região metropolitana também são industriais e sofreram com a recessão econômica.[70] Eles estão entre os municípios mais pobres da região metropolitana.[71] Em nenhum dos municípios na região leste a proporção dos chefes de domicílio que ganham mais de 20 SM é maior do que 3%; e em todos os municípios da região, entre 30% e 50% dos chefes de domicílio ganham menos de dois salários mínimos por mês.

Em contraste, municípios a oeste e noroeste como Santana do Parnaíba, Barueri e Cajamar revelam um quadro de grande dinamismo econômico e representam um novo tipo de desenvolvimento. Essas áreas tiveram as mais expressivas taxas de crescimento populacional no período de 1980-1996. Elas também tiveram um notável desempenho econômico numa década marcada pela estagnação econômica.[72] Esse desempenho está associado a altos investimentos em empreendimentos imobiliários (na maioria condomínios fechados), conjuntos de escritórios, centros empresariais e shopping centers num padrão semelhante ao dos novos subúrbios americanos. Este padrão é completado pelo fato de que muitos dos novos habitantes dessas áreas são migrantes de classe média e alta (provavelmente muitos daqueles que abandonaram a parte central da capital) e não das camadas trabalhadoras, como tradicionalmente acontecia na periferia. O Mapa 2 mostra que Santana do Parnaíba, a cidade com a mais alta renda média de toda a região metropolitana (9,8 SM), tem um nível de riqueza que só existia anteriormente em alguns dos distritos centrais de São Paulo.

Santana do Parnaíba exemplifica o que se poderia chamar de nova suburbanização de São Paulo. Seu crescimento não é como a expansão tradicional em direção à periferia pobre e industrial, nem como a dos antigos subúrbios residenciais americanos dos anos 50 e 60, mas sim um novo tipo de suburbanização dos anos 80 e 90 que reúne residências e atividades terciárias. Santana do Parnaíba não teve o mesmo desempenho econômico dos municípios adjacentes de Barueri e Cajamar, mas mostra de uma maneira mais clara como a região está se tornando um enclave

[69] Apenas 2,85% dos chefes de domicílio de outros municípios da região metropolitana ganham mais de 20 SM. Desse total, 40,69% ainda estão concentrados no ABCD, com outros 7,26% em Osasco. Ver Mapa 2.

[70] As taxas de crescimento do VAT para o período de 1980-1990 para municípios das regiões leste e norte foram: -2,58% em Mogi das Cruzes, -1,99% em Suzano, -1,60% em Biritiba Mirim, -0,59% em Guarulhos, -4,49% em Santa Isabel, -2,95% em Franco da Rocha, e -1,91% em Caieiras (Araújo 1993: 35).

[71] Os municípios mais pobres estão todos na periferia da região metropolitana e a maioria é ainda significativamente rural.

[72] Entre 1980 e 1990, o VAT aumentou consideravelmente em Barueri (12,62%), Santana do Parnaíba (5,87%) e Cajamar (8,68%) (Araújo 1993: 35).

das novas classes média e alta. Foi o município com a mais alta taxa anual de crescimento da população nos anos 80 (12,76%) e com a maior renda.[73] Noventa por cento do crescimento populacional durante os anos 80 se deveu à migração, e o município teve a maior porcentagem de crescimento decorrente da migração na região metropolitana: 245% (São Paulo, Emplasa 1994: 137). Os migrantes eram sobretudo das camadas média e alta. Na medida em que eles se instalaram em regiões que eram basicamente rurais e bastante pobres,[74] criaram uma situação de dramática desigualdade social, atestada pelo fato de que o coeficiente de GINI em Santana do Parnaíba é de 0,7102, o mais alto da região metropolitana.[75]

Uma das diferenças entre o Morumbi e as novas regiões ricas da área metropolitana é que os condomínios fechados destas últimas são, em sua maioria, horizontais em vez de verticais, isto é, consistem em áreas muradas com casas independentes em vez de edifícios de apartamentos. Os condomínios fechados horizontais expandiram-se ao mesmo tempo em que o Morumbi estava construindo seus edifícios, e eles partilham as mesmas imagens dos conjuntos de apartamentos. Hoje esses condomínios são comuns não só na região metropolitana, mas por todo o interior do estado, especialmente nas regiões mais ricas e industrializadas. Um dos mais conhecidos, e antigos, é Alphaville — nomeado em alusão ao famoso filme de Godard sobre uma cidade imaginária num futuro dominado pela tecnologia. Esse condomínio inclui não só casas dentro de unidades muradas, mas shopping centers e centros de escritórios. Junto com os empreendimentos imobiliários vizinhos de Aldeia da Serra e Tamboré, nos municípios de Barueri e Santana do Parnaíba, toda a região foi agressivamente comercializada no Brasil como uma "*edge city*", ou seja, uma verdadeira representante do novo tipo de subúrbio americano.

A Nova Segregação

São Paulo é atualmente uma região metropolitana mais diversificada e complexa do que era há quinze anos, quando o modelo centro-periferia era suficiente para descrever seu padrão de segregação e desigualdade social. Uma combinação

[73] O crescimento da população entre 1991 e 1996 foi de 8,7%. Em 1991, 14% dos chefes de domicílio tinham uma renda maior do que 20 salários mínimos. É o único município (com exceção de São Paulo) no qual mais de 10% dos chefes estão nessa categoria. Em 1991, a renda média dos chefes (em salários mínimos) nos municípios na região noroeste era: 9,8 em Santana do Parnaíba; 6,2 em Barueri; 5,9 em Cotia; e 3,2 em Cajamar.

[74] Em 1980, apenas 1,5% da população economicamente ativa de Santana do Parnaíba ganhava mais de 20 SM, enquanto 53,7% ganhava menos de 2 salários mínimos.

[75] O segundo mais alto é o de Barueri: 0,6480. O coeficiente de GINI para a cidade de São Paulo é de 0,5857, e para a região metropolitana, 0,5748. Cajamar, que teve um bom desempenho econômico mas não recebeu moradores de renda elevada, teve um coeficiente de GINI significativamente menor: 0,4635. A maioria dos municípios na região leste tem coeficientes de GINI comparativamente baixos.

de processos causou sua transformação. Entre eles incluem-se a reversão do crescimento demográfico; a recessão econômica, a desindustrialização e a expansão das atividades terciárias; a melhoria da periferia combinada com o empobrecimento das camadas trabalhadoras; o deslocamento de parte das classes média e alta para fora do centro; e a ampla difusão do medo do crime, que levou pessoas de todas as classes sociais a buscar formas mais seguras de moradia. Em conseqüência, não só aumentou a desigualdade em São Paulo — o coeficiente de GINI na região metropolitana cresceu de 0,516 em 1981 para 0,586 em 1991 — como ela se tornou mais visível e explícita na medida em que moradores ricos e pobres vivem mais próximos uns dos outros nas novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana. Essas novas áreas têm, de fato, os piores coeficientes de GINI e as mais chocantes paisagens da coexistência de pobreza e riqueza. Além disso, no contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso, eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim, os enclaves fortificados — prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers — constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo. Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle.

São Paulo, no final dos anos 90, é uma metrópole com mais favelas e cortiços, mas seus muitos bairros pobres na periferia melhoraram consideravelmente; as velhas áreas centrais foram transformadas por processos combinados de enobrecimento e decadência; pessoas das classes altas vivem em regiões centrais e bem-equipadas, mas também em novos enclaves fechados em regiões precárias e distantes, perto dos mais pobres, na capital ou fora dela; os empregos terciários estão mudando para áreas ainda não urbanizadas; e a oposição entre oeste (mais rico) e leste (mais pobre) está se tornando mais visível. É também uma região metropolitana na qual as distâncias físicas que costumavam separar diferentes grupos sociais podem ter encolhido, mas cujos muros cercando propriedades são mais altos e os sistemas de vigilância, mais ostensivos. É uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política. De fato, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas pode ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar, controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade.

7. ENCLAVES FORTIFICADOS: ERGUENDO MUROS E CRIANDO UMA NOVA ORDEM PRIVADA

> O vigia na guarita fortificada é novo no serviço, e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa que o vigia não gosta e faz "hum". O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas, e acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me faz entrar no jardim com um gesto de flanela. (...)
>
> O empregado não sabe que porta da casa eu mereço, pois não vim fazer entrega nem tenho aspecto de visita. Pára, torce a flanela para escoar a dúvida, e decide-se pela porta da garagem, que não é aqui nem lá. Obedecendo a sinais convulsos da flanela, contorno os automóveis na garagem transparente, subo por uma escada em caracol, e dou numa espécie de sala de estar com pé-direito descomunal, piso de granito, parede inclinada de vidro, outras paredes brancas e nuas, muito eco, uma sala de estar onde nunca vi ninguém sentado. À esquerda dessa sala corre a grande escada que vem do segundo andar. E ao pé da grande escada há uma salinha que eles chamam de jardim de inverno, anexa ao pátio interno onde vivia o ficus. Eis minha irmã de *peignoir*, tomando o café da manhã numa mesa oval.
>
> Chico Buarque, *Estorvo*, 1991, pp. 14, 16

Nesse romance de 1991, Chico Buarque capta a experiência de viver atrás de muros e vigiado por seguranças que marca o novo estilo de vida nas cidades brasileiras. O romance se passa no Rio, mas poderia muito bem ser em São Paulo ou em qualquer outra cidade de muros. Nessas cidades, e especialmente para a sua elite, um ato banal como uma visita à irmã implica lidar com guardas particulares, identificação, classificação, portões de ferro, intercomunicadores, portões eletrônicos, cachorros — e muita suspeita. O homem aproximando-se do portão é um bom candidato a suspeito, já que anda a pé em vez de guiar um automóvel, ou seja, usa o espaço público da cidade de uma maneira que os moradores do condomínio rejeitam. Condomínios fechados, o novo tipo de moradia fortificada da elite, não são lugares para os quais as pessoas caminhem ou pelos quais passem. Eles são distan-

tes, para serem aproximados só de automóvel e apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e comumente são encaminhados para uma entrada especial — a famosa entrada de serviço. Alguém com a aparência errada e que insiste em caminhar só pode suscitar dúvidas e reações ambíguas nos empregados, que têm que reproduzir na prática os códigos de classificação de seus patrões.

Os condomínios fechados constituem o tipo mais desejável de moradia para as classes altas em São Paulo hoje em dia. Nesse capítulo, analiso esse novo tipo de residência a partir de uma série de perspectivas interligadas. Primeiro, defino os condomínios fechados e sua relação tanto com outros tipos de moradia que predominaram no passado quanto com outros enclaves que produzem segregação semelhante. Os condomínios fechados não são um fenômeno isolado, mas a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas. Em segundo lugar, analiso os elementos que transformam os edifícios residenciais de São Paulo, e especialmente os condomínios fechados, em residência de prestígio: segurança, equipamentos de uso coletivo, serviços e localização. Em terceiro lugar, discuto alguns aspectos problemáticos da vida cotidiana dentro dos muros dos condomínios: a dificuldade de se chegar a regulamentos consensuais e fazer cumprir regras, cuja expressão mais dramática é a criminalidade de adolescentes, especialmente o vandalismo e os acidentes de automóvel causados por jovens dirigindo sem habilitação. Em quarto lugar, analiso as ambigüidades, contradições e rejeições que esse novo modelo gera na medida em que os moradores da cidade o contrapõem a outros espaços, opções de moradia e estilos de vida existentes na cidade. Apesar do novo modelo não ter eliminado todas as outras possibilidades, ele fornece o principal paradigma de distinção em relação ao qual as outras alternativas tendem a ser medidas. Existe hoje na cidade uma estética da segurança definida pelo novo modelo, que simultaneamente guia transformações em todos os tipos de moradia e determina o que confere mais prestígio.

Universos Privados para a Elite

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, shopping centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e

não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles pertencem não ao seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis (Cenzatti e Crawford 1998).[1] Em conseqüência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários.

A transformação dos enclaves fortificados em espaços de prestígio exigiu algumas mudanças importantes nos valores das classes altas. Primeiro, residências coletivas passaram a ser preferidas a residências individuais. Moradias coletivas, como prédios de apartamentos, foram por um longo tempo desvalorizadas em São Paulo por causa da sua associação a cortiços. Até recentemente, as casas eram o paradigma da residência digna e evidência de status moral e social. Os valores de privacidade, liberdade individual e família nuclear embutidos na casa independente sustentaram tanto a guerra contra os cortiços quanto a difusão da casa própria entre as camadas trabalhadoras. Segundo, áreas isoladas, não urbanizadas e distantes foram transformadas em espaços mais valorizados do que os tradicionais bairros centrais e com boa infra-estrutura. Essa mudança requereu a inversão dos

[1] Ver Cenzatti e Crawford (1998) para uma análise de "espaços semipúblicos", isto é, os espaços interiores de shopping centers, hotéis, aeroportos etc., que, embora sejam propriedade privada, têm uso público. Eles não discutem a versão residencial dos enclaves.

valores que haviam prevalecido dos anos 40 até os 80, quando o centro era inequivocamente associado aos ricos e a periferia, aos pobres. Pela primeira vez, algo como o subúrbio americano tornou-se popular entre a elite, e a distância do centro foi resignificada para conferir status em vez de estigma.

De Cortiços a Enclaves de Luxo

Viver em edifícios com várias famílias, compartilhando tanto o uso quanto a propriedade de áreas comuns, não é uma experiência nova para a classe média brasileira. Os condomínios existem desde 1928 em São Paulo. Embora tenha levado um bom tempo para perderem o estigma de cortiço e se tornarem populares entre a classe média, os apartamentos se generalizaram a partir dos anos 70, dadas as mudanças nos financiamentos e o *boom* de construções que se seguiu. Vários elementos, no entanto, diferenciam os apartamentos da década de 70 dos condomínios fechados dos anos 80 e 90. Apesar do antigo tipo de apartamento continuar a ser construído e ter expandido seu mercado até para as camadas trabalhadoras, os empreendimentos mais sofisticados e caros são de um outro tipo. Uma diferença é a localização: enquanto nos anos 70 os prédios residenciais ainda estavam concentrados nos bairros centrais, os condomínios fechados da década de 90 tendem a se situar em áreas distantes. Enquanto os antigos apartamentos integravam a rede urbana, os condomínios recentes tendem a ignorá-la. Segundo, os condomínios fechados são por definição murados, enquanto os edifícios dos anos 70 costumavam ser abertos para as ruas. Embora a maioria destes tenha sido cercada recentemente, o isolamento não era parte de sua concepção inicial, mas sim uma adaptação ao novo paradigma. Terceiro, o novo tipo de condomínio fechado costuma ter grandes (algumas vezes muito grandes) áreas e equipamentos de uso coletivo, enquanto na geração anterior os espaços comuns limitavam-se geralmente a garagens, áreas de circulação, pequenos *playgrounds* e talvez um salão de festas.[2]

Enquanto os condomínios dos anos 70 eram basicamente prédios de apartamentos, nos anos 90 eles podem ser de dois tipos: vertical ou horizontal. Os primeiros são geralmente uma série de edifícios em grandes áreas com vários equipamentos de uso coletivo, e são o tipo predominante em São Paulo. Os últimos consistem em uma série de casas — este tipo predomina nos outros municípios da região metropolitana. As casas são geralmente construídas pelos próprios proprietários, não pelos incorporadores, ao contrário do que é a regra nos Estados Unidos. Em conseqüência, elas não têm um desenho uniforme, embora vários incorporadores incluam nos títulos de venda vários regulamentos referentes a recuos, áreas abertas, muros e cercas, tamanho da casa e uso (apenas residencial). Mas eles continuam

[2] Alguns dos condomínios recentes têm mais de 100 mil m² para uso coletivo e podem ser comparados a clubes sofisticados. Alguns são tão grandes quanto um bairro, com mais 20 mil habitantes e várias ruas internas. Eles são invariavelmente fechados.

a ser condomínios, já que a propriedade e o uso de áreas comuns são compartilhados coletivamente e os moradores têm de obedecer às convenções do condomínio.

Os condomínios fechados brasileiros não são obviamente uma invenção original, mas partilham várias características com os CIDs (*common interest developments* ou incorporações de interesses comuns) e subúrbios americanos. No entanto, algumas diferenças entre eles são esclarecedoras.[3] Primeiro, os condomínios fechados brasileiros são invariavelmente murados e com acesso controlado, enquanto nos EUA, os empreendimentos fechados (*gated communities*) constituem apenas cerca de 20% dos CIDs.[4] Segundo, os tipos mais comuns de condomínios fechados em São Paulo ainda são os de prédios de apartamentos, e, apesar de poderem ser vendidos como um meio de escapar da cidade e seus perigos, ainda são mais urbanos do que suburbanos. Os primeiros conjuntos construídos de acordo com o modelo fechado são um bom exemplo. O Ilha do Sul, construído em 1973, é um conjunto de classe média de seis edifícios, cada um com 80 apartamentos de três dormitórios, localizado na zona oeste da cidade (Alto de Pinheiros). Suas principais inovações eram, de um lado, oferecer comodidades como um clube de mais de 10 mil m² incluindo instalações esportivas, um restaurante e um teatro e, de outro, a segurança: ele é murado e o acesso é controlado por segurança privada. Na época, o crime não era a principal preocupação da cidade, e a prática de controlar a circulação era na verdade temida por vários grupos: 1973 era o auge da ditadura militar e para muitos qualquer investigação de identidade era vista como ameaçadora. Esse fato indica como o enclausuramento foi uma estratégia imobiliária e de marketing que se tornou dominante nas décadas seguintes: hoje, os procedimentos de segurança são requisito em todos os tipos de prédios que aspirem a ter prestígio. Durante o final dos anos 70 e a década de 80, a maioria dos condomínios fechados construídos em São Paulo eram verticais e localizados no Morumbi, seguindo o exemplo do Portal do Morumbi.

Os condomínios horizontais começaram a ser construídos no final dos anos 70, especialmente nos municípios adjacentes à capital na parte oeste da região metropolitana. Eles apresentam algumas interessantes diferenças em relação aos seus equivalentes americanos. Embora a homogeneidade social seja obviamente valorizada, a homogeneidade do projeto não o é: casas com a mesma planta e fachada

[3] Ver McKenzie (1994) para uma análise dos CIDs nos Estados Unidos. Segundo, McKenzie, os CIDs compartilham três características que os distinguem de outros tipos de moradia: propriedade em comum; participação obrigatória na associação de moradores; e regime privado de convenções restritivas imposto por moradores. Eles podem ser de três tipos: empreendimentos de unidades planejadas (ou *PUDs — planned unit developments*), que consistem em casas isoladas construídas de acordo com um mesmo plano mestre, em geral nos subúrbios; condomínios, comumente prédios; e cooperativas (ou *co-ops*), isto é, apartamentos em que os condôminos têm participação acionária no prédio como um todo em vez de serem proprietários de uma unidade (1994: 19).

[4] Blakely e Snyder (1997: 7, 180) estimam que 19% de todas as 190 mil associações integrantes do CAI (Community Association Institute) em 1996 eram condomínios fechados. Eles corresponderiam a mais de 3 milhões de unidades. Não há estimativa disponível do número de condomínios fechados em São Paulo.

são desvalorizadas e pouco comuns. Tradicionalmente, em São Paulo, casas padronizadas têm sido construídas para as camadas trabalhadoras e são desvalorizadas não só pela população em geral, como também pelas pessoas que não têm outra opção a não ser viver nelas. Os moradores fazem incríveis esforços para transformar suas casas e dar-lhes o que chamam de "personalidade", isto é, uma aparência individualizada.[5]

O alto valor ligado à "personalidade" da casa, compartilhado por todas as classes sociais, provavelmente explica por que casas padronizadas não são comuns entre a elite. Isso também é provavelmente responsável pelo fato de que prédios de apartamentos também têm de mostrar "personalidade", e os prédios do Morumbi exibem uma considerável variação na tentativa de distinguir-se individualmente. Mais importante, no entanto, é que essa rejeição da homogeneidade até entre pessoas que são parte de um mesmo grupo social pode estar relacionada ao fato de que na justificação ideológica dos condomínios fechados de São Paulo não há nenhuma referência positiva à idéia de comunidade, algo sempre invocado nos empreendimentos americanos. Os condomínios nunca são chamados de "comunidades" — como acontece nos Estados Unidos, onde recebem o nome de *gated communities* —, nem são anunciados como um tipo de moradia que possa realçar o valor de se fazer coisas em conjunto. Na verdade, os moradores brasileiros parecem desprezar bastante essa idéia de comunidade. Outro ponto interessante de comparação com os Estados Unidos é o uso de contratos e convenções restritivos (*restrictive covenants*). Embora os condomínios brasileiros tenham necessariamente convenções, e embora elas sejam segregadoras, historicamente não têm sido um instrumento da indústria imobiliária, como é o caso nos Estados Unidos, segundo McKenzie (1994: especialmente cap. 2). Somente na última geração de grandes condomínios os incorporadores começaram a incluir suas restrições nos contratos de venda. Nos velhos tipos de prédios de apartamentos, essas eram limitadas à preservação da arquitetura e da fachada, o que é um assunto totalmente diferente em prédios. No caso das casas padronizadas da classe trabalhadora, essas restrições nunca existiram ou nunca foram cumpridas, e modificações constantes são a regra.

Os condomínios horizontais dos anos 80 e 90 representam o processo de suburbanização de São Paulo. Esse processo ainda é incipiente se comparado aos Estados Unidos.[6] Antes dos anos 80, se empreendedores imobiliários agiram como planejadores urbanos privados, isso foi mais evidente na expansão da periferia pobre do que na criação de subúrbios ricos. Até muito recentemente, os casos mais famosos de bairros planejados para a elite eram aqueles projetados no começo do século XX, incluindo Higienópolis, a Avenida Paulista e as famosas cidades-jardins

[5] Venho estudando as transformações em moradias da classe trabalhadora com James Holston. Um dos bairros em nosso estudo foi inicialmente construído por um empreendedor imobiliário nos anos 70 com casas padronizadas. As casas foram sendo alteradas a tal ponto que depois de 20 anos é quase impossível identificar as plantas e fachadas originais.

[6] Para o caso americano, ver Jackson (1985) e McKenzie (1994).

projetadas nos anos 20.[7] Essas áreas, no entanto, sempre foram centrais, não havia nenhuma propriedade comum, e as casas eram construídas individualmente. Além disso, embora esses empreendimentos tivessem contratos com restrições em relação a projeto e uso, alguns de seus regulamentos se tornaram a norma, já que foram incorporados ao Código de Obras da cidade em 1929. Hoje eles são regulamentados pelos códigos de zoneamento da cidade, não pelas determinações dos contratos originais.

Os empreendimentos imobiliários para a elite longe do centro da cidade tornaram-se significativos só no final dos anos 70. Foi também nessa época que uns poucos incorporadores começaram a construir algo semelhante às *new towns* e *edge cities* americanas, isto é, áreas suburbanas que combinam empreendimentos residenciais com centros comerciais e espaço para escritórios. Algumas dessas incorporações mais famosas e agressivas em termos de marketing são Alphaville, Aldeia da Serra e Tamboré, nos municípios de Santana do Parnaíba e Barueri, a nova área de incorporações para as classes médias e altas na região metropolitana. Alphaville começou nos anos 70, construída pelos mesmos incorporadores do Ilha do Sul, e que atualmente estão lançando outros condomínios horizontais nas áreas próximas. Construído numa área de 26 km^2 que se espalha por dois municípios (Barueri e Santana do Parnaíba), Alphaville é dividida em várias áreas residenciais muradas — cada uma enclausurada por muros de 3,5 m de altura e acessíveis apenas por uma entrada controlada —, um conjunto de edifícios de escritórios (Centro Empresarial) e um centro comercial ao redor de um shopping center (Centro Comercial). As primeiras partes a serem construídas, em meados dos anos 70, foram o centro de escritórios e duas das áreas residenciais. No início dos anos 90, Alphaville tinha uma área urbanizada de 13 km^2 e uma população fixa de cerca de 20 mil habitantes. O Centro Empresarial abrigava 360 empresas e o Centro Comercial, 600 empresas. Em média, a população flutuante diária era de 75 mil não-moradores.[8] Em 1989, 55,4% da receita de impostos de Barueri vinha de Alphaville (Leme e Meyer 1997: 20). A segurança é um dos principais elementos na sua publicidade e uma das principais obsessões de todos os envolvidos com o empreendimento. Sua força de segurança privada tinha mais de 800 homens e 80 veículos no início dos anos 90. Cada unidade (Residenciais, Centro Comercial e Centro Empresarial) contrata sua própria segurança para manter a ordem interna, e existe ainda uma força de segurança comum para cuidar dos espaços públicos (as avenidas e mesmo a estrada que liga a São Paulo).

[7] Essas cidades-jardins existem até hoje e originaram a área mais rica da cidade, chamada Jardins. Com suas típicas ruas circulares, a primeira delas, Jardim América, foi planejada na Inglaterra pela firma de Barry Parker e Raymond Unwin.

[8] Dados da construtora Alburquerque, Takaoka S.A., publicados no informativo interno de Alphaville (*Jornal de Alphaville*, XIV (3): 5, 1991). No final dos anos 90, a população residente parece ter crescido para 30 mil, e a média de população flutuante, para 80 mil (comunicação verbal de representantes da construtora).

Um Estilo de Vida Total: Anunciando Enclaves para as Classes Altas

O objetivo das propagandas é seduzir. Os anúncios usam um repertório de imagens e valores que fala à sensibilidade e fantasia das pessoas a fim de atingir seus desejos. Como Augé indica em sua análise dos anúncios dos *châteaux* e *domaines* franceses, seu efeito jaz "no descobrimento ou na súbita revelação a um indivíduo específico de um lugar onde, ele imagina, a vida será possível para ele" (1989: 28-9).[9] Para conseguir esse efeito, os anúncios e as pessoas a quem eles apelam têm que compartilhar um repertório comum. Se os anúncios falham em articular imagens que as pessoas possam entender e reconhecer como suas, eles falham em seduzir. Portanto, anúncios imobiliários constituem uma boa fonte de informação sobre os estilos de vida e os valores das pessoas cujos desejos eles elaboram e ajudam a moldar. A seguir, analiso anúncios de apartamentos e condomínios fechados publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* no período de 1975-1996.[10] Durante esse período, um novo tipo de residência coletiva e cercada foi elaborado como o mais prestigioso e desejável para as classes média e alta de São Paulo. A análise revela os elementos dos padrões atuais de diferenciação e distinção sociais. Ela mostra como as classes altas constroem seu lugar na sociedade e a sua visão do tipo de residência onde "a vida seria possível" para elas.

Através das mais diferentes culturas e classes sociais, o lar cristaliza importantes sistemas simbólicos e molda sensibilidades individuais.[11] A moradia e o status social são obviamente associados e em várias sociedades a residência é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente. Em conseqüência, a construção ou aquisição de uma casa é um dos projetos mais importantes que as pessoas irão realizar. A casa faz declarações tanto públicas quanto pessoais, já que relaciona o público e o doméstico. Ao criar uma casa as pessoas tanto descobrem e criam sua posição social quanto moldam seu mundo interior.

Para as classes trabalhadoras paulistas, suas casas autoconstruídas são claramente seu mais importante projeto de vida e consomem a maioria das suas energias e recursos por muitos anos. Essas casas expressam suas visões sobre seu pertencimento à sociedade e sobre o que é ser moderno. Através de suas casas, os moradores desenvolvem um discurso mediante o qual falam simultaneamente sobre a sociedade e sobre si mesmos. No caso dos trabalhadores pobres em São Paulo, o processo envolve não a compra de uma casa já pronta, mas todo um processo de construção, tanto material quanto simbólico. Eles não compram um casa, mas literalmente a constroem. Assim, basicamente não existem anúncios em jornais para as casas da classe trabalhadora em São Paulo. Nos bairros da classe trabalhadora,

[9] Ver Augé (1989) para uma análise do "sistema de propaganda imobiliária".

[10] A amostra de anúncios analisada foi feita selecionando-se duas edições, geralmente de domingo, de cada ano (uma da primeira metade do ano e uma da segunda). Examinei todos os anúncios imobiliários de cada edição selecionada.

[11] Ver, por exemplo, a clássica análise de Bachelard (1964) sobre a relação entre casa e memória; a de Bourdieu (1972) sobre a casa Kabyle; e a de Cunningham (1964) sobre a casa Atoni.

o mercado imobiliário conta quase exclusivamente com pequenos escritórios locais, comunicação interpessoal e a distribuição de pequenos panfletos em cruzamentos de trânsito. Anúncios em jornais existem apenas para habitações para as classes média e alta, especialmente prédios de apartamentos.

Para as classes média e alta, a criação de uma residência é mediada por anúncios publicitários e pelas indústrias imobiliária e da construção. Nos últimos 20 anos, esses anúncios elaboraram o que chamam de "um novo conceito de moradia" e o transformaram no tipo mais desejável de residência.[12] Esse "novo conceito de moradia" articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A imagem que confere o maior status (e é mais sedutora) é a da residência enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais. Os enclaves são, portanto, opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas, o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social.

Os condomínios fechados correspondem à versão ideal desse "novo conceito de moradia", um ideal em relação ao qual as outras formas menos completas são sempre medidas. Supõe-se que condomínios fechados sejam mundos separados. Seus anúncios propõem um "estilo de vida total", superior ao da cidade, mesmo quando são construídos dentro dela. O Portal do Morumbi foi um dos primeiros condomínios fechados em São Paulo. Em 4 de setembro de 1975, o conjunto foi propagandeado no jornal *O Estado de S. Paulo* em anúncio de página inteira. Uma série de pequenas ilustrações mostrava o que seria a vida de seus moradores hora a hora, das 7 da manhã às 11 da noite. Pessoas eram mostradas na piscina, na sala de exercícios, na sauna, no *playground* e caminhando nos jardins. O texto principal dizia:

[12] Há muitas maneiras possíveis de abordar os anúncios. Escolhi enfatizar o simbolismo da casa, mas uma abordagem alternativa seria identificar como eles expressam as variações das políticas habitacionais e códigos de construção analisados no capítulo 6. Apesar de os anúncios não mencionarem os códigos de zoneamento, regulamentações restritivas, crise econômica e dificuldades de financiamento, todas essas questões podem ser lidas na linguagem específica da publicidade. Na verdade, o "novo conceito de moradia" é uma resposta à necessidade dos empreendedores imobiliários de construir prédios de apartamentos longe do centro e em imensos lotes por causa dos códigos de zoneamento e do aumento do preço da terra. Nos anúncios, porém, essa necessidade aparece transfigurada em "escolha de um estilo de vida". Da mesma maneira, se os apartamentos estão sendo construídos com áreas internas menores, tanto por causa do menor poder aquisitivo dos compradores quanto da necessidade de manter uma certa taxa de utilização, o espaço reduzido é anunciado como "solução racional" perfeitamente adaptada à "vida moderna de pessoas dinâmicas". Apesar de os anúncios oferecerem material para uma interpretação da vida doméstica das famílias de classe média paulistanas (por exemplo, por meio de uma análise da distribuição de espaços e funções, do uso de materiais e assim por diante), concentro a análise sobretudo no que essas residências expressam publicamente no espaço da cidade.

Aqui todo dia é domingo.
Construtora Alfredo Mathias.
Playground, quadras, centro médico.
Passeio ao ar livre a qualquer hora do dia e da noite volta a ser um prazer plenamente possível e absolutamente seguro no Portal do Morumbi. Policiamento 24 horas por dia. Segurança perfeita na crescente insegurança da cidade. (*O Estado de S. Paulo*, 4 de setembro de 1975).

O anúncio sugere um mundo claramente distinguível da cidade ao redor: uma vida de lazer seguro, um eterno domingo. Para garantir essa inversão, guardas de prontidão 24 horas por dias. Pelo menos dez anos antes de o crime violento aumentar e se tornar uma das principais preocupações dos moradores de São Paulo, a insegurança da cidade já estava sendo construída nas imagens das imobiliárias para justificar um novo tipo de empreendimento urbano e de investimento. Essa prática persiste até o presente.

Granja Julieta. Vá lá e more feliz.
3 dormitórios, 2 banheiros, 1.000 m^2 de jardins, piscinas, playground, salão de festas, todos com garagem.
Uma praça é uma praça: você não tem vizinhos altos, longe da poluição ambiental e visual. Sol por inteiro, ar puro e muito silêncio. Todo o conjunto é envolvido por altas grades protetoras. O portão das garagens possui garantia de controle. Playground: dá liberdade segura às crianças e paz aos adultos. Status, conforto. Todas as vantagens de um conjunto residencial fechado, com encantos de um clube sofisticado. (*O Estado de S. Paulo*, 11 jan. 1976).

Fazendo apelos à ecologia, saúde, ordem, lazer e, é claro, segurança, os anúncios apresentam os condomínios fechados como o oposto do caos, poluição e perigos da cidade. Essas imagens são compartilhadas por aqueles que decidem deixar o centro para habitar os novos conjuntos, mesmo que sejam situados em áreas com infra-estrutura precária e que requerem longas horas no trânsito.

7.1
– Eu saí da Av. Paulista por causa do barulho. (...) Nos fins de semana tinha o movimento daqueles restaurantes, daquilo tudo. Então foi ficando impossível de se morar (...) E a circulação de gente durante todo o dia em frente de onde eu morava, era como se fosse o centro da cidade: eram office-boys, aquele movimento permanente, permanente.

Dona de casa, 52 anos, vive no Morumbi com seu marido, executivo numa multinacional, e dois filhos.

Isolamento e distância do centro da cidade e sua intensa vida urbana são tidos como condições para um estilo de vida melhor. Os anúncios comumente se referem à paisagem natural dos empreendimentos, com áreas verdes, parques e lagos, e usam frases com apelos ecológicos. Os condomínios também são freqüentemente representados como ilhas instaladas no meio de arredores nobres.

Quem disse que apartamento não combina com natureza? Aqui está a prova em contrário. (...) Um apartamento perfeito, onde você e sua família vão sentir-se em total harmonia com a natureza. 2 dormitórios, sala para 2 ambientes, cozinha e área de serviço espaçosa. Finíssimo acabamento, condomínio cercado por muros e gradis de ferro, guarita com porteiros 24 horas por dia, interfone, garagem. Tranqüilidade permanente: o verde à sua volta será permanente, uma vista externa para descansar os olhos e o espírito. (*O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1986).

Desperte o homem livre que existe em você. Mude para a Chácara Flora. Aqui você vai poder ser gente a semana inteira e não só no sábado e no domingo. Aqui você vai morar cercado de verde, respirando ar puro. (...) Aqui você vai mudar de vida sem sair de S. Paulo. (...) Segurança total com gradis e guarita com interfone. (*O Estado de S. Paulo*, 22 de janeiro de 1989)

O direito de não ser incomodado. Estamos oferecendo a você um conceito habitacional todo novo e revolucionário. Sobrados de dois dormitórios. Toda a segurança para você e a tranqüilidade para seus filhos. As residências formam um conjunto totalmente protegido por muros. O acesso é permitido exclusivamente aos moradores. A portaria controla tudo. Mas você nunca estará isolado. 5.000 metros quadrados de jardins e áreas de lazer, com duas piscinas. (...) Vila das Mercês (*O Estado de S. Paulo*, 6 de janeiro de 1980)

Apenas com "segurança total" o novo conceito de moradia está completo. Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias — guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também "felicidade", "harmonia" e até mesmo "liberdade". Relacionar a segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos seus outros significados. Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram "o direito de não ser incomodado", provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto.

Além de serem distantes, segregados e seguros, supõe-se que os condomínios fechados sejam universos autocontidos. Os moradores devem ter a seu dispor quase tudo o que precisam para que possam evitar a vida pública da cidade. Para tanto, os equipamentos de uso coletivo que transformam muitos condomínios em sofisticados clubes.

Verteville 4 — em Alphaville — soluções reais para problemas atuais (...) Vista para dois lagos e bosques. Respire fundo! Densidade de po-

> pulação bem reduzida. Convivência sem inconveniência: centro de convivência completo e hipercharmoso. Vale a pena conhecer: 4 piscinas (a grande, a aquecida, a infantil e a de choque térmico e hidromassagem). Bar aquático.(...) Saunas. Salão de ballet, esgrima e ginástica. Sala de bronzeamento e massagem. Vestiário completo. Mini-*drugstore* com livros, revistas, tabacaria, etc. (...) Programas diários de atividades orientadas para crianças, esportes, biblioteca, horta, criação de pequenos animais etc. Uma administração independente: totalmente diferente do convencional, criando serviços novos, surpreendentes e fundamentais, como: assistência especial às crianças (...), serviço opcional de faxineiras, serviço opcional de suprimentos: você terá quem faça suas compras de supermercado. Serviço de lavagem de carro. Transporte para os demais bairros de São Paulo. Segurança absoluta, inclusive eletrônica. 3 suítes mais escritório e 3 garagens. 420 m² de área total. (*O Estado de S. Paulo*, 4 de outubro de 1987).

Apesar do marketing insistente das numerosas instalações para uso comum, em todos os edifícios e condomínios em que fiz pesquisas seu uso é muito baixo, com exceção dos *playgrounds*. Talvez isso reflita como os moradores se sentem pouco à vontade com a idéia de partilhar um espaço residencial, uma coisa que os anúncios tentam rebater sugerindo que a sociabilidade seria possível "sem inconveniência" e que a densidade da população é baixa. O pouco uso das áreas comuns poderia também indicar que a presença de todas essas instalações — algumas delas bastante luxuosas — é mais uma marca de status do que uma condição necessária para uma vida cotidiana mais gratificante. Em outras palavras, essas instalações parecem ter a ver mais com ostentação do que com um novo padrão de sociabilidade entre vizinhos ou com novos conceitos de vida privada. Só as crianças parecem desenvolver sua sociabilidade nos condomínios, mas mesmo isso parece não sobreviver depois que elas desenvolvem outras relações em suas escolas particulares ou nos clubes que as famílias não deixam de freqüentar.

Além dos equipamentos de uso coletivo, os condomínios fechados de São Paulo oferecem um amplo leque de serviços: psicólogos e professores de ginástica para cuidar da recreação das crianças, aulas de todos os tipos para todas as idades, esportes organizados, bibliotecas, jardinagem, cuidado de animais de estimação, médicos, centros de mensagens, comida congelada, administração doméstica, cozinheiras, pessoal de limpeza, motoristas, lava-auto, transporte e empregados para fazer as compras de supermercado. Se a lista não corresponde aos seus sonhos, não há por que se preocupar, já que "tudo o que você quiser" também entra na lista dos serviços.

Não é só nos grandes condomínios que os serviços imperam. Um dos tipos de moradia que estão ficando cada vez mais populares entre a classe média são os "flats". Em geral, são apartamentos pequenos (com um ou no máximo dois dormitórios) em prédios que oferecem todos os serviços de um hotel. Em razão de sua popularidade, o preço por metro quadrado dos apartamentos de um dormitório tem sido mais alto do que em apartamentos de quatro dormitórios (Embraesp 1994: 4).

A expansão dos serviços domésticos não é algo exclusivo do Brasil. Como mostra Sassen (1991: caps. 1 e 8), nas chamadas cidades globais, a expansão dos segmentos de alta renda exige um aumento de empregos de baixa remuneração: *yuppies* e trabalhadores pobres migrantes dependem uns dos outros. Qualquer análise do lado afluente de Los Angeles revela a presença de um incrível número de imigrantes trabalhando como empregadas domésticas, babás e jardineiros para manter o luxuoso estilo de vida das casas protegidas por serviços de segurança armada (ver, por exemplo, Rieff 1991). Em São Paulo, no entanto, os serviços domésticos em condomínios fechados são a versão atual de um antigo padrão. Os serviços são uma obsessão entre as classes média e alta brasileiras. Uma das razões mais comuns que as pessoas dão para justificar a mudança para um prédio de apartamentos é a impossibilidade de encontrar "bons serviços"; ou seja, basicamente a impossibilidade de ter empregadas que durmam no emprego e tomem conta da casa e das crianças. Elaborando esse tema, o anúncio de um apartamento no Ibirapuera usou como ilustração a foto de uma mulher negra gorda e sorridente — o estereótipo da boa empregada, com sua alusão à imagem de uma escrava — usando uniforme e segurando um espanador. Ele dizia:

> Um apartamento onde não faltam bons serviços para sua família viver tranqüila. O primeiro apartamento que já vem com serviços. (O *Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1986.)

Ao mesmo tempo em que os serviços oferecidos pelos condomínios enfatizam a tradição brasileira de ter empregados domésticos, eles introduzem importantes mudanças. Um arranjo no qual "administrações diferentes e independentes" oferecem vários tipos de serviços é bem distinto das antigas relações personalizadas do trabalho doméstico. As tarefas no novo contexto são oferecidas como múltiplos serviços temporários, em lugar da antiga relação mais permanente e individualizada com pessoas que moravam na casa (por exemplo, uma pessoa que prepara comida congelada uma vez por mês em vez de uma cozinheira, ou uma faxineira que trabalha uma vez por semana em vez de uma que mora na casa). Muitas vezes, os novos serviços são gerenciados pela administração do condomínio e não mais através do relacionamento pessoal entre o empregado e a família (normalmente a dona de casa). Essas mudanças tornam o fornecimento de serviços formal e impessoal, mas sem afetar necessariamente a natureza das tarefas que as classes média e alta pagam outros para desempenhar.[13]

[13] Essa mudança já pode estar refletida nos novos dados sobre a força de trabalho. De 1980 a 1991, o setor de serviços domésticos da força de trabalho urbana diminuiu — 0,3% por ano na cidade de São Paulo, enquanto todos os outros subsetores do terciário aumentaram. Os serviços pessoais e os serviços de conserto e manutenção aumentaram 3,3% e 4,2% ao ano. Isso pode indicar uma mudança na maneira pela qual os serviços são executados em vez de uma diminuição do uso de serviços domésticos. Por exemplo, serviços de limpeza feitos por empregados de uma empresa não são classificados como serviço doméstico, mesmo quando feitos numa casa, mas como serviços de manutenção e conserto. Leme e Meyer (1997: 66).

Além dessas mudanças nos serviços mais tradicionais, houve a criação de outros novos, o mais óbvio deles sendo a segurança privada (ver capítulo 5).[14] Nos condomínios esse serviço combina novos e antigos padrões. Embora nos últimos anos a indústria de segurança privada tenha crescido consideravelmente, na maioria dos condomínios a que tive acesso esses serviços assumem a forma de "segurança orgânica", isto é, guardas contratados diretamente pelo condomínio, com freqüência sob a rubrica de outros serviços (como limpeza, por exemplo) ou sem um contrato legal de trabalho. Muitos dos guardas de condomínios não têm treinamento formal para o trabalho e estão trabalhando em condições ilegais (muitos são policiais desempenhando serviços particulares em suas horas de folga e usando armas da polícia). Mesmo assim, a existência de um mercado oficial de serviços de segurança — regulado por uma lei federal, com cursos de treinamento e obrigações trabalhistas — enquadra a relação de trabalho em termos bem diferentes daqueles do mercado tradicional de serviços domésticos, totalmente assentado em acordos pessoais, e introduz novos problemas e preocupações. O caráter dúbio dos acordos trabalhistas também está se tornando uma fonte de grande ansiedade em algumas circunstâncias. Por exemplo, os moradores têm dificuldade em despedir guardas com quem têm apenas acordos verbais, mas que aprenderam muito sobre seus hábitos e poderiam usar esse conhecimento contra eles ou trabalhar com criminosos para chantagear seus antigos patrões.

Os novos tipos de serviços não fizeram desaparecer as tradicionais empregadas domésticas ou os contratos de trabalho negociados pessoalmente e verbalmente, mas o enquadramento dessas relações mudou. Em muitas residências de classe média, o espaço para as empregadas diminuiu, e muitas famílias já não podem mais pagar por elas (sem falar de duas ou três empregadas, algo que era comum entre a classe média uma geração atrás). De outro lado, o serviço doméstico agora é regulamentado por lei. A Constituição de 1988 estende aos empregados domésticos os benefícios da lei trabalhista (férias remuneradas, uma folga remunerada por semana, décimo terceiro salário, previdência social, jornada de oito horas e pagamento de horas extras). Como seria de esperar, a resistência a essa lei foi intensa e um dos caminhos para passar por cima dela é contratar múltiplos serviços temporários em vez de uma empregada fixa. Em geral, as empregadas sob acordos permanentes estão se recusando a trabalhar sem um contrato e estão aprendendo a usar a justiça do trabalho, que é provavelmente o único ramo do sistema judiciário do Brasil que pode beneficiar trabalhadores. No entanto, o cumprimento da limitação de horas de trabalho continua a ser amplamente desrespeitado, em especial no caso das empregadas que dormem no emprego, e os contratos não são estendidos aos trabalhadores irregulares (diaristas, por exemplo). Empregados domésticos contratados pela administração do condomínio costumam ter contratos formais e de acordo com a legislação.

A alocação espacial dos empregados e serviços em edifícios sempre foi um problema para a classe média. As soluções variam, mas uma das mais emblemáticas

[14] De 1980 a 1991, os serviços de segurança particular aumentaram 4,9% ao ano na cidade de São Paulo (Leme e Meyer 1997: 66).

refere-se às áreas de circulação de prédios de apartamentos. Apesar de muitas mudanças recentes, a tradição de separar as entradas e os elevadores em "social" e de "serviço" parece intocada: espera-se que pessoas de diferentes classes sociais não se misturem ou interajam nas áreas públicas dos edifícios, ainda que essa separação seja agora ilegal.[15] A classe média pode renunciar a suas casas, pode abandonar as áreas centrais da cidade, pode mudar-se para espaços menores do que aqueles a que estava acostumada e pode ter menos empregados domésticos, mas não abdica da separação espacial entre suas famílias e as pessoas que lhes prestam serviços. Algumas vezes a distinção parece ridícula, porque os dois elevadores ou portas são colocados lado a lado. À medida que o espaço diminui e as soluções lado-a-lado se difundem, os apartamentos que têm áreas de circulação totalmente independentes capitalizam nesse fato ao anunciar: "hall social independente do hall de serviço" (por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1988). A idéia é antiga: separação física como uma forma de prestígio de classe.

As áreas de serviço também mudaram recentemente. Os espaços para quarto e banheiro de empregada, lavanderia e copa têm diminuído consideravelmente em razão dos altos custos (são áreas normalmente ladrilhadas e com muito encanamento), e soluções como lavanderia coletiva no térreo e vestiário coletivo para empregadas que não moram com a família estão começando a aparecer em algumas das incorporações mais recentes. (O banheiro separado da empregada em cada apartamento, no entanto, continua a aparecer mesmo nas menores plantas.) Em prédios para a classe alta, a existência de dois ou três quartos de empregada é anunciada como parte das luxuosas instalações do apartamento. O notável é que, enquanto situações semelhantes a essas em outros países resultaram na redução de empregados domésticos, no desenvolvimento de máquinas para serviços domésticos e no maior envolvimento de todos os membros da família nas tarefas domésticas, em São Paulo inventam-se soluções engenhosas que permitem manter praticamente inalterado o conceito tradicional de serviço doméstico — sem falar da divisão de gênero das tarefas domésticas.[16]

À medida que o número de trabalhadores por condomínio aumenta, que os trabalhos domésticos mudam de caráter, que os "serviços criativos" proliferam para as classes média e alta, que não podem passar sem eles, os mecanismos de controle se diversificam. Quando as "administrações criativas" dos novos enclaves tomam conta do gerenciamento do trabalho, elas podem impor formas mais estritas de controle que, se adotadas numa interação mais pessoal entre empregados domésticos e as famílias que os contratam, poderiam criar relacionamentos diários impossíveis. Esse controle mais "profissional" pode ser anunciado como um novo serviço:

[15] Em 1995, a cidade de São Paulo passou uma lei proibindo qualquer tipo de discriminação no uso de elevadores. Embora todos os elevadores exibam uma cópia da lei, no uso cotidiano a divisão entre o social e o de serviços continua a ser observada. Ver Holston (1989: 174-81) para uma análise do sistema de separação espacial nos apartamentos modernistas projetados por Oscar Niemeyer em Brasília.

[16] Para uma discussão instigante de como a profissionalização das mulheres de classe média e alta tem tido pouca repercussão na organização da vida doméstica, ver Ardaillon (1997).

> O estilo avant-garde em um investimento top class. Ritz Flat. Projeto Top Class (...). Apartamentos top class (...). Planta top class (...). Vida social e lazer top class (...). Localização top class (...). Equipamentos top class: som ambiente, antena coletiva de TV e FM, controle de garagem, portões eletrônicos, central de videocassete, entrada de serviço isolada da parte social, com controle específico. Administração e serviços top class (...). Rentabilidade top class. (*O Estado de S. Paulo*, 11 Janeiro 1987).

Neste exemplo, os empregados são fundamentais para o empreendimento "top class", já que se trata de um "flat". O método básico dos "controles específicos" consiste em dar poderes a alguns trabalhadores para controlar outros. Em vários condomínios, incluindo pelo menos dois onde fiz trabalho de campo, tanto empregados do condomínio quanto empregadas e faxineiras de apartamentos individuais (mesmo aquelas que viviam lá) tinham que mostrar seu crachá de identificação para entrar e sair do condomínio. Muitas vezes, elas e seus pertences pessoais são revistados diariamente ao deixarem o trabalho. Esses arranjos em geral envolvem homens controlando mulheres.

As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade — tanto da cidade e sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas diárias — com base na dependência de serviços realizados por pessoas da classe trabalhadora. Eles dão armas para guardas mal pagos controlarem seus próprios movimentos de entrada e saída dos condomínios. Eles pedem a seus office-boys mal pagos para resolver todos os problemas burocráticos, desde pagar suas contas e ficar em todo tipo de filas, até transportar quantidades incríveis de dinheiro. Eles também pedem a suas empregadas mal pagas — que não raro vivem nas favelas do outro lado do muro do condomínio — para lavar e passar suas roupas, arrumar suas camas, comprar e preparar sua comida e freqüentemente tomar conta de seus filhos o dia inteiro. Membros das classes altas temem o contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres. Eles só podem estar angustiados para encontrar a maneira certa de controlar essas pessoas com as quais mantêm tais relações ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança.

De fato, o significado do controle vai além do gerenciamento de empregados. Já que segurança total é essencial para esse tipo de residência, o controle é exercido continuamente não só sobre os empregados, mas sobre todos os visitantes, mesmo a própria família do morador. Se os proprietários podem resistir a esse controle ou ignorá-lo, os visitantes e especialmente pessoas da classe baixa não têm alternativa a não ser sujeitar-se a ele. Uma vez estabelecido, esse controle é na verdade controle de classe, que ajuda a manter o condomínio como um mundo homogêneo e isolado. O controle completa o "novo conceito de moradia", isto é, a imagem de um mundo exclusivo, isolado, disciplinado, fortificado, homogêneo e auto-suficiente, que parece sintetizar a noção de um estilo de vida alternativo personificando o que a elite paulista dos anos 90 chama de liberdade.

Esses universos totais e autônomos parecem capazes de realizar as mais estranhas fantasias. Uma delas é o desejo de trazer o passado de volta, ao estilo retrô

pós-moderno. Por exemplo, o condomínio fechado horizontal Aldeia da Serra foi totalmente concebido como uma recriação do passado. Ele foi construído pelos mesmos incorporadores que fizerem Alphaville: parece que eles podem jogar igualmente bem com a construção de ficções do passado e do futuro! Lançado em 1980, Aldeia da Serra é um parque residencial temático para pessoas que sentem saudades "daquele tempo antigo". Ele tenta imitar uma aldeia colonial ao colocar em seu praça central um coreto e uma capela colonial adornada com pinturas e esculturas barrocas compradas em antiquários ou copiadas das igrejas de Ouro Preto. Há também peças de equipamento antigo de fazenda distribuídas por todos os distritos residenciais — as "moradas" —, os mesmos distritos que são protegidos por cercas, guardas armados e sistemas de segurança. O simulacro de um vilarejo do passado protegido por guardas armados constitui de fato uma realização pós-moderna.

Aldeia da Serra, junto com Alphaville e Tamboré, está entre os exemplos mais agressivos de investimento imobiliário combinando condomínios fechados, shopping centers e conjuntos de escritórios de acordo com o modelo dos novos subúrbios americanos.[17] Em outubro de 1993, uma ampla campanha de publicidade em São Paulo elaborou as semelhanças dessa área com os enclaves dos Estados Unidos. Foi uma campanha para vender a idéia de uma *edge city* (expressão usada em inglês) como uma forma de aumentar o apelo e o preço desses enclaves. Um dos principais personagens da campanha foi Joel Garreau, um jornalista americano e autor do livro *Edge City — Life on the New Frontier*. Sua fotografia apareceu em anúncios de página inteira em revistas e jornais, ele veio a São Paulo falar a um grupo seleto de corretores de imóveis e foi um dos principais participantes num programa de televisão de 30 minutos vendendo essas três incorporações como se fossem um pedaço do Primeiro Mundo caído na região metropolitana de São Paulo.

Como mostra o capítulo 6, a região a oeste na qual essas incorporações estão localizadas é a parte da região metropolitana mais afetada pelas transformações socioeconômicas e demográficas nas últimas duas décadas. Desde os anos 70, incorporadores imobiliários têm investido pesadamente na área, beneficiando-se do baixo preço dos terrenos e das vantagens oferecidas pelas administrações locais, e atraindo moradores ricos e importantes atividades terciárias para suas incorporações. A campanha de 1993 baseava-se em muitas imagens de condomínios fechados já bem difundidas, mas deu-lhes um toque de novidade ao batizá-los de *edge cities* — um nome que não conseguiu captar a atenção dos paulistanos, que continuam a se referir a essa área pelo nome da mais antiga incorporação, Alphaville.[18]

---

[17] Uso a expressão subúrbios antigos para me referir àqueles que eram basicamente residenciais e dos quais os moradores se deslocavam para os empregos no centro da cidade. Uso "subúrbios novos" para me referir àqueles que combinam residências com escritórios e centros comerciais. Há muitos rótulos para esses novos tipos de subúrbio na literatura americana, como *edge cities*, *outer cities*, ou *exopolis*. No Brasil, o fenômeno ainda não tem um nome, apesar dos esforços de alguns empreendedores imobiliários. Para uma crítica da noção de *edge city*, ver Beauregard 1995.

[18] Talvez uma das razões pelas quais o rótulo não colou seja o fato de que a tradução em português usada nos anúncios, "cidade de contorno", não faz muito sentido.

O programa publicitário para a televisão transmitido em São Paulo pela Rede Manchete no sábado, 16 de outubro de 1993, explicitamente ilustra as conexões com o modelo dos EUA, assim como algumas peculiaridades locais. O programa combinou cenas das *edge cities* dos EUA (Reston, Virginia, e Columbia, Maryland)[19] e dos três empreendimentos sendo anunciados em São Paulo. Garreau — falando em inglês com legendas em português — descreveu as *edge cities* como a forma predominante do crescimento urbano atual e usou Los Angeles e seus múltiplos centros como exemplo. Havia interessantes diferenças na forma como o programa apresentou as *edge cities* brasileiras em comparação com as americanas. Moradores de enclaves em ambos os países foram entrevistados na frente de piscinas, lagos e áreas verdes, enfatizando tanto o caráter luxuoso quanto o antiurbano dos incorporações. No entanto, se as *edge cities* americanas têm muros externos, controles de entrada, e pessoal de segurança, eles não foram mostrados. No caso paulista, no entanto, eles são cruciais e foram enfatizados. A uma certa altura, o programa mostra uma cena filmada de um helicóptero: o pessoal da segurança privada do condomínio brasileiro intercepta um "veículo suspeito" — uma Kombi — fora dos muros; eles revistam fisicamente os ocupantes, que são forçados a colocar os braços para cima contra o automóvel. Embora seja ilegal para um serviço de segurança privado realizar em uma rua pública esse tipo de ação, isso, junto com cenas de visitantes apresentando documentos de identificação nos portões de entrada, assegura aos moradores ricos (e espectadores) que pessoas "suspeitas" (pobres) serão mantidas a distância e sob controle. Outra cena reveladora é uma entrevista em inglês com um morador de uma *edge city* americana. Ele cita como uma das principais razões para se mudar para lá o fato de que queria viver numa comunidade racialmente integrada. Essa observação é suprimida nas legendas em português e substituída pela formulação de que sua comunidade tinha "muitas pessoas interessantes". Em São Paulo, a idéia de uma comunidade racialmente integrada poria em risco todo o negócio.

Importar modelos de Primeiro Mundo e usá-los para vender todo tipo de mercadorias é obviamente uma prática comum em países de Terceiro Mundo. O paralelo entre os exemplos brasileiros e americanos sugere que, embora o grau de segregação varie, ela ainda usa dispositivos semelhantes em ambos os casos. Colocados lado a lado com os casos americanos, os métodos brasileiros de segregação (muros altos, guardas armados por todos os lados, controle ostensivo dos pobres) parecem óbvios e exagerados. Contudo, eles revelam de modo caricatural algumas características do modelo americano original. A questão da segregação racial também oferece um contraste interessante. Apontar a integração racial como algo positivo num CID americano é algo anômalo, dada a longa história de contratos restritivos e segregação racial nessa forma de moradia nos Estados Unidos (cf. McKenzie

[19] Ambas são "cidades novas" (*new towns*), construídas e financiadas privadamente e entre as maiores desse tipo de empreendimento (McKenzie 1994: 100). Nos anos 90, contudo, ambas foram assimiladas à conurbação da Grande Washington. Elas não podem ser consideradas exemplos típicos das *edge cities* dos anos 90.

1994: especialmente cap. 2). No Brasil, isso seria impensável, dada a etiqueta tradicional das relações raciais que faz com que a questão não seja nunca mencionada. Como na vida cotidiana, o anúncio simplesmente silencia a referência a raça; e como se isso não fosse um problema, os negros continuam a ser assediados e mandados para a entrada de serviço.

Mantendo a Ordem Dentro dos Muros

O ideal do condomínio fechado é a criação de uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos problemas da cidade e desfrutar um estilo de vida alternativo com pessoas do mesmo grupo social. O anúncio de um empreendimento de luxo no Morumbi torna essa concepção inconfundivelmente clara. Chamado de Place des Vosges, ele é uma réplica da famosa praça parisiense. Seus apartamentos maiores têm quatro dormitórios e 268 m² (além de quatro garagens e áreas externas para um uma área total de 539 m² por unidade) e custavam US$ 476 mil. Em 1993, quando a construção começou, foi anunciada com a frase: "Condomínio Place des Vosges. Outro igual a esse só em Paris" (*O Estado de S. Paulo*, 17 de outubro de 1993). Os anúncios do empreendimento se concentraram nas similaridades entre os dois até 1996, quando começaram a destacar as diferenças (ver Figura 1). A nova propaganda mostrava uma fotografia da praça parisiense e um desenho do enclave do Morumbi e anunciava: "Place des Vosges. A única diferença é que a de Paris é pública. E a sua é particular" (*O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1996).

Embora os novos enclaves valorizem o universo privado e rejeitem a cidade e seus espaços públicos, organizar a vida em comum dentro dos muros dessas áreas residenciais coletivas tem se mostrado bastante complicado. Muitas pessoas que entrevistei nos condomínios concordam que eles resolveram a maioria dos problemas associados ao mundo externo, mas estão continuamente enfrentando conflitos internos. Elas sentem que os condomínios de fato são seguros, se com isso se quer dizer que são capazes de evitar o crime e controlar interferências externas. No entanto, a vida entre iguais parece estar distante do ideal de harmonia que alguns anúncios querem construir.

Igualdade social e uma comunidade de interesses não constituem automaticamente as bases para uma vida pública. Concordar a respeito de regras comuns parece ser um dos mais difíceis aspectos da vida cotidiana nas residências coletivas. Além disso, mesmo se se concorda com as regras, fazê-las cumprir pode ser difícil, especialmente no caso de crianças e adolescentes. O problema central dos condomínios e edifícios parece ser como funcionar como uma sociedade com algum tipo de vida pública. Muitos moradores parecem tratar todo o complexo como casas particulares onde podem fazer o que lhes der na cabeça. Eles interpretam liberdade como sendo uma ausência de regras e responsabilidades em relação aos vizinhos.

Novamente é revelador fazer algumas comparações com os enclaves americanos. Nos Estados Unidos, "*community*" é uma designação comum para condomínios de vários tipos. Em São Paulo, os incorporadores imobiliários não vêem a

Figura 1: Anúncio do condomínio fechado *Place des Vosges*, publicado em O *Estado de S. Paulo*, 15/03/1996, p. A16.

si mesmos como *"community builders"*, e os anúncios não apresentam os condomínios fechados como um novo tipo de vida comunitária, mas apenas como um local de moradia para grupos sociais homogêneos. Em outras palavras, os anúncios não enfatizam uma comunidade de valores e interesses partilhados, não tentam criar nenhuma sensação de pertencimento a uma comunidade e não apelam para a importância de um espaço que possa facilitar interações face-a-face. Para os empreendedores imobiliários brasileiros e seus clientes, as vantagens da homogeneidade social não implicam o desejo de uma sociabilidade local. Embora o estudo de Blakely e Snyder (1997: especialmente o cap. 6) sobre comunidades fechadas (*gated communities*) nos EUA revele que os moradores têm pouco interesse em se envolver com uma sociabilidade local e com atividades coletivas, e embora o nível de participação em associações de moradores seja baixo, a referência à comunidade é tanto um recurso retórico para vender condomínios fechados quanto um critério ideológico para avaliar a vida dentro dos muros.[20] A seguir, critico a vida comum dentro dos muros, mas não por deixar de criar um senso de comunidade. Critico os condomínios por não criarem uma vida pública regulada por princípios democráticos, responsabilidade pública e civilidade.

Uma segunda diferença importante entre os condomínios brasileiros e os americanos, e que também revela os problemas para construir uma vida pública e democrática nos enclaves de São Paulo, refere-se às regras internas e às formas como elas são aplicadas. Todos os condomínios paulistas têm convenções, algumas elaboradas pelas incorporadoras, algumas pelos moradores. Elas são um tema freqüente de debate em reuniões de condomínio e constantemente estão sendo reescritas. Fazer cumprir as regras escritas nessas convenções é um grande problema. Todas as disputas tendem a ser tratadas como um assunto privado entre os moradores. Só em casos extremos a disputa chega até o sistema judiciário (normalmente em casos de não-pagamento das taxas de condomínio ou quando é preciso forçar um morador a reparar danos em sua unidade que afetem outros moradores), ao contrário dos Estados Unidos, onde o apelo ao judiciário é amplo. Em outras palavras, embora tanto no Brasil como nos Estados Unidos (McKenzie 1994: 12-23) as disputas entre moradores de condomínios sejam muito comuns, em São Paulo elas tendem a ser tratadas de forma privada e não como questões de interesse público ou da lei.

As reuniões de condomínio são as principais arenas do conflito, embora discussões entre vizinhos sejam também muito comuns. Minha observação de várias reuniões em diferentes condomínios revelou que os conflitos e agressões eram roti-

---

[20] O livro de Blakely e Snyder (1997) avalia a vida dentro das *gated communities* em relação a um ideal de comunidade definido por dois critérios: as sensações de pertencimento e participação pública (capítulos 2 e 6). Compartilhando com moradores dos subúrbios um sentimento antiurbano e referindo-se a uma vida comunitária idealizada de "décadas passadas — bairros onde as pessoas se conheciam e cuidavam umas das outras" (1997: 166), esses autores criticam as comunidades fechadas não pela segregação que elas podem impor, mas basicamente por falharem em produzir boas comunidades. Seu conselho para a substituição de portões tem como objetivo principalmente a criação de "comunidades melhores" e inclui receitas de "neotradicionalismo" e "espaço defensivo" (cap. 8).

neiros no processo de se tomar a maioria das decisões. As pessoas podiam chegar a ser desagradáveis e desrespeitosas se era impossível impor sua vontade. Embora se espere que todas as decisões de condomínio sejam votadas, as discussões podem durar horas antes que se decida votar, pois as pessoas preferem tentar convencer umas às outras e fazer prevalecer suas opiniões.

O desconforto com procedimentos democráticos como o voto ou o respeito a opiniões contrárias não ocorre apenas nas camadas altas. Estudos sobre movimentos sociais da classe trabalhadora observaram desconfortos similares (por exemplo, Caldeira 1987 e 1988). Nesse contexto, eles eram expressos numa preferência ideológica pelo consenso (cujas origens podem ser relacionadas a organizações marxistas) e numa valorização da noção de comunidade que não é muito comum na vida política brasileira. Vários movimentos, especialmente aqueles organizados pela Igreja Católica sob a forma da Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizavam-se com base na idéia de que representam uma comunidade local de pessoas supostamente iguais; quando as diferenças emergiam, deviam ser niveladas de modo a manter a força da comunidade política (Durham 1984). Uma das principais questões que revelam as dificuldades em criar e respeitar regras comuns é o comportamento dos adolescentes, especialmente os rapazes. O morador encarregado da segurança em um dos condomínios (um executivo de nível intermediário casado e com dois filhos) começou sua entrevista dizendo:

7.2
– O que mais nos atinge é a segurança interna, são nossos filhos. A questão da segurança externa já foi resolvida há muito tempo.

A associação dos problemas centrais dos condomínios com "nossos filhos" expressa uma opinião generalizada, que me foi repetida por duas pessoas encarregadas de organizar a segurança, vários moradores e um síndico. Os delitos praticados por "nossos filhos" variam, indo desde pequenos furtos ou de atos de vandalismo contra as instalações coletivas (sendo o mais comum deles a destruição de extintores de incêndio) ao consumo de drogas. Um dos problemas mais comuns e provavelmente aquele com conseqüências mais sérias é o aumento do número de acidentes de automóvel causados por adolescentes sem habilitação para dirigir. O número de adolescentes das camadas altas que dirigem antes dos 18 anos aumentou consideravelmente na última década, muitas vezes com a conivência dos pais (ver citações 5.22 e 5.23). Para a elite brasileira, não só é fácil desobedecer à lei, como algumas práticas ilegais podem se converter numa espécie de moda. Uma das razões pelas quais isso acontece é que ninguém é processado se for pego dirigindo sem habilitação, ou mesmo se for envolvido num acidente. Segundo a lei, os pais são responsáveis pelo comportamento de seus filhos menores, mas os casos de cumprimento da lei são raros, mesmo em relação a acidentes e mortes.[21]

[21] Um caso hediondo ocorreu em Brasília em agosto de 1996. Um jovem dirigindo um veículo utilitário em alta velocidade atingiu e matou um trabalhador que andava na beira da estrada.

Dentro dos condomínios, o desrespeito à lei é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer à lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida distante, e porque encaram as ruas dos complexos como extensões de seus quintais. Na verdade, quando as pessoas têm noções frágeis de interesse público, responsabilidade pública e respeito pelos direitos de outras pessoas, é improvável que venham a adquirir essas noções dentro dos condomínios. Pelo contrário, a vida dentro dos universos privados só contribui para enfraquecer ainda mais suas noções de responsabilidade pública. Se o trânsito em geral é marcado por um desrespeito aos regulamentos, a situação dentro dos condomínios atinge níveis absurdos. O caso de Alphaville, sobre o qual obtive estatísticas, exemplifica isso de forma clara. Entre março de 1989 e janeiro de 1991, a polícia registrou 646 acidentes de automóvel, 925 feridos e 6 mortos em Alphaville. Oitenta por cento dos acidentes aconteceram dentro das áreas residenciais, ou seja, dentro dos muros e nas ruas particulares às quais só os moradores e seus visitantes têm acesso. A maioria dos acidentes foi causada por adolescentes e a maioria das vítimas eram ou crianças ou adolescentes que brincavam nas ruas (só uma das pessoas que morreram tinha mais de 18 anos).[22] Apesar de o número ser extremamente alto, tem sido impossível controlá-lo. A dificuldade está associada, por um lado, à "permissividade" de alguns pais, que continuam a entregar os automóveis a seus filhos, e, por outro, ao fato de que os moradores preferem manter a polícia do lado de fora dos seus muros; assim, os encarregados de manter a ordem interna são os empregados dos condomínios e guardas privados. Os adolescentes das classes altas tratam esses seguranças como seus empregados e se recusam a obedecê-los: eles ameaçam os seguranças de origem humilde de serem demitidos por seus pais se insistirem em incomodá-los com seus regulamentos. Isso acontece tanto em relação a guiar quanto ao consumo de drogas. Embora não se disponha de estatísticas, em várias entrevistas os moradores chamaram a atenção para o fato de que as drogas são comuns dentro dos condomínios. (O mesmo vale para o caso das escolas particulares de elite.)[23]

Ele não parou nem prestou nenhuma ajuda à vítima. No dia seguinte, soube-se que o motorista era filho de Odacir Klein, na época ministro dos Transportes. O próprio ministro estava no carro no momento do acidente. Quando isso se tornou público, o ministro teve de renunciar, mas seu filho saiu praticamente sem punição do episódio. A juíza Maria Leonor Leiko Agueno, conhecida em Brasília por ser branda com crimes cometidos pela elite, decidiu não responsabilizar Fabrício Klein por não prestar socorro à vítima argumentando que "como o pedreiro já estava morto, ele não precisava de ajuda" (*O Globo*, 21 de janeiro de 1997, pp. 2-9). Além disso, ela suspendeu o processo contra Klein baseada em cláusula especial que permite aos juízes suspender julgamentos de crimes em que a pena prevista é de menos de um ano de prisão.

[22] "Alphaville vive 'dia de Twin Peaks' em debate sobre drogas e violência", *Folha de S. Paulo*, 10 de abril de 1991. Os números estão provavelmente subestimados, já que os moradores não têm interesse em pedir ajuda à polícia ou em relatar crimes que ocorram dentro de seus muros.

[23] O consumo de drogas é um problema permanente tanto nas escolas particulares como nas públicas. As últimas, especialmente aquelas que ficam em bairros pobres de periferia, são estigmatizadas como locais de tráfico de drogas. Poder-se-ia esperar que as escolas particulares das camadas altas fossem capazes de controlar a prática, mas isso não tem acontecido.

Problemas como o dos adolescentes que desobedecem à lei são tópicos controvertidos dentro dos condomínios. Vários moradores acham que tornar esses problemas públicos vai diminuir o valor de sua propriedade. Além disso, eles vêem esses problemas como um assunto privado para ser tratado internamente: uma questão de disciplina, não de lei! Os segredos são mantidos especialmente no caso de condomínios como Alphaville, famoso por sua segurança interna e onde houve um incrível aumento no valor da propriedade ao longo da última década. Às vezes, no entanto, os moradores enfrentam a desaprovação dos vizinhos e quebram o silêncio, fornecendo informações à imprensa. Um morador de Alphaville falou à *Folha de S. Paulo* em 1990 e seus comentários captam a essência dos problemas de uma comunidade que se considera à parte do resto da sociedade. Ele disse que a polícia não entra em Alphaville porque ela é mantida fora por parte dos moradores.

> Eles inibem a polícia. Usam a velha frase do "você sabe com quem está falando?". Tudo aqui é abafado. Há uma lei para os mortais mas não para os moradores de Alphaville. (*Folha de S. Paulo*, "Alphaville, o 'condomínio-paraíso' de São Paulo, agora teme os assaltos", 20 de abril de 1990).[24]

Quando os problemas são classificados como internos, a atitude de evitar interferências e publicidade parece prevalecer. Contudo, as reações são diferentes quando um problema de segurança "externo" muda a vida do condomínio, surgindo uma oportunidade de perceber alguns dos problemas dos mundos enclausurados. Um problema "externo" desse tipo trouxe Alphaville para as páginas de crime de todos os jornais em fevereiro de 1991. Uma moça de 18 anos que crescera no condomínio foi seqüestrada no estacionamento do clube de tênis, estuprada e morta. O desdobramento desses eventos é notável em cada detalhe, revelando aspectos paradoxais não só da manutenção da ordem dentro de um lugar de elite como Alphaville, mas também da sociedade brasileira em geral. Imediatamente depois de o caso ser tornado público, a autoria do crime foi imputada a ex-operários de construção que tinham trabalhado no condomínio. Por se tratar do assassinato de uma pessoa da classe alta, a polícia agiu rapidamente, os meios de comunicação divulgaram cada aspecto das investigações, além de fotografias da menina e de sua família. Três homens (que não eram operários da construção) foram finalmente acusados do crime e presos. No dia seguinte, os jornais publicaram suas fotos: estava visível que eles tinham sido espancados e suas sobrancelhas e bigodes haviam sido raspados. Os jornais e revistas informaram à população que isso era um sinal de que eles tinham sido estuprados pelos outros prisioneiros, e que isso era um "tratamento comum" para as pessoas acusadas de estupro. Nada foi feito para investigar como o abuso aconteceu ou para punir as pessoas responsáveis, e nenhuma medida foi tomada para impedir que ocorresse; tudo foi relatado como uma rotina. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou a seus leitores:

[24] Ver DaMatta (1979) para uma análise do uso da frase "Você sabe com quem está falando?" como um meio de impor distância social e o reconhecimento de inferioridade social.

> Um velho código de honra existente entre os presos foi aplicado no final de semana a dois envolvidos na morte da estudante. Joanilson, o Grande, e Antonio Carlos, o Cota, foram espancados e violentados pelos companheiros de cela na cadeia de Jandira. Entre os detentos, o estuprador é rejeitado e deve ser punido pelo crime que cometeu. (*O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1991)

O jornal *Folha da Tarde* informou os leitores sobre o destino do terceiro suspeito nos seguintes termos:

> Edgar, a exemplo de seus dois companheiros, não passou impune pela lei da cadeia: estuprador vira mulher dos outros presos. Ao ser indagado se havia sido estuprado, "Baianinho" respondeu com um gesto afirmativo feito com a cabeça. "Baianinho" não foi surrado como seu companheiro Joanilson de Lima, "o Grande". Isso só aconteceu porque ele não reagiu ao estupro, segundo um carcereiro. Mesmo assim seu rosto e seu braço estavam cheios de hematomas. "Eles me bateram um pouco só", disse "Baianinho".(...) Um "cardeal" da Polícia Civil — diretor de departamento —, que não quis se identificar, afirmou anteontem que os autores do estupro e do assassinato não ficarão mais de dois dias vivos dentro de um presídio como a Casa de Detenção. "Eles o pegarão durante o banho de sol ou de noite", disse. (*Folha da Tarde*, 27 fevereiro de 1991.)[25]

Tortura, estupro, espancamento de prisioneiros, sexismo, desrespeito à lei e aos direitos humanos são tratados como fatos triviais pela imprensa. A trivialização desses fatos faz com que pareçam tão "naturais" que reportá-los não causa nenhuma reação maior. Mas como espancamentos e estupros não são uma rotina tão freqüente para a classe alta, o evento afetou o cotidiano e a segurança de Alphaville. Parece que o assassinato da estudante e os acontecimentos que se seguiram mostraram àqueles que haviam escolhido viver acima da lei que eles tinham problemas a enfrentar. Alguns dias depois do assassinato, um grupo de moradores foi até o secretário de Segurança Pública do estado para solicitar sua ajuda para resolver o problema do crime interno que havia sido desconsiderado até o momento. Eles criaram o Conseg — Conselho de Segurança —, formado por representantes dos moradores e das polícias civil e militar. Os moradores simultaneamente criaram a Associação de Mães de Alphaville, que começou a promover palestras e debates no condomínio. Todas as pessoas envolvidas com quem pude conversar, ou cujas opiniões saíram na imprensa, parecem ter decidido colocar a culpa dos problemas na

[25] A cobertura desse evento revela a maneira rotineira e não-questionada pela qual os jornalistas brasileiros usam frases sexistas, como a que define um homem que é sodomizado à força como a "mulher" do violador; ou frases que reproduzem estereótipos, como aquela justificando o estupro de um estuprador como um comportamento que está de acordo com um "código de honra". Isso também reflete o que Michael Taussig chama de "*terror as usual*" (1992: capítulo 2).

desintegração da família. Dos representantes dos incorporadores à associação de mães e à polícia, todos concordavam que a origem dos problemas com os adolescentes era "a falta de amor e de atenção". A principal solução proposta foi mais amor e atenção, famílias mais fortes e mais controle, isto é, uma solução de acordo com as concepções de senso comum sobre como evitar a difusão do mal (capítulo 2). Não se pensou em discutir a questão em termos de uma ordem pública ou responsabilidade pública. O juiz Mariano Cassavia Neto, dirigindo-se aos moradores numa reunião logo após os acontecimentos de fevereiro, colocou as coisas da seguinte maneira:

> Não quero transformar isto em uma Gestapo, mas vocês devem acompanhar o dia-a-dia de seus filhos. Na cabeça dos traficantes, eles são o mercado consumidor. Vamos tentar proteger nossos filhos. Fiquem mais tempo com eles. A prevenção começa dentro de casa. (...) Vocês sabem com quem eles andam? Quando vocês os beijaram pela última vez? (*Folha de S. Paulo*, "Alphaville vive 'dia de Twin Peaks' em debate sobre drogas e violência", 10 de abril de 1991)

Em outras palavras, os problemas são domésticos e devem ser resolvidos privadamente. Se o controle interno (doméstico, privado) fosse reforçado, as leis da sociedade não teriam de intervir. Esta noção é tão arraigada que, associada à desconfiança generalizada em relação à polícia, faz com que ninguém pense que ela poderia fazer cumprir a ordem pública dentro do condomínio. A polícia deveria apenas manter os traficantes de drogas, estupradores e assassinos longe dos muros (não importando que métodos usasse para isso). Os representantes do poder público finalmente vieram ao condomínio, chamados pelas mães, mas apenas para aconselhar. O mesmo juiz, no entanto, parece estar consciente de quão paradoxal é a situação. No mesmo discurso, ele disse:

> Parece que há outras leis por aqui. Comecei a dizer que ia prender pais de jovens infratores e os telefonemas não pararam. Um queria anistia porque também era juiz, outro era primo de juiz, outro era prefeito, outro dizia ser primo de desembargador, só faltavam falar que eram irmãos do Romeu Tuma e da ministra Zélia Cardoso de Mello. (*Folha de S. Paulo*, 10 de abril de 1991).

Ele foi aplaudido. Não obstante, o episódio apenas exemplifica a reprodução do *status quo*: a criação de regras privadas; a manipulação privada da ordem pública que é possível para aqueles que são membros da elite; e o não-cumprimento da lei — na verdade, o juiz apenas ameaçou os pais com a idéia de que pretendia cumprir a lei!

Esse caso revela a complexidade das relações entre os domínios público e privado na sociedade brasileira, que é marcada por uma incrível desigualdade social e a tendência a explicitamente desvalorizar a esfera pública. Isso acontece não só devido à proliferação de enclaves privados, mas também porque os espaços que

costumavam ser públicos e nos quais mantinha-se um certo respeito pelo interesse coletivo estão sendo privatizados. À medida que os parques públicos são cercados, ruas são fechadas por correntes e controladas por guardas particulares, e bairros são transformados em enclaves fechados com a ajuda da administração municipal, a possibilidade de tratamentos justos relativamente isentos na esfera pública é cada vez menor. Embora o Brasil sempre tenha sido uma sociedade desigual, a privatização da esfera pública que venho descrevendo é algo novo, e a tendência a criar ilhas particulares de privilégios parece ter se fortalecido.

Os moradores da City Boaçava — uma área de casas de classe média e alta em Alto de Pinheiros — estão tentando chegar a um consenso para solicitar à Emurb (o órgão municipal que trata de problemas urbanos e autoriza os fechamentos de bairros) a construção de barreiras nas ruas que levam ao bairro. Neste caso, o crime não é a razão principal, já que eles consideram seu sistema de segurança privada eficiente. Seu problema é que um novo parque municipal está sendo construído nas proximidades e eles querem impedir que seus freqüentadores estacionem seus automóveis nas ruas do Boaçava. De acordo com o presidente da associação de bairro, o fechamento é a única maneira de livrar os moradores desse "problema".[26] Até recentemente, no entanto, as ruas ainda eram consideradas espaço público, mesmo pela elite. Por exemplo, um dos bairros mais ricos da parte central de São Paulo, o Pacaembu, desenvolveu-se nos anos 30 sob a inspiração do modelo de cidade-jardim e tem em sua área central o estádio municipal de futebol. Até hoje, os moradores de residências de luxo nunca fecharam as ruas aos automóveis de dezenas de milhares de pessoas que comparecem aos jogos e a outros eventos toda semana (de concertos de rock a encontros religiosos). Tampouco os moradores do Morumbi, que vivem em torno do maior estádio de futebol da cidade, construído nos anos 60, fizeram isso. Talvez eles tentem no futuro e quem sabe a administração da cidade os ajude nesse sentido, como fez a administração do PT no início dos anos 90. No entanto, o fato de que isso não tenha sido um problema antes é uma indicação da extensão das transformações.

Todas essas tendências em direção à privatização e à rejeição da ordem pública tornaram-se especialmente visíveis durante o período de consolidação do regime democrático. Fazia parte to projeto de democratização a criação de uma esfera pública mais igualitária e, de fato, ele expandiu a cidadania política das camadas trabalhadoras que, através de seus movimentos sociais, pela primeira vez participaram realmente da vida política brasileira. Assim, é possível interpretar a retirada da elite para enclaves privados como uma forma de resistência à democratização.[27] No entanto, processos semelhantes de privatização ocorrendo em outras

[26] "Bairros residenciais querem fechar ruas", *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1991.

[27] Essa democratização não foi alcançada sem problemas. Na verdade, ela tem sido bastante limitada em várias áreas, especialmente em relação ao que chamamos de componente civil de cidadania (Holston e Caldeira 1998). Apesar disso, a democracia, especialmente a democracia política, se expandiu nos anos 80, mandando uma mensagem que vários setores da elite interpretaram como ameaçadora.

partes do mundo — como os Estados Unidos, onde há uma democracia consolidada — devem nos alertar sobre os limites dessa interpretação. A comparação sugere, no entanto, que se a questão não for a democratização política, pode ser a inclusão de pessoas anteriormente excluídas ou marginalizadas, tanto política como socialmente. Nos EUA, por exemplo, a evasão dos brancos para os subúrbios nos anos 60 e 70 e para as comunidades fechadas nos anos 90 pode estar ligada à relativa expansão dos direitos de cidadania da população negra e à incorporação na sociedade americana de um número crescente de imigrantes. Na Europa, o aumento do racismo e os novos padrões de segregação parecem estar associados à expansão dos direitos da cidadania a imigrantes.[28]

Embora as tendências no sentido da privatização e secessão dos ricos sejam claras, especialmente em novas áreas e empreendimentos imobiliários, São Paulo ainda não está totalmente regulada por elas. Essas idéias e práticas são poderosas, em parte porque estão associadas à elite, mas também geram ambigüidades e resistências, especialmente à medida que outros grupos sociais as adotam.

Resistindo aos Enclaves

Os condomínios fechados são o tipo mais prestigiado de moradia em São Paulo hoje em dia. Referências aos seus elementos aparecem em todos os tipos de empreendimentos imobiliários. Segurança, cercamento, isolamento, equipamentos coletivos e serviços integram um código de distinção que pessoas de todas as classes sociais da cidade entendem e usam para elaborar, transformar e dar significado a seus espaços. No entanto, as maneiras de usar e interpretar os elementos do código variam através da cidade. As variações revelam situações nas quais os moradores resistem a esse código ou em que ele é adaptado para coexistir com valores opostos, gerando resultados ambíguos e contraditórios. As rejeições e ambigüidades ocorrem especialmente em relação a três pontos sobre os quais os enclaves fortificados operam as transformações mais profundas: avaliações sobre moradias coletivas em oposição às casas isoladas; sobre as áreas centrais e bem urbanizadas da cidade em contraste com as áreas distantes; e sobre residências fechadas *versus* residências abertas. As diferentes avaliações freqüentemente combinam e revelam diferentes perspectivas de classe na interpretação dos arranjos habitacionais.

Vendendo residências multifamiliares

As classes média e alta constituem a maioria dos moradores de apartamentos e condomínios fechados. Elas já estão bastante acostumadas a moradias coletivas e cada vez mais se mudam para elas por razões financeiras, de segurança e de status.

[28] Para os Estados Unidos, ver Massey e Denton (1993) e McKenzie (1994). Para a Europa, ver Wieviorka (1991, 1993) e Wieviorka *et al.* (1992).

A idéia de que apartamentos são mais seguros do que casas é tão arraigada em São Paulo que muitos anúncios de casas usam frases do tipo: "Residências requintadas com a segurança de um apartamento" (O *Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1983). No entanto, as percepções negativas dos apartamentos persistem e podem ser expressas mesmo em anúncios de edifícios da classe média.

> Maison Adriana. Entre a Av. Santo Amaro e o Parque Ibirapuera. À sua volta estarão sempre os palacetes de um local estritamente residencial, sem o incômodo de outro prédio. (O *Estado de S. Paulo*, 6 fevereiro de 1977)

> O primeiro 2 dormitórios sem vizinhos — confortavelmente isolado no andar. (...) Moema. (...) Se impõe pelo seu avançado projeto arquitetônico, em formato de cruz, permitindo que cada apartamento fique isolado no andar. (O *Estado de S. Paulo*, 2 de setembro de 1979)

> Morumbi Kings Ville. Definitivamente o mais incrível lançamento no Morumbi. (...) Surge agora um novo conceito em habitação: o sistema double stair side-by-side, que permite a construção de apartamentos com dois pavimentos (duplex) na mesma laje, com entradas privatizadas, tanto a social quanto a de serviço. Assim temos um apartamento por andar, pois os acessos sociais são alternados: os apartamentos ímpares são no primeiro e os pares no segundo, utilizando dessa forma um único elevador social. (O *Estado de S. Paulo* 12 de outubro de 1986)

Realmente, é necessário usar muita criatividade e manipulação de palavras — se necessário com o auxílio de línguas estrangeiras — para equiparar apartamentos em edifícios com várias unidades por andar à imagem de casas isoladas. Proximidade é uma questão delicada entre os paulistanos, mesmo a proximidade daqueles que supostamente são iguais em termos sociais. Esta atitude é sustentada com fervor pelos moradores de casas do Morumbi que entrevistei. Suas casas são pequenas fortalezas. Todas têm vários cães e sistemas de alarme eletrônicos (em uma delas, os sensores do alarme foram colocados a intervalos de 20 cm ao longo de toda a parede externa); uma casa tem imensas barras em todas as janelas, o que lhes dá um aspecto de janelas de prisão, e uma porta de ferro separando os dormitórios do resto da casa, a qual é fechada toda noite. Os moradores dessas fortalezas acham que sua parafernália de segurança é preferível a viver perto de outras pessoas em condomínios fechados ou apartamentos: só em suas casas independentes eles se sentem suficientemente isolados e em controle, especialmente dos encontros de seus filhos. Os moradores de casas fora de condomínios fechados parecem ter uma necessidade mais profunda de isolamento e controle — o que chamam de liberdade — e um forte medo de estranhos, mesmo crianças e vizinhos da mesma classe social. Sua idéia de que fortalezas podem protegê-los do crime e de contatos e interações sociais indesejados parece ser mais forte do que a de moradores de condomínios.

Na Moóca, onde a obsessão com os cortiços e com distanciar-se deles é forte, a avaliação dos prédios de apartamentos é ainda mais negativa e difundida. Quando alguém se muda de uma casa para um apartamento, eles sentem que sua qualidade de vida se deteriorou e, em alguns casos (ver capítulo 1), vêem a mudança como um declínio social. Sentem que perderam sua liberdade, independência e controle sobre suas vidas, além de perder o status que associam à propriedade de uma casa. A Moóca ainda é um bairro de casas. Em 1990, 63,2% da área residencial construída era de casas, mas a área de construções verticais quase dobrou entre 1986 e 1990 (São Paulo, Sempla 1992: 148-9 e Seade 1990: 42).

Assim, apesar de suas objeções, os moradores da Moóca estão cada vez mais se mudando para prédios de apartamentos, alguns deles condomínios fechados (mas menos luxuosos que os do Morumbi). Esses novos edifícios expressam o processo de enobrecimento do bairro que começou em 1970 e está associado à abertura de linhas de metrô e importantes melhoramentos em infra-estrutura. Esse processo, que está acontecendo em várias áreas da cidade que eram bairros de classe média baixa, está mudando o mercado imobiliário e levando bairros como Moóca, Santana e Tatuapé para as páginas dos jornais que discutem o que está "na moda" em termos de moradia. Nesse contexto de transformação, os novos prédios de apartamentos incorporam simultaneamente significados de aprisionamento e segurança, de declínio e de prestígio.

Na periferia pobre há poucos prédios de apartamentos e a maioria dos moradores vive em casas autoconstruídas. Em todo o velho distrito de São Miguel Paulista, por exemplo, só 2,76% da área residencial construída era de apartamentos em 1990 (São Paulo, Sempla 1992: 148-9).[29] Os apartamentos para as classes trabalhadoras normalmente são construídos por agências estatais como a Cohab (Companhia Metropolitana Habitacional), são extremamente desvalorizados, e associados à alta criminalidade e ao consumo de drogas. De acordo com o Censo de 1991, esses apartamentos representam 3% do número total de domicílios e a maioria deles (66,5%) está localizada em distritos na periferia leste, a mais pobre.[30] No Jardim das Camélias, também na periferia leste, não há apartamentos e todos os moradores vivem em casas. Eles valorizam bastante seu espaço e consideram a mudança para algo como um apartamento da Cohab como uma opção totalmente indesejada. Além do estigma de criminalidade e do medo de ficar próximo de "más influências", os moradores do Jardim das Camélias valorizam poder projetar suas casas de acordo com seu gosto e personalidade e avaliam negativamente a idéia de se submeter a um projeto pronto e padronizado. Não só o que é coletivo, mas também o que é padronizado e uniforme é considerado ruim e feio — uma visão uma vez partilhada pela classe média que morava em casas. Nessas avaliações negativas de

[29] Essa porcentagem superestima as construções verticais, já que os dados TPCL em que é baseada se referem apenas às construções legalmente registradas, ou seja, uma pequena porcentagem dos domicílios nessa área da periferia.

[30] Na região leste da cidade, os apartamentos em complexos populares do tipo Cohab constituem 9,36% do total de domicílios, de acordo com o Censo de 1991.

prédios de apartamentos, julgamentos estéticos combinam-se com visões de mobilidade social e com um discurso moral sobre os perigos da proximidade, a necessidade de autocontrole e o valor da individualidade. Essa confluência de discursos e significados é partilhada por pessoas do Jardim das Camélias, da Moóca e do Morumbi. É a razão pela qual casas padronizadas para a elite são raras, mesmo dentro de condomínios, e as incorporadoras de apartamentos de classe média e alta enfatizam fortemente a originalidade do projeto em seus anúncios. Atualmente, a maioria dos proprietários de casas fora de condomínios é das camadas trabalhadoras ou da classe média baixa, e são eles que explicitamente sustentam o discurso sobre os valores morais embutidos na propriedade de uma casa independente, freqüentemente dirigindo contra a classe alta os mesmos tipos de julgamentos e preconceitos que outrora a elite elaborou para estigmatizar os pobres e suas moradias coletivas.

Quando a Cidade ainda é Desejável

A segunda questão em torno da qual há muita ambigüidade e desacordo é a oposição à "cidade" e o abandono das áreas bem-equipadas e centrais da cidade. Nem todo mundo está pronto a abandonar a cidade para obter status da negação da vida urbana. Alguns, de fato, lutam para permanecer em seus bairros tradicionais, sejam eles nas áreas centrais, tradicionais, de classes média e alta onde os edifícios de apartamentos de luxo têm sido comuns há tempo; sejam eles os bairros intermediários e mesmo periféricos onde tradicionalmente a classe média baixa ou a classe baixa tem vivido e que estão passando por um enobrecimento. Nos dois casos, há um apelo ao velho estilo de vida oferecido pela cidade, e à tradição em lugar da transformação.

Anúncios para novos prédios em áreas antigas e bem valorizadas das classes média e alta, como Jardins, Higienópolis ou Pinheiros, exaltam exatamente as qualidades urbanas que os condomínios refutam, reforçando a imagem desses bairros como "nobres" e sofisticados.

> Mansão de Itu. (nos Jardins...) Numa época em que se economiza até com fechaduras, nós apresentamos em cada detalhe o que há de melhor. Num local absolutamente dentro da civilização. (*O Estado de S. Paulo*, 11 de janeiro de 1976)

> Ed. Villa Velasquez. Os Jardins constituem-se hoje no pólo máximo de atração de São Paulo.(...) É aí que circula o beautiful people. (...) Viva onde as coisas acontecem. (*O Estado de S. Paulo*, 8 de setembro de 1985)

> Os bons tempos voltaram. Você já pode morar como antigamente. Num apartamento de alto padrão, num bairro dos mais nobres de São Paulo: Higienópolis. Um bairro que não perdeu suas características.

> Hoje, Higienópolis alia sua condição de bairro aristocrático a toda uma moderna infra-estrutura. (*O Estado de S. Paulo*, 28 de outubro de 1990)

> More numa Vila Madrilenha bem no meio de Pinheiros. Para quem não quer fugir. Tudo em Mansões de Pinheiros ajuda você a superar a obsessão estradeira. São apartamentos que ajudam a ressuscitar o prazer de ficar em casa. (*O Estado de S. Paulo*, 2 de setembro de 1979)

Estar no coração da cidade ainda parece ser atraente para alguns, especialmente se o lugar puder ser — como em condomínios — valorizado por sua proximidade aos ricos, suas mansões, estilo aristocrático e civilização (seja o que for que isso signifique), ou simplesmente sua beleza. No entanto, os anúncios revelam o poder do "novo conceito de moradia" ao incluir frases como "para quem não quer fugir" ou "superar a obsessão estradeira", que reconhecem que eles não são mais as únicas opções de prestígio.

Como os condomínios fechados incorporam prestígio, não é de surpreender que anúncios para outros tipos de edifícios façam referências a eles. Em anúncios de prédios de apartamentos em bairros tradicionais de classe média baixa e das classes trabalhadoras, é impossível ter o luxo do Morumbi, mas alguns sinais em direção ao seu modelo estão presentes.

> 2 e 3 dormitórios. (...) Garanta o seu lugar neste projeto inteligente. 72 m^2 de área privativa. Sala para dois ambientes. Piscina infantil. Piscina adulto. Sauna. Vestiário. Quadra de squash. Pista de cooper. Playground. Salão de festas. Salão infantil. Churrasqueira. Quiosque. Salão de ginástica. Jardins e praças. Garagem no subsolo. Lavanderia coletiva. WC de empregada. Central de vídeo. Depósito individual. Central de recados. O Residencial Ilhas Gregas se localiza num excelente ponto do Tatuapé. Fica a 200 m do metrô e, além de diversas áreas verdes ao redor, possui uma vista panorâmica para o parque municipal. (*O Estado de S. Paulo*, 28 de outubro de 1990)

Mesmo quando o espaço disponível por apartamento é de 72 m^2, todos os elementos possíveis do "novo conceito de moradia" têm de ser espremidos na incorporação: de duas piscinas a um banheiro independente de empregada por apartamento. No entanto, também fica claro que para atrair a classe média baixa e a classe trabalhadora, os anúncios precisam mudar algumas de suas ênfases. Por exemplo, eles freqüentemente mencionam a existência de transporte público — crucial para quem pode não ter automóvel —, serviços públicos e infra-estrutura urbana: a vista do parque municipal substitui a da área verde particular do condomínio privado.

Anúncios para apartamentos em bairros como a Moóca têm que lidar com os sentimentos ambivalentes de membros das camadas médias baixas sobre moradias coletivas e sobre abandonar o centro da cidade e seu estilo de espaço público. Alguns deles tentam fundir o "novo conceito de moradia" e valores tradicionais locais, de modo que pareçam mais uma continuação do que uma ruptura com o

passado. Esses anúncios não fazem apelo às pessoas de fora que poderiam se mudar para lá — como fazem os do Morumbi — mas a moradores locais ascendendo socialmente. Os empreendimentos são freqüentemente apresentados como uma nova etapa na tradição do bairro.

> Piazza di Capri — a nova maneira de viver na tradicional Moóca. (...) Piscina, solarium e cancha de bocha. Portaria 24 horas por dia, serviço completo de lavanderia. Playground e jardins. Espaço para seus filhos serem crianças de verdade. Salão de festas, salão de jogos e um cinema exclusivo para sua família. Berçário: você sai e deixa seu bebê em segurança. Piazza de Capri, a maneira mais confortável e segura de morar na Moóca (...) Moóca: história e tradição. Piazza de Capri: a mais completa infra-estrutura de serviços e lazer. (*O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1982)[31]

> Solte sua família no Jardim Tropical. Vila Carrão, o bairro que aproxima as pessoas. Faz com que criem raízes. Porque aqui, felizmente, ainda se cultivam as amizades, a família, as tradições. Por tudo isso, é natural que aqueles que vivem em Vila Carrão não queiram mudar de bairro. (...) Para sua segurança, o empreendimento é totalmente cercado, com portaria única e vigilância. (*O Estado de S. Paulo*, 2 de setembro de 1984)

> Alto de Santana. (...) 4 dormitórios, 2 suítes, 2 vagas na garagem. Ed. Piazza Navona. (...) Morar em Santana é um privilégio. Quem tem não troca por nada. Este é um bairro completo em comércio, serviços, escolas, restaurantes etc., com a tranqüilidade típica das ruas arborizadas e acesso fácil a todos os pontos da cidade. (*O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1986)

Podemos ler nesses anúncios uma antipatia em relação à parte central da cidade e a algumas idéias associadas à vida na cidade, mas uma apreciação de outros aspectos da vida pública e urbana e da sociabilidade local. Esses anúncios tentam capitalizar a infra-estrutura pública e urbana dos bairros, os serviços e a proximidade do centro da cidade (exatamente o que o Morumbi não tem). Essas qualidades urbanas vêm junto com valores antigos (de que os bairros centrais presumivelmente carecem); isto é, tranqüilidade e valores locais, tradicionais e familiares que podem compensar a suposta ausência desses valores no resto da cidade. Mesmo "amizades" podem ser apresentadas como uma vantagem, sugerindo que a

[31] O jogo de bocha não é comum em outras áreas da cidade, mas é uma obsessão na Moóca. A menção freqüente de canchas de bocha nos anúncios para a área sinaliza que o empreendimento é destinado a mooquenses. A referência à creche pode atrair pessoas que não têm empregadas em tempo integral.

proximidade é boa se for do tipo tradicional. Os anúncios sugerem que as pessoas não deveriam se mudar para novas áreas da cidade para exibir status, e sim ficar onde estão suas raízes. Isso é particularmente significativo em bairros como a Moóca e Santana, que sofreram um êxodo da geração mais jovem durante os anos 70. Agora que esses bairros estão sendo enobrecidos e podem oferecer o mesmo tipo de empreendimentos imobiliários que o Morumbi, pode ser novamente vantajoso viver ali, e a tradição pode até entrar na moda.

Um empreendimento em São Miguel Paulista, uma das áreas mais pobres de São Paulo, foi anunciado da seguinte maneira:

> O dois-dormitórios com o mais alto padrão de S. Miguel Paulista (...). O acabamento é cuidado nos mínimos detalhes: esquadrias de alumínio, azulejos decorados, carpete instalado na cor que você escolher. Além disso, o Jardim Independência é todo fechado, garantindo a segurança de sua família, inclusive as brincadeiras das crianças no playground. Lá até seu carro tem a proteção de uma garagem. (*O Estado de S. Paulo*, 3 de outubro de 1982)

"Jardim Independência" é o nome deste empreendimento. Para pessoas acostumadas a viver em espaços extremamente pequenos e que não têm automóvel, a proteção do carro torna-se realmente "algo especial". Em outro anúncio, também num bairro de classe trabalhadora na zona leste, onde as pessoas normalmente desprezam moradias coletivas, a razão da "independência" torna-se mais explícita:

> Aproveite o novo plano da casa própria (...) Conheça as novas condições: prestações menores. (...) Renda familiar mais acessível. Utilize seu FGTS para diminuir ainda mais as prestações. Financiado pela Nossa Caixa. Nós, moradores do Conjunto Residencial Jardim Centenário, estamos preparando uma festa maravilhosa de boas-vindas para você e sua família. Todos que vivem aqui já estão definitivamente livres do tormento do aluguel. Aqui tudo é gostoso, todos são amigos. (...) Segurança: você vai morar num condomínio fechado, completamente cercado por muros e guarita centralizada. (...) Lazer (...) Conforto: aqui você vai estar perto de tudo: (...) padaria, supermercado, farmácia, pontos de ônibus. (...) O melhor de Sapopemba está aqui. (*O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1988)

Livrar-se do aluguel é o sonho de todos, que ficou mais difícil depois da recessão econômica e do fim do financiamento do BNH. A ênfase na possibilidade de financiamento é típica tanto em anúncios para a classe baixa quanto para a classe alta do período. O que é atípico é a imagem das boas-vindas dadas pelos vizinhos, o que provavelmente seria considerado de mau gosto, ou mesmo assustador, no Morumbi. Só nos anúncios para a classe baixa e para os estratos mais baixos da classe média é que encontrei referências positivas à sociabilidade dentro do condomínio. Isso é o mais próximo que os anúncios chegaram da idéia de comunidade — total-

mente difundida no contexto americano. Em São Paulo, essa idéia é manipulada pelos incorporadores imobiliários como um valor dos "outros", não da elite.

O anúncio acima tem um outro elemento que provavelmente não surgiria se fosse dirigido à classe alta: a menção à padaria do bairro, à farmácia e ao ponto de ônibus, que interessam a trabalhadores que não têm carro e que até uma década atrás não eram muito comuns em nenhum bairro de periferia. Pessoas mais pobres não estão prontas a deixar a cidade e suas conveniências; ao contrário, estão ansiosas para tornar-se ainda mais urbanizadas, tanto ao transformar-se em proprietários quanto ao incorporar-se mais plenamente ao mercado de consumo que ela oferece. Os paulistanos de classe baixa e média baixa querem fazer parte da sociedade, não escapar dela. Quando percebem que não podem desfrutar do espaço da cidade e de sua vida pública como gostariam, sentem-se restringidos e aprisionados. Retirar-se da vida pública da cidade e do uso de seus espaços públicos é provavelmente um privilégio só para aqueles cuja participação nela é dada como certa e que podem sonhar em criar universos melhores e mais exclusivos.

Portas fechadas

O enclausuramento de moradias é o terceiro item que gera sentimentos ambivalentes e contraditórios entre os moradores de São Paulo. Sejam casas familiares independentes, sejam edifícios de apartamentos e condomínios, todos os tipos de moradia na São Paulo atual passaram por processos de enclausuramento em resposta ao medo do crime. A necessidade de cercar e fechar afetou moradores pobres e ricos e transformou sua maneira de viver e a qualidade das interações públicas na cidade. No entanto, os sentimentos em relação a esses enclausuramentos parecem diferir consideravelmente.

Nem os residentes de casas isoladas no Morumbi, nem os moradores em residências coletivas parecem avaliar seus enclausuramentos negativamente. Residentes da classe alta em condomínios fechados e edifícios associam viver dentro de uma dessas fortalezas às sensações de liberdade e proteção, sem falar da alta qualidade de vida. Pessoas que moram em casas independentes expressam o mesmo em relação a suas fortalezas individuais, embora não possam imaginar que os condomínios ofereçam o mesmo. Em nenhum desses casos, no entanto, os moradores demonstram algum sentimento de perda em relação a um tipo mais aberto de residência ou a uma sociabilidade pública mais diversificada. Viver no isolamento é considerado o melhor; eles estão fazendo o que querem fazer — e daí seu sentimento de liberdade. Também é interessante notar que as pessoas que entrevistei no Morumbi nunca usam argumentos de privacidade, individualidade e intimidade para justificar suas preferências. Os moradores do Morumbi parecem temer a difusão do mal mais do que valorizam o individualismo.[32]

---

[32] Argumentos que enfatizam privacidade, individualidade e intimidade são freqüentemente associados à difusão do individualismo nas sociedades modernas ocidentais e à destruição da vida

41

Enquanto os moradores dos condomínios fechados vêem seus enclaves fortificados como espaços de liberdade, e avaliam suas mudanças e transformações na casa como aquisições positivas, as pessoas que continuam a morar em casas no Jardim das Camélias, e especialmente na Moóca, sentem que suas casas se transformaram em prisões e tendem a avaliar as transformações de forma negativa, alimentando um sentimento de perda.

7.3

– *A senhora mora em uma casa?*

– Moro, mas é uma cadeia. Tem grade de cima embaixo, e do jeito que as coisas estão não se pode deixar a porta aberta nem pra lavar a calçada na frente da casa.

Dona de casa, cerca de 40 anos; mora na Moóca e é casada com um dono de bar.

Uma das imagens mais comuns usadas para descrever sentimentos de insegurança e formas de lidar com eles foi a das portas fechadas.[33] Essa imagem exprime não só o medo das pessoas, mas também a realidade das restrições causadas tanto pela crise econômica quanto pelo medo do crime. Moradores em todos os bairros acham que precisam de cercas, muros, grades, barras nas janelas, luzes especiais e campainhas com interfones, mas muitos não apreciam suas casas mais seguras como apreciavam aquelas abertas e o espaço social que criavam. Em muitos casos, as fachadas agora estão escondidas; visitar um vizinho significa passar por chaves, travas e interfones, mesmo nas áreas mais pobres da cidade. Em bairros mais antigos — ou seja, com pelo menos 15 anos — os sinais da transformação são óbvios: as cercas e muros modificaram o desenho original das casas e apartamentos. Muitas casas são menos confortáveis e aconchegantes do que eram.

---

pública (por exemplo, Sennett 1974). Além de não mencionar essas idéias ao discutir suas opções de moradia, os moradores do Morumbi explicitamente rejeitam qualquer noção de que privacidade e individualidade deveriam ser extendidas a seus filhos, criaturas que eles consideram que devem ser direta e estritamente controladas e que não deveriam escolher seus próprios amigos. Muitos homens têm discursos similares em relação às esposas. Ver capítulo 9.

[33] A associação de portas abertas com ordem e segurança, e de portas fechadas com desordem e insegurança não é corrente apenas entre os paulistanos de hoje. Essa imagem estrutura o romance *Portas abertas,* do escritor siciliano Leonardo Sciascia. Ele discute a aplicação da pena de morte a um preso comum em Palermo no final dos anos 30. Este é um diálogo entre dois juízes:

"— Como o senhor sabe, é de domínio público que aqui, desde que o fascismo chegou ao poder, podemos dormir de portas abertas...

— Eu continuo fechando a minha — disse o juiz.

— Eu também: mas não podemos negar que as condições de segurança pública, de uns quinze anos para cá, melhoraram bastante. Até aqui na Sicília, apesar de tudo. Agora, quaisquer que sejam as nossas opiniões acerca da pena de morte, temos que admitir que a restauração serve para inculcar na cabeça das pessoas a idéia de um Estado que se preocupa ao máximo com a segurança dos cidadãos; a idéia de que realmente as pessoas durmam de portas abertas." (Sciascia, 1987: 17)

7.4

– Sempre você tem a primeira [experiência], né? os roubos, os furtos... Não tinha essas grades de ferro. O muro normal, como toda casa, um metro e meio mais ou menos, entrada só para um carro – hoje você tem pra dois carros – que eu deixava um dentro de casa e outro na rua, coberto, bem fechadinho. (...) Foi quarta-feira, fazem 12 anos. Eu tava com dois carros novos, um Maverick e uma caminhonete. Deixava a caminhonete, que eu usava pra trabalhar, na garagem, porque não tinha a documentação pronta. Naquela época a sala era maior: eu diminuí a sala para caber os carros, para aumentar a garagem. Foi na quarta-feira (...) Entraram, levaram o carro novo, saíram, pularam o muro. Desse dia pra cá eu comecei a fechar a casa. (...) Comecei a tomar providência... as grades de ferro que você vê aí na porta. (...) Aí nós começamos a fechar a casa, porque a gente fazia um pedaço, depois fazia outro pedaço e ia... Então já comecei... na medida em que você vai fazendo, vai fazendo mais seguro. Ferro, alumínio e concreto. Uma medida de segurança. Mas graças a Deus ainda não está de assustar. A gente vai segurando, né?

Proprietário de uma pequena fundição, cerca de 50 anos, mora na Moóca com a mulher e dois filhos.

Mais uma vez a narrativa é dividida entre antes e depois "daquela quarta-feira, 12 anos atrás", que, no caso, iniciou um processo de transformações da casa. Inventários de mudanças feitas para tornar a casa mais segura e muitas narrativas relatando mudanças de casas para apartamentos são acompanhadas pela expressão de sentimentos de aprisionamento que estragam os prazeres que uma casa própria deveria oferecer. Como é possível desfrutar da mesma forma de uma casa cuja sala teve de ser diminuída para acomodar uma garagem para proteger o carro? Ou na qual a luz do quarto foi bloqueada pelo novo muro? Ou na qual a vista de todas as janelas é emoldurada por barras? Como é possível desfrutar da mesma maneira de um quintal dos fundos e das áreas comuns de um edifício de apartamentos? A transformação da casa numa prisão se adiciona tanto aos sentimentos de restrição e perda associados à crise econômica quanto à angústia de decadência social. A porta fechada é uma forte metáfora.

Apesar de vários grupos de paulistanos resistirem às transformações recentes e se ressentirem da nova maneira como estão vivendo, o "novo conceito de moradia" é hegemônico na cidade. Além de ser compreendido por todos, ele influencia as decisões e opções das pessoas, moldando as transformações que elas fazem em seus lares e estilos de vida. Ele se transformou no modelo do que é mais apropriado, mais prestigiado e, para muitos, mais desejável em termos de residência. Entre todos os elementos desse modelo, a segurança é o que melhor simboliza as atuais transformações. Viver atrás de muros e cercas é uma experiência cotidiana dos paulistanos e os elementos associados à segurança constituem um tipo de linguagem através do qual pessoas de todas as classes expressam não só o medo e a necessidade de proteção, mas também mobilidade social, distinção e gosto. Apesar dessa linguagem ter vários dialetos de classe, também tem algumas características gerais que perpassam todas as classes. Para todos os grupos sociais, a segurança é um elemento através do qual as pessoas pensam seu lugar na sociedade e materialmente criam seu espaço social.

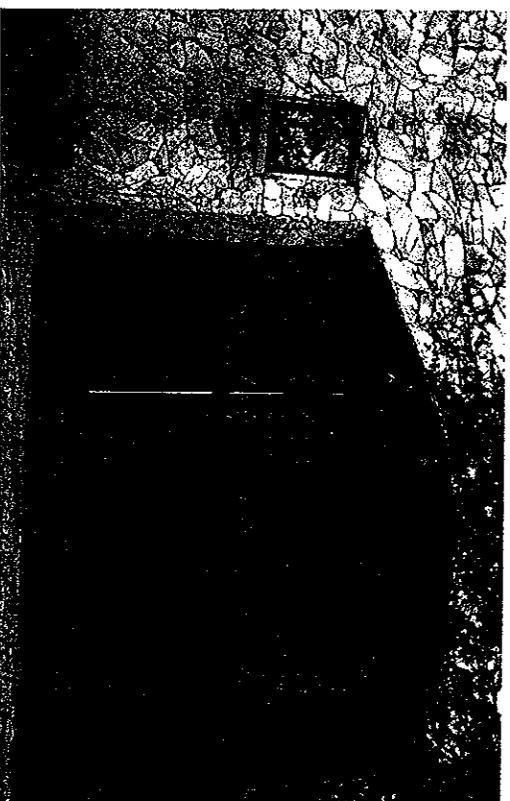
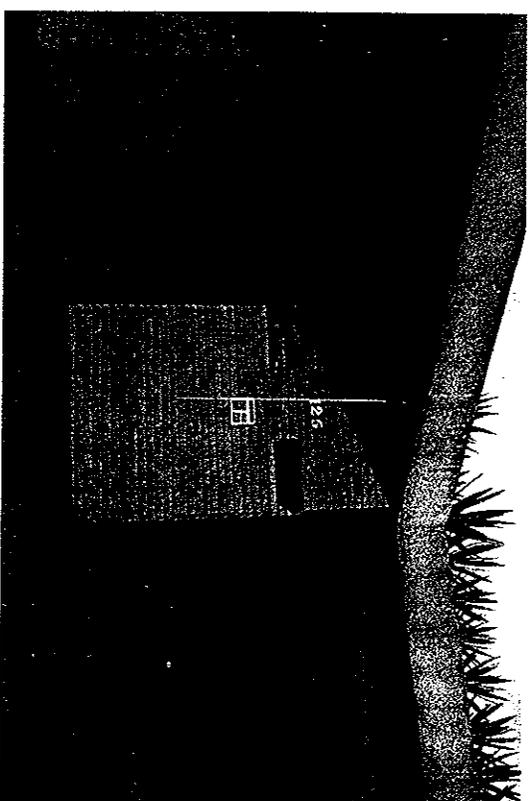
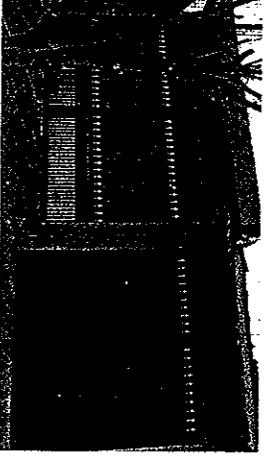
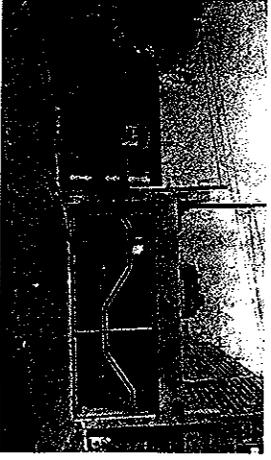
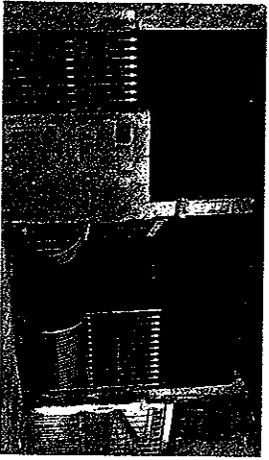
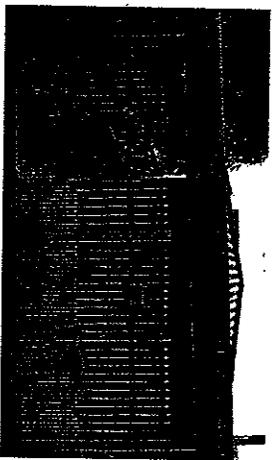
Cercas, barras e muros são essenciais na cidade hoje não só por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de status. Todos os elementos associados à segurança tornaram-se parte de um novo código para a expressão da distinção, um código que chamo de "estética da segurança". Esse é um código que incorpora a segurança num discurso sobre gosto, transformando-a em símbolo de status. Na São Paulo atual, cercas e barras são elementos de decoração e de expressão de personalidade e inventividade. São elementos de um novo código estético. Esses elementos têm de ser sofisticados não só para proteger contra o crime, mas também para expressar o status social dos moradores: câmaras sofisticadas, interfones e portões com abertura eletrônica, sem falar do projeto e da arquitetura defensivos, tornam-se afirmações da posição social. São investimentos na aparência pública e devem permitir a comparação entre vizinhos, para mostrar tanto quem está se saindo melhor socialmente quanto quem tem o gosto mais sofisticado.

Alguns anos atrás, moradores das classes média e alta viam a segurança como algo imposto à arquitetura de uma forma artificial. Este ainda é o sentimento dos moradores da Moóca e do Jardim das Camélias. Quando acrescentada a um projeto concebido sem ela, a segurança pode ainda parecer e ser sentida como estranha. Mas agora que a segurança faz parte de qualquer projeto, os moradores vêem suas exigências de modo distinto. Em 1980, ainda havia debates nos jornais de São Paulo sobre os direitos dos proprietários de apartamentos de acrescentar cercas e muros a seus edifícios, às vezes mudando o projeto original.[34] Esse debate parece ter morrido. São poucas as casas ou apartamentos que não têm cercas — e ninguém anunciaria um edifício sem muros e dispositivos de segurança! No início dos anos 90, era a nova "arquitetura da segurança" que abria espaço nos artigos de jornal.[35] Essa arquitetura cria meios explícitos de manter afastados os indesejáveis, especialmente os sem-teto.[36] Depois de vinte anos de elaboração e de experimentos num novo modo de segregação, a linguagem do isolamento e distanciamento sociais está se tornando cada vez mais explícita e se espalha pela cidade (ver Fotos 12 e 13).

---

[34] Nelson Kojranski, um advogado que escrevia freqüentemente no jornal *Folha de S. Paulo* sobre temas legais relacionados à vida em prédios de apartamentos, opinou que "é lícito concluir que não existe impedimento jurídico capaz de obstar a implantação de grades cercando o terreno do prédio, ainda que isso implique alguma mácula à harmonia arquitetônica de sua fachada, se determinada pela maioria dos condôminos" (28 de janeiro de 1980).

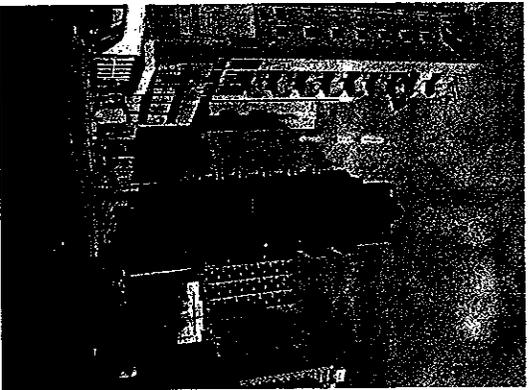
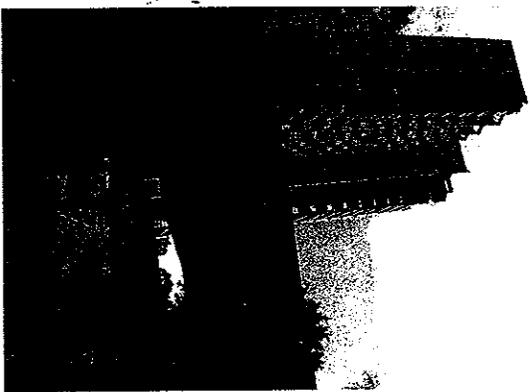
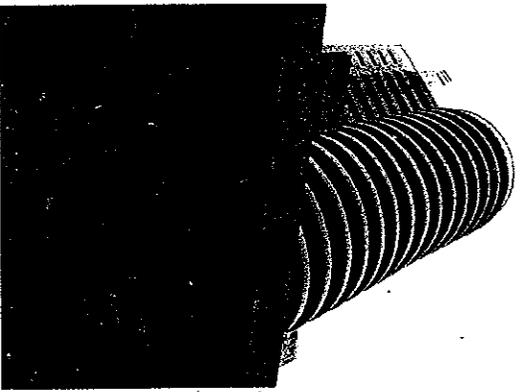
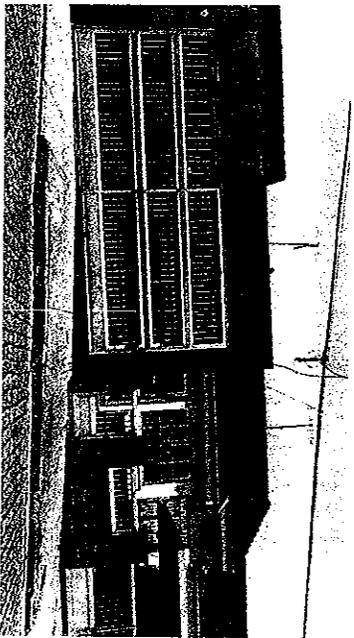
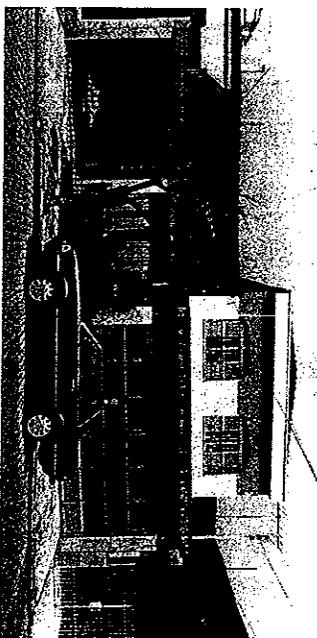
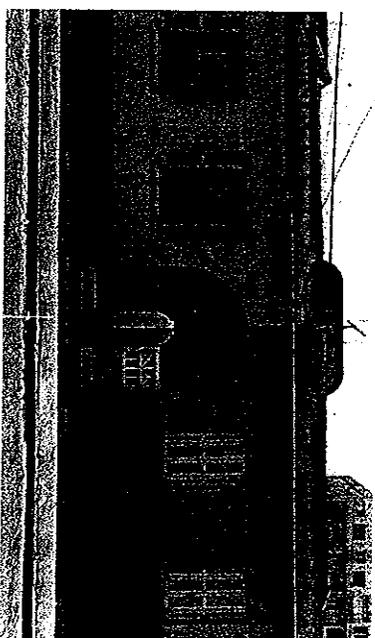
[35] Por exemplo: "A arquitetura do medo domina São Paulo", *Jornal da Tarde*, 30 de setembro de 1991. Esse artigo relata que o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) estava promovendo encontros para discutir a incorporação da segurança aos projetos não só de casas e apartamentos, mas também de parques e praças. Nos Estados Unidos, existe hoje em dia um discurso mais elaborado sobre a "arquitetura defensiva" que discuto no capítulo 8.

[36] Por exemplo: "Cerca em árvore pretende evitar mendigos", *Folha de S. Paulo*, 10 de setembro de 1994. O artigo cita várias estratégias usadas para evitar que pessoas sem teto permaneçam em determinadas áreas. Essas estratégias incluem o cercamento de árvores, instalação de esguichos de água em marquises de edifícios, colocação de correntes fechando áreas de entrada de edifícios e assim por diante.

Fotos 12 e 13: No Morumbi, as casas se escondem por trás de fachadas de segurança. As aberturas nos muros, protegidas por vidro à prova de bala, indicam a presença de guardas particulares. 1994.

Fotos 14, 15, 16 e 17: Casas autoconstruídas no Jardim das Camélias e suas grades e portões de ferro. Os moradores escolhem cuidadosamente o estilo de cada um deles e tentam sempre se diferenciar dos vizinhos. A foto 16 mostra uma solução comum: o portão se projeta para fora para acomodar o carro. 1994.

As transformações nas casas ligadas à segurança representam um investimento significativo numa época de dificuldades econômicas. Mas, apesar de o investimento ser alto e normalmente representar um fardo para uma família de renda baixa, ele é considerado absolutamente necessário. O homem que produz cercas e barras de janela para os moradores do Jardim das Camélias numa pequena oficina em frente à sua casa mostrou-me a longa lista de clientes do bairro, explicou-me o quanto as cercas eram caras para seus clientes pobres, como ele lhes dividia os pagamentos em várias prestações e de que maneira lidava com a inflação para tornar seus serviços um pouco mais acessíveis. Ele também me mostrou com orgulho o catálogo com seus desenhos de cercas e portões e me contou de seu trabalho para decorá-los e transformar a mais simples cerca em algo agradável. Aquela era a sua contribuição para "tornar o bairro mais bonito", ele me disse. Ele realmente conhece seu ofício e está consciente de que as cercas não têm a ver apenas com a segurança mas também com estética e distinção (ver fotos 14, 15, 16 e 17).

No nível mais elementar, uma casa isolada com todos os sinais de distinção definitivamente marca a distância entre uma casa e um cortiço ou uma favela. No entanto, são possíveis comparações mais extensas porque os moradores de São Paulo de todas as classes sociais são fluentes no novo código de distinção. Naturalmente, as variações são enormes entre bairros ricos e pobres, mas em todos eles quanto mais ostensivamente segura e cercada é a propriedade, maior seu status. Parece que os moradores de São Paulo estão aprendendo a transformar restrições, limitações, incertezas e medos em seu proveito ao manipularem a estética da segurança: eles estão transformando suas casas em prisões, mas suas prisões dizem muito sobre sua posição social.

Um olhar sobre as casas ou prédios de apartamentos em qualquer bairro de São Paulo mostra claramente como as cercas e muros falam sobre distinção e constituem estilos de projetos. Em áreas ricas como o Morumbi, a arquitetura individual de cada construção e a competição pelo detalhe mais original para singularizar um empreendimento tentam criar sentimentos de distinção (ver fotos 18, 19 e 20). Bairros construídos em outros momentos, como a Moóca e o Jardim das Camélias, exibem em cada rua as mudanças nas modas. Fachadas mais antigas com cercas discretas e um desenho aberto parecem acanhadas ante o novo estilo da arquitetura de segurança (ver as fotos 21, 22 e 23 para a Moóca e fotos 24, 25 e 26 para o Jardim das Camélias).

Muros, cercas e barras falam sobre gosto, estilo e distinção, mas suas intenções estéticas não podem desviar nossa atenção de sua mensagem principal de medo, suspeita e segregação. Esses elementos, junto com a valorização do isolamento e do enclausuramento e com as novas práticas de classificação e exclusão, estão criando uma cidade na qual a separação vem para o primeiro plano e a qualidade do espaço público e dos encontros sociais que são nele possíveis já mudou consideravelmente.

Fotos 18, 19 e 20: A arquitetura dos prédios da classe alta do Morumbi também busca a singularidade, e freqüentemente contrasta com a precariedade das ruas. 1994.

Fotos 21, 22 e 23: Na Moóca, é possível encontrar pelo menos três gerações de fachadas. A foto 21 mostra antigas casas operárias geminadas, construídas rente à calçada. Na geração seguinte, as casas em geral tinham um jardim de frente, aberto para a rua. As fotos 22 e 23 apresentam algumas dessas casas da segunda geração ao lado de outras modificadas de acordo com as novas exigências de segurança. As casas mais antigas e abertas se apequenam em contraste com o novo estilo, que determina que os jardins de frente sejam encerrados. 1989.

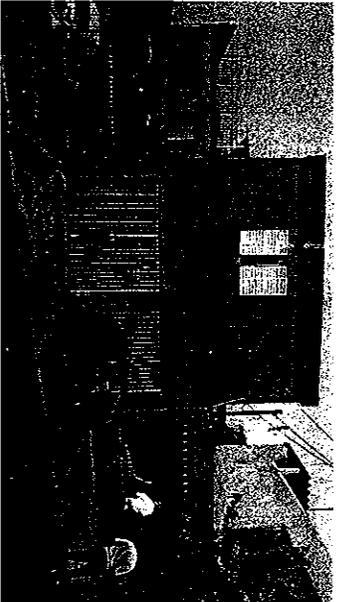
Fotos 24, 25 e 26: As casas autoconstruídas do Jardim das Camélias também mostram como as exigências de segurança mudam o estilo das fachadas. A foto 24 é um exemplo típico de casa com jardim aberto na frente, construída até os anos 70. As fotos 25 e 26 mostram transformações mais recentes, com jardins fechados e um segundo andar. 1994.

8. A IMPLOSÃO DA VIDA PÚBLICA MODERNA

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Os moradores da cidade não se arriscariam a ter uma casa sem grades ou barras nas janelas. Barreiras físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, praças, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente. As rotinas diárias daqueles que habitam espaços segregados — protegidos por muros, sistemas de vigilância e acesso restrito — são bem diferentes das rotinas anteriores em ambientes mais abertos e heterogêneos.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e câmaras de vídeo no lugar de jardins, vizinhos conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das janelas? A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as "zonas proibidas" que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública.

Este capítulo analisa as mudanças no espaço público e na qualidade de vida pública que resultam da expansão das estratégias de segurança: segregação, distância social e exclusão e a implosão da experiência da vida pública na cidade moderna. Primeiro, discuto a noção moderna do público articulada aos ideais de abertura e acessibilidade, tanto no espaço da cidade como na comunidade política. Analiso duas críticas a cidades industriais que permanecem comprometidas com valores modernos: o modernismo e a cidade-jardim. Ambos influenciaram os enclaves fortificados. Em seguida, comparo os espaços dos novos enclaves com aqueles do planejamento modernista da cidade, mostrando que aqueles usam convenções modernistas com a intenção de criar o que o último produziu involuntariamente: segre-

gação e fragmentação. Terceiro, usando dados etnográficos e minha própria experiência de São Paulo, discuto o relacionamento entre mudanças no espaço construído e na vida cotidiana na cidade, mostrando como a última é cada vez mais moldada por incivilidade e imposição de distância social. A comparação com Los Angeles indica que o padrão de segregação de São Paulo não é algo único, mas já bem difundido. Em ambas as cidades, a nova experiência urbana é estruturada não pelos valores modernos de abertura e tolerância à heterogeneidade, mas sim por separação e controle de limites. Finalmente, discuto algumas das conseqüências políticas dessas mudanças espaciais em termos de expansão e restrição da democracia.

É claro que os espaços públicos das cidades e os tipos de relacionamento que ocorrem aí representam apenas um aspecto da vida pública. Uma das questões mais desafiadoras na análise urbana permeia as discussões neste capítulo: como conceber as relações entre forma urbana, política e vida cotidiana. Essas relações são muito complexas e geralmente disjuntivas: processos simultâneos com significados opostos podem acontecer na mesma esfera pública. São Paulo oferece um forte exemplo de disjunção, já que seu processo de fortificação coincide com a organização dos movimentos sociais urbanos, a expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e a democratização política. Ao enfatizar esse tipo de disjunção, distancio-me fortemente do determinismo ecológico que veria nos muros e no padrão de segregação cristalizado no meio urbano a origem determinante de processos políticos.

Todavia, o espaço construído não é um tipo de cenário neutro para a expansão das relações sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem. Ela não as determina completamente, já que há sempre lugar para diversas e algumas vezes subversivas apropriações de espaços, e para a organização de ações sociais que contestam aquelas moldadas por práticas espaciais. No entanto, os espaços materiais que constituem o cenário para a vida pública influenciam os tipos de relações sociais possíveis neles. Contra um pano de fundo de muros e tecnologias de vigilância, a vida nas calçadas é bem diferente da que Jane Jacobs descreveu em sua famosa defesa do espaço público urbano (1961: 50-4). As cidades "metafóricas" (De Certeau 1984:93) que as pessoas constroem em suas práticas cotidianas de espaço são inevitavelmente diferentes em uma cidade moderna aberta e em uma cidade de muros. Em geral, é necessário uma ação política organizada para resistir aos muros ou para desmantelar padrões de segregação. Na vida cotidiana, é difícil contestar os muros e rituais de suspeição e humilhação, como bem sabem os moradores de São Paulo.

O Ideal Moderno de Espaço Público

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a

presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições).[1] Esses elementos estão associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris pelo barão Haussmann na segunda metade do século XIX. A transformação de Paris promovida pelo Estado sob o comando de Haussmann foi duramente criticada tanto por cidadãos quanto por analistas, mas ninguém nega que os novos bulevares foram rapidamente apropriados por um enorme número de pessoas ansiosas para aproveitar tanto a vida pública nas ruas, protegidas pelo anonimato, quanto as possibilidades de consumo que vieram com ela. Tanto o *flâneur* descrito por Baudelaire como o consumidor das novas lojas de departamento se tornaram símbolos do uso moderno do espaço público urbano.

No centro dessa concepção de vida pública urbana estão duas noções relacionadas: o espaço da cidade é um espaço aberto para ser usado e aproveitado por todos, e a sociedade de consumo que ela abriga é acessível a todos. Conforme argumenta Young, no ideal de vida urbana moderna as "fronteiras são abertas e indetermináveis" (1990: 239). É claro que esse nunca foi inteiramente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e poder. A própria Paris demonstra a perpetuação da desigualdade: a reforma da cidade durante o Segundo Império foi na verdade uma transformação no modo de segregação espacial e organização das diferenças de classe, como Engels (1872) já havia notado (ver também Harvey 1985). Como resultado, a literatura sobre cidades modernas freqüentemente enfatizou seus aspectos negativos, do crime e da violência ao perigo das multidões, anomia, individualismo excessivo, congestionamento e proliferação de doenças. No entanto, a despeito das persistentes desigualdades e injustiças sociais, as cidades ocidentais modernas inspiradas por esse modelo sempre mantiveram sinais de abertura relacionados em especial à circulação e ao consumo, sinais que sustentaram o valor positivo ligado ao espaço público aberto e acessível a todos. Além disso, as ocasionais apropriações violentas de espaços públicos por diferentes categorias de pessoas excluídas — o exemplo mais óbvio sendo as barricadas erguidas durante rebeliões de trabalhadores — também constituíram o público moderno e simultaneamente contribuíram para sua expansão. A contestação é inerente à cidade moderna.

Alguns analistas da moderna vida urbana têm sido especialmente convincentes ao enumerar os valores positivos da cidade e ao defender o espaço público moder-

---

[1] Análises de várias dimensões da vida urbana moderna encontram-se em: Benjamin (1986), Berman (1982), Clark (1984), Harvey (1985), Holston (1989), Jacobs (1961), Rabinow (1989), Schorske (1961), Sennett (1974), Simmel (1971 [1903]), Vidler (1978), Wirth (1969 [1938]) e Young (1990). Restrinjo minhas discussões às cidades ocidentais, tanto na Europa quanto nas Américas.

no. Em geral, eles desconsideram o fato de que a moderna noção do público é, na verdade, um tipo de espaço e uma experiência de vida urbana que surgiram apenas no processo da urbanização industrial do século XIX. Recordar a especificidade histórica dessa noção do público é essencial para entender sua transformação atual.

Jane Jacobs é uma das defensoras mais famosas dos valores da vida pública moderna nas cidades. Sua análise do uso de calçadas e parques enfatiza não só abertura e acessibilidade, mas também a etiqueta e as condições que tornam interações públicas entre estranhos possíveis e seguras. Essas condições incluem o controle complexo e voluntário exercido pelos moradores que ela rotula "olhos sobre a rua" (Jacobs 1961: 35); densidade; uso contínuo; ampla diversidade de usos; e uma clara demarcação entre espaço público e espaço privado. Quando essas condições desaparecem, argumenta ela, a liberdade da cidade e sua civilização estão ameaçadas. Isso acontece, por exemplo, quando a "instituição do Turf" (1961: 47-50) orienta construções urbanas e as pessoas constroem barreiras, fecham algumas áreas e isolam os outros do lado de fora. Isso também acontece quando se confunde a separação entre público e privado. A privacidade, argumenta Jacobs, é "indispensável" nas cidades (1961: 58). A "vida pública civilizada" é mantida com base em relacionamentos em público que sejam dignos, formais e reservados — o que podemos chamar de civilidade —, além de separados das vidas privadas. Onde não existem calçadas e espaços públicos vivos, e quando os relacionamentos em público começam a se intrometer na vida privada e a requerer a convivência entre vizinhos, a liberdade da cidade está ameaçada; as pessoas tendem a impor certos estandartes, criando um senso de homogeneidade que leva à insularidade e à separação. Quando não há vida pública, as alternativas a compartilhar muito podem ser não compartilhar nada, suspeita e medo dos vizinhos. Em suma, para Jacobs, tanto traçar linhas e fronteiras no espaço da cidade como estender o privado no público ameaçam os valores básicos de uma boa vida pública urbana.[2]

Iris Marion Young (1990) parte da análise de Jacobs para construir um "ideal normativo de vida na cidade", que ela imagina como uma alternativa às cidades existentes e como uma maneira de acessar suas muitas injustiças sociais. Young cria seu modelo como um ideal e, assim, não discute sobre sua especificidade histórica e moderna. Entretanto, seus argumentos e críticas de algumas visões iluministas revelam seu caráter moderno. Young define a vida na cidade como "o estar junto de estranhos", cujo ideal é "uma abertura à alteridade não assimilada" (Young 1990: 237, 227). "Como um ideal normativo", ela argumenta, "a vida na cidade exemplifica as relações sociais de diferença sem exclusão" (Young 1990: 227). Por princípio, esses ideais são incompatíveis com qualquer tipo de ordem hierárquica (como

[2] Outros analistas da vida urbana moderna apresentam tipos semelhantes de argumentos. Richard Sennett (1974) ancora sua tese da "queda do homem público" numa descrição da perda de formalidade nas interações em público associada à interiorização do indivíduo e às tiranias da intimidade que marcam as sociedades contemporâneas. T. J. Clark (1984: cap. 1) descreve a Paris moderna como um espaço público constituído para garantir a "desatenção" ao outro, isto é, o anonimato e a possibilidade de interações com estranhos nas quais a privacidade é sempre mantida.

a ordem medieval de estamentos) e podem ser concebidos apenas a partir da suposição de uma igualdade universal dos cidadãos que constitui as modernas sociedades ocidentais.

Young concebe seu modelo de vida na cidade como um instrumento de crítica ao comunitarianismo, ou seja, o ideal da fusão de sujeitos e de primazia das relações face-a-face como um modelo básico de política democrática. Este é exatamente o modelo usado para justificar a construção de enclaves fortificados e a retirada para a vida suburbana. Usando argumentos paralelos aos de Jacobs, Young argumenta que o ideal de comunidade "nega a diferença entre sujeitos" e "freqüentemente atua para excluir ou oprimir aqueles que são diferentes. O compromisso com um ideal de comunidade tende a valorizar e a reforçar a homogeneidade" e, assim, tem conseqüências excludentes (Young 1990: 234-5). Ela alega que seu ideal normativo é uma elaboração das virtudes e possibilidades não realizadas da experiência contemporânea das cidades. As principais virtudes são quatro: diferenciação social sem exclusão; diferenciação do espaço social baseada na multiplicidade de usos; erotismo, entendido de modo amplo como "uma atração pelo outro, o prazer e a excitação de ser tirado de uma rotina segura para encontrar o novo, o estranho e o surpreendente" (Young 1990: 139); e publicidade, que se refere ao espaço público como sendo por definição um lugar aberto e acessível a todos e onde sempre se corre o risco de encontrar aqueles que são diferentes (Young 1990: 238-41). "Na vida pública as diferenças permanecem não assimiladas (...) O público é heterogêneo, plural e divertido." (Young 1990: 241). Apesar da realidade social em qualquer cidade contemporânea ser cheia de desigualdades e injustiças, o ideal permite considerar, criticar e formular alternativas a elas.

Os ideais modernos do público não se referem apenas à vida na cidade, já que estão sempre ligados a concepções da política. A promessa de incorporação à sociedade moderna inclui não só a cidade e o consumo, mas também a política. Imagens da cidade moderna são de muitas maneiras análogas às da comunidade política liberal, consolidadas com base em um contrato social entre pessoas idealmente iguais e livres. A ficção do contrato social baseado em um princípio de universalidade é radical — como aquela da cidade aberta — e ajudou a destruir a ordem social hierárquica dos estamentos feudais que a precedeu. Mas é claro que só com muitas lutas as definições daqueles que poderiam ser considerados "livres e iguais" se expandiram. Assim como a cidade aberta, a comunidade política que incorpora todos os cidadãos nunca existiu. Ainda assim, seus ideais e sua promessa de incorporação contínua mantiveram seu poder por pelo menos dois séculos, dando forma a experiências de cidadania e vida na cidade e legitimando as ações de vários grupos excluídos em suas reivindicações por incorporação.[3]

[3] Uma poderosa imagem de incorporação progressiva é oferecida no ensaio clássico de T. H. Marshall (1965 [1949]) sobre o desenvolvimento da cidadania. Seu ponto de partida é o reconhecimento de que os direitos de cidadania nunca foram distribuídos igualmente, mas se expandiram consideravelmente ao longo do tempo. Depois de diferenciar as dimensões civil, política e social da cidadania, Marshall argumenta que elas evoluíram sucessivamente e que cada uma levou apro-

Na política contemporânea, as promessas liberais não cumpridas de cidadania universal e, simultaneamente, a reafirmação de algumas dessas promessas têm sido articuladas pelos novos movimentos sociais. Eles têm assumido várias formas, seja afirmando os direitos de grupos específicos (negros, populações indígenas, gays e mulheres), seja tentando expandir os direitos de grupos sociais excluídos (como no caso dos movimentos de moradores da periferia de São Paulo reivindicando seus "direitos à cidade"). Em geral, especialmente em sua encarnação liberal, os movimentos sociais articulam o que se pode chamar de um ataque positivo aos ideais liberais modernos: seu objetivo é ainda expandir os direitos, a liberdade, a justiça e a igualdade, e eles buscam modelos que incluam os excluídos e, assim, atinjam esses objetivos de uma maneira mais efetiva. Em outras palavras, é um ataque que mantém e reforça valores liberais básicos, especialmente aqueles de universalidade e igualdade. O que distingue esses movimentos sociais liberais de um segundo tipo é o tratamento da diferença.[4] Na versão liberal, que Taylor (1992: 37) chama de "política de universalismo", os movimentos sociais marcam diferenças a fim de expor injustiças. Para os movimentos sociais que enfatizam "a igual dignidade de todos os cidadãos", chamar a atenção para diferenças significa lutar pela expansão e pela "equalização de direitos" (Taylor 1992: 37). No fundo, sua meta é apagar diferenças através da incorporação de grupos discriminados à condição de cidadania plena. Esses movimentos visam uma vida pública e uma comunidade política na qual o respeito igual pelos direitos de todos eliminaria a necessidade de marcar diferenças e desigualdades. Dada sua ênfase em princípios universais, eles não vêem a diferença como algo a ser mantido e valorizado.

Um segundo tipo de movimento social, que oferece uma crítica ao liberalismo, colocou em evidência a questão da diferença. Nessa segunda categoria, que Taylor chama de "política de diferença", grupos minoritários, especialmente feministas, argumentam que as noções liberais de universalismo foram sempre constituídas com base na exclusão de alguns. Eles insistem que os direitos de grupos minoritários só podem ser considerados se abordados pela perspectiva da diferença e não da de identidade (*sameness*).[5] Apesar de ainda se referirem a um princípio de igualdade universal, eles reivindicam o reconhecimento da identidade única de cada grupo e sua especificidade em relação a todos os outros (Taylor 1992: 38-9). A interpretação de Iris Marion Young de uma política de diferença e da vida na cidade como o domínio das relações sociais de "diferença sem exclusão" representa uma versão dessa crítica (Young 1990). No modelo de Young, as diferenças têm que permanecer não assimiladas; elas não deveriam desaparecer sob qualquer ficção de pertencimento universal. Embora a ruptura com o liberalismo nesta visão seja explícita, ela ainda constitui um ataque baseado nos princípios de direitos, liberdade, justiça e igualdade e, portanto, dentro dos parâmetros da modernidade.

Outros teóricos da democracia como Claude Lefort, Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Etienne Balibar oferecem análises similares. O que eles têm em comum, além da ênfase na não-assimilação de diferenças, é a insistência numa política democrática e num espaço público, fundados na incerteza e na abertura e marcados pela negociação de significado. Como diz Lefort, a democracia é instituída e mantida pela "dissolução das marcas de certeza" (Lefort 1988: 19). Em uma democracia, as bases do poder, da lei, do conhecimento e das interações sociais são indeterminadas e o espaço público é o *locus* onde o significado do social e do que é legitimado são negociados.

Esses ideais de política democrática — abertura, indeterminação, fluidez e coexistência de diferenças não assimiladas — encontraram algumas de suas melhores expressões nos espaços públicos das cidades modernas.[6] Estes espaços promovem interações entre pessoas que são forçadas a confrontar seus anonimatos e os dos outros com base na cidadania e assim a reconhecer e respeitar os direitos iguais do outro. É claro que há várias maneiras de subverter aquela igualdade e invocar diferenças de status e hierarquias. No entanto, o espaço da cidade moderna, mais que qualquer outro, força esse confronto e conseqüentemente tem o potencial de desafiar e nivelar essas hierarquias. No espaço da cidade moderna, diferentes cidadãos negociam os termos de suas interações e de fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Esse ideal da cidade aberta tolerante às diferenças sociais e às negociação em encontros anônimos cristaliza o que chamo de espaço público moderno e democrático.

---

ximadamente um século para se consolidar. Esse ensaio não esconde o longo caminho que conduziu ao reconhecimento de cada direito, mas isso não ameaça a sua tese mais geral de progresso contínuo da cidadania, apoiada na história de sua expansão. A imagem da expansão progressiva da cidadania encontra ecos em versões contemporâneas da teoria política que se concebem como "radicais" e que não enquadram a análise em termos de incorporação. Por exemplo, a análise de Laclau e Mouffe (1985) apresenta a democracia com base num imaginário caracterizado pelo "deslocamento equivalencial" e que tenta considerar as possibilidades de sua hegemonia, de forma radical, nas sociedades contemporâneas. Para críticas recentes da visão otimista e evolucionária de Marshall, ver Hirschman (1991) e Turner (1992).

[4] O movimento pelos direitos civis e o movimento feminista americanos nas décadas de 60 e 70, assim como os movimentos sociais urbanos na América Latina no final dos anos 70 e começo dos 80 são exemplos do que estou chamando de movimentos sociais "liberais".

[5] Para uma crítica feminista da teoria do contrato social, ver Pateman (1988), e para uma crítica do entendimento legal de igualdade como *sameness*, ver Eisenstein (1988). Scott (1997) oferece uma análise do paradoxo que marcou a história do feminismo liberal francês: sua necessidade de simultaneamente aceitar e recusar diferenças sexuais na política. Ver também os debates sobre multiculturalismo e, especialmente, as reivindicações por direitos indígenas em alguns países da América Latina concebidas como direitos de nações dentro de um Estado-nação (Stavenhagen 1996; Findji 1992) e o debate sobre o nacionalismo em Quebec (Kymlicka 1996).

[6] É interessante observar que em vez de formular um modelo de democracia em termos puramente abstratos, Young o ancora na experiência moderna de vida na cidade. Embora insista nas várias injustiças sociais e de segregação encontradas nas cidades, é ainda de sua experiência que ela deriva o modelo de um espaço democrático no qual as diferenças permanecem "não-assimiladas" e a heterogeneidade, a tolerância em relação ao outro, a acessibilidade e as fronteiras flexíveis existem de alguma maneira e podem ser resgatados como valores positivos. Ver Deutsche (1996) para uma crítica das concepções de espaço público em relação ao papel da arte pública num contexto democrático. Deutsche argumenta, inspirada por Lefort, que o papel dessa arte deve ser exatamente o de desestabilizar limites e identidades.

Cidades como a São Paulo e a Los Angeles contemporâneas apresentam um tipo totalmente distinto de espaço público urbano. A diferença não é do mesmo tipo expresso seja pelas reivindicações dos movimentos sociais (de qualquer tipo), seja pelas críticas às numerosas disfunções das cidades modernas, que ainda pretendem melhorar o espaço público moderno e fazê-lo coadunar-se às suas promessas. Em vez disso, os espaços públicos que estão sendo criados nessas cidades negam as principais características do ideal moderno democrático de espaço público urbano. Essas cidades abrigam um tipo de espaço público que não faz nenhum gesto em direção à abertura, indeterminação, acomodação de diferenças ou igualdade, e que ao invés disso toma a desigualdade e a separação como valores estruturantes. Na verdade, ele contradiz os princípios do espaço urbano moderno e expressa alguns dos piores cenários de incivilidade e privatização do espaço público imaginados por Jacob e Young. Cidades de muros e de enclaves fortificados são cidades de fronteiras fixas e espaços de acesso restrito e controlado.

Cidade-Jardim e Modernismo: A Linhagem dos Enclaves Fortificados

Os enclaves fortificados e o tipo de espaço público que estão sendo criados em São Paulo e em Los Angeles são o resultado de influências complexas e heterogêneas. Algumas delas podem ser relacionadas às críticas da desigualdade, segregação e injustiças sociais que constituíram as cidades industriais. Duas dessas visões em especial influenciaram a nova segregação dos enclaves: a noção de cidade-jardim e o modernismo. Essa análise nos ajudará a entender como o que foi originalmente uma crítica aos problemas das cidades industriais acabou se transformando em uma fonte de destruição de seus ideais democráticos.

O modelo da cidade-jardim foi expresso pela primeira vez por Ebenezer Howard na Inglaterra no século XIX.[7] Considerando os problemas das grandes cidades industriais insolúveis, ele propôs substituí-las por cidades pequenas. Seus moradores, especialmente os pobres, viveriam perto da natureza e basear iam suas relações na mutualidade e na propriedade coletiva da terra. Howard imaginou as cidades-jardins como auto-suficientes e, portanto, diferentes do subúrbios tradicionais, para onde os trabalhadores só voltam para dormir. Na verdade, as cidades que ele imaginou, com sua combinação de moradia e empregos no terciário e na indústria, aproximam-se mais dos novos subúrbios contemporâneos.[8] Howard

[7] O livro *To-Morrow: A Peaceful Path to Social Reform*, de Howard, foi publicado originalmente em 1898. Em 1902, ele foi republicado como *Garden Cities of Tomorrow*. Na Inglaterra, seus principais seguidores foram Raymond Unwin e Barry Parker, que planejaram a primeira cidade-jardim e ajudaram a criar seu idioma. Eles também projetaram a primeira cidade-jardim de São Paulo. Para diferentes análises da influência de Howard no planejamento urbano, ver Fishman (1982: parte I), Girouard (1985: 351-63), Jacobs (1961: 17-25), Kostof (1991: 75-82, 194-9) e McKenzie (1994: 1-6).

[8] Ver Jackson (1985) para uma visão da suburbanização dos Estados Unidos e Fishman (1995), Beauregard (1995), Soja (1996d) e Garreau (1991) para diferentes visões das mudanças do caráter do subúrbio americano.

vislumbrou suas cidades em forma circular, cercadas por um cinturão verde (como aqueles adotados por muitas cidades inglesas) e ligadas a outras cidades pequenas para formar um outro círculo (como no conceito de cidades-satélites). Atividades econômicas, residência e administração seriam separadas por áreas verdes. No centro, os prédios públicos se aglomerariam para criar o "espírito cívico". A cidade seria planejada como uma totalidade — de acordo com o conceito que se tornou sinônimo de planejamento — e seria controlada pela autoridade pública para evitar a especulação e a irracionalidade em seu uso. As cidades-jardins seriam governadas por uma tecnocracia corporativa controlada democraticamente e cujos principais integrantes seriam eleitos pelos moradores-locatários.

O modelo da cidade-jardim foi muito influente, gerando numerosas *new towns*, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, desde o começo do século XX (Fishman 1988: cap. 1). Os atuais condomínios fechados paulistas e os CIDs (*common interest developments*) americanos exemplificam a influência do modelo da cidade-jardim e também o quanto ele foi modificado. Os muros e o caráter privado dos empreendimentos atuais, a ausência de preocupação com uma ordem urbana como um todo e o estilo de vida exclusivo e excluidor contradizem diretamente os ideais originais. Entretanto, o imaginário da cidade-jardim ainda é significativo. Nos Estados Unidos, esse modelo tem sido freqüentemente associado aos ideais políticos comunitários, apesar de estes não serem necessariamente parte da visão de Howard.[9] Não é difícil associar a esse conceito as origens dos CIDs administrados por uma associação de proprietários, que estão se tornando o principal tipo de residência nos subúrbios americanos.[10] De forma semelhante, como a análise dos anúncios revelou, os condomínios fechados brasileiros inspiraram-se no modelo da cidade-jardim. Em contraste com as CIDs americanas, no entanto, os condomínios paulistas não insistem na questão da comunidade. Em São Paulo, o comunitarianismo não é uma ideologia importante e a inspiração da cidade-jardim acaba sendo expressa de uma maneira mais crua. Sem o discurso (presumivelmente positivo) sobre os valores da comunidade local, suas intenções discriminatórias são as únicas a sobressaírem.

Le Corbusier e o planejamento urbano modernista representam outra crítica à cidade industrial e a seu espaço público moderno, que foi apropriado e transformado pelos novos enclaves. Apesar das muitas diferenças, a Cidade Radiosa de Le Corbusier tinha algumas ligações com o modelo de cidade-jardim. Na verdade, ele mesmo a descreveu como uma "cidade-jardim vertical" (Jacobs 1961: 22).[11] Suas

[9] Ver acima e Young (1990: 227-36) para uma crítica ao comunitarianismo e seu caráter antiurbano e excludente.

[10] Para uma análise da expansão dos CIDs, ver McKenzie (1994). A associação de sentimentos antiurbanos com ideais comunitários é explícita na análise de Blakely e Snyder (1997) sobre condomínios fechados nos Estados Unidos. Embora esses autores critiquem os portões, seu viés antiurbano e sua preocupação com a "comunidade" os impedem de captar o caráter profundamente antidemocrático das comunidades fechadas.

[11] Para as afinidades entre Le Corbusier e Howard, ver Fishman (1988: 178 e cap. 21), Jacobs (1961: 21-5) e Girouard (1985: 360).

idéias sobre densidade eram o oposto das de Howard e ele introduziu os arranha-céus em seus projetos, bem como o automóvel e considerações sobre o fluxo rápido de trânsito. No entanto, seus projetos tinham vários elementos em comum com a cidade-jardim: antipatia pela rua e destruição de sua unidade; segmentação espacial das funções; ênfase na cidade como um parque e na existência de áreas verdes intercaladas a áreas construídas; e necessidade de um plano integral continuamente controlado por autoridades públicas.

O planejamento e o projeto modernistas foram influentes em todo o mundo, mas especialmente no Brasil moderno e em Los Angeles. Como Holston (1989) mostra, a construção da Brasília modernista no final dos anos 50 cristalizou um modernismo internacional em sua transformação do espaço público e comunicou-o ao resto do país.[12] O modernismo tem sido o idioma dominante da arquitetura e do planejamento urbano brasileiros até hoje. Como tal, ele também tem sido associado a prestígio e tem ajudado a criar espaços e a vender residências para a elite brasileira desde os anos 50.[13] Nos condomínios fechados, entretanto, a arquitetura modernista se torna não só um símbolo de status para a burguesia, para quem essa arquitetura pode ainda estar na moda, mas também um dos principais meios de produzir segregação. Para alcançar suas metas de isolar, distanciar e selecionar, os enclaves fortificados usam alguns instrumentos de projeto oriundos do repertório modernista de planejamento e arquitetura. Uma das características comuns entre o planejamento modernista (e da cidade-jardim) e os enclaves fortificados é o seu ataque às ruas como uma forma de espaço público. Tanto na Brasília modernista, conforme mostra Holston (1989: cap. 4), como nas novas partes de São Paulo e Los Angeles, as convenções modernistas de projeto urbano e arquitetônico retiram os pedestres e suas interações anônimas das ruas, dedicadas quase que exclusivamente à circulação de veículos. A rua como elemento central da vida pública moderna é, então, eliminada. No entanto, mesmo que os resultados tendam a ser os

[12] Ver Holston (1989) para uma análise de Brasília, sua afiliação ao CIAM e as inversões e perversões geradas à medida que o projeto foi elaborado e a cidade, povoada. Minhas considerações sobre Brasília são baseadas nessa análise.

[13] Assim sendo, o modernismo não poderia estar ausente dos anúncios de condomínios fechados. Em 1982, um conjunto de sete prédios no Morumbi foi anunciado como: "L'Abitare — o sucesso planejado (...) introduziu uma das tendências mais modernas e vitoriosas em matéria de arquitetura e urbanismo (...) L'Abitare devolve o espaço vivencial aos moradores e reflete uma preocupação tanto com o homem e sua qualidade de vida, considerando as necessidades específicas das famílias paulistanas de classe média, quanto com as experiências que na linguagem do famoso arquiteto Le Corbusier resultaram na concepção das 'unidades de vizinhança' (...) Tudo isso cercado e guardado por portaria com vigilância permanente. (...) Localização excelente: (...) o bairro é um prolongamento da área tradicionalmente ocupada pelas residências da classe média superior" (*O Estado de S. Paulo*, 3 de outubro de 1982). Chico Buarque captou esse uso da arquitetura modernista como uma forma de status no romance *Estorvo*. A residência da irmã no condomínio fechado é um projeto modernista. Trata-se de "uma pirâmide de vidro, sem o vértice", mas que precisa ser cercada para se tornar uma fortaleza. O resultado é estranho, como observa o narrador: "Eu sempre achei que aquela arquitetura premiada preferia habitar outro espaço" (1991: p. 14-5).

mesmos, os projetos originais do modernismo e dos enclaves atuais são radicalmente diferentes. Mas vale a pena investigar como projetos tão diferentes acabaram usando estratégias semelhantes e produzindo efeitos similares.

A arquitetura modernista e o planejamento urbano surgem de uma crítica às cidades e sociedades industriais, que eles queriam transformar através do remodelamento radical do espaço. Sua ambição é clara: apagar diferenças sociais e criar igualdade na cidade racional do futuro desenhada por um arquiteto de vanguarda. Nesse contexto, a rua-corredor é tida como geradora de doenças e como um impedimento ao progresso, já que não conseguiria acomodar as necessidades da nova era da máquina. Além disso, a arquitetura modernista ataca a rua porque "ela constitui uma organização arquitetônica dos domínios público e privado da vida social que o modernismo busca superar" (Holston 1989: 103). Nas cidades capitalistas, a organização do público e do privado se expressa na rua-corredor e no seu sistema correlato de espaços públicos, incluindo calçadas e praças: uma massa sólida de construções privadas contíguas enquadra e contém o vazio das ruas públicas. O planejamento e a arquitetura modernistas invertem esses relacionamentos sólido-vazio/figura-fundo que têm sido a base da estrutura física das cidades ocidentais. Na cidade modernista, "as ruas aparecem como vazios contínuos e as construções como figuras esculturais" (Holston 1989: 125). Ao subverter o código existente de ordem urbana, o planejamento modernista objetiva e consegue borrar a distinção representativa entre público e privado. O resultado é a subversão do espaço público moderno ancorada nessa separação.

O planejamento urbano modernista aspirava transformar a cidade em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado, eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalista universal, dividida em setores de acordo com funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte, administração e cívica. Brasília é a incorporação mais completa desse novo tipo de cidade e de vida pública.[14] O resultado, contudo, acabou sendo o oposto das intenções dos planejadores. Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil, não a mais igualitária (Holston 1989: cap. 8; Telles 1995a). Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças. O tipo de espaço que ele cria promove não a igualdade — como pretendido — mas apenas uma desigualdade mais explícita.

Ironicamente, então, os instrumentos do planejamento modernista, com pouca adaptação, servem para produzir desigualdade. Ruas projetadas apenas para o tráfego de veículos, ausência de calçadas, enclausuramento e internalização de áreas de comércio e grandes espaços vazios isolando prédios esculturais e áreas residenciais

[14] Brasília foi criada a partir do nada como um plano total. Muitas cidades existentes ao redor do mundo, entretanto, foram substancialmente modificadas pela intervenção do planejamento modernista. Além disso, o modernismo tornou-se o tipo padrão de projeto nas cidades dominadas pela União Soviética. Através do uso de espaços monumentais e construções modernistas, o planejamento soviético criou um tipo de espaço público que também é completamente diferente do tipo moderno ocidental: um espaço para paradas, manifestações de grandes multidões e espetáculos patrocinados pelo Estado, mas não para a interação diária dos pedestres.

ricas efetivamente criam e mantêm a separação social. Essas criações modernistas transformam radicalmente a vida pública. Nos novos enclaves fortificados, elas são usadas não para destruir espaços privados e produzir um espaço público total e unificado, mas explicitamente para destruir os espaços públicos. Seu objetivo é estender alguns domínios privados de forma que eles possam cumprir funções públicas, mas de maneira segregada.

Os enclaves fortificados contemporâneos usam essencialmente instrumentos modernistas de projeto, mas com algumas adaptações importantes. O tratamento da circulação e do comércio é bem parecido: nos dois casos, a circulação de pedestres é desestimulada, o tráfego de veículos é enfatizado, não há calçadas e as áreas de comércio são mantidas longe das ruas, desencorajando a interação pública. Os grandes espaços que separam prédios esculturais são outro ponto em comum. Os muros circundando os enclaves são o afastamento mais claro do idioma modernista, mas seus efeitos não são estranhos à cidade modernista. No planejamento modernista, como o de Brasília, as áreas residenciais, comerciais e administrativas não deveriam ter grades ou muros mas apenas ser delimitadas por áreas verdes e vias expressas, como no modelo da cidade-jardim e em vários subúrbios americanos atuais. Em São Paulo, os muros são considerados essenciais para demarcar todos os tipos de construções, especialmente os novos enclaves. Entretanto, essa demarcação da propriedade privada não cria o mesmo tipo de espaço público (não-modernista) que caracteriza a cidade industrial. Como nos enclaves contemporâneos os universos privados são separados pelos vazios de espaços abertos (como no projeto modernista), eles quebram o alinhamento da rua e não geram mais ruas-corredores. Além disso, quando há um alinhamento de rua criado por muros e acentuado por sofisticadas tecnologias de segurança, o espaço público residual que se produz está em desacordo com a vida pública moderna.

Uma diferença significativa entre o projeto modernista e os enclaves fortificados se refere ao uso de materiais e às formas de construções individuais. As despojadas fachadas modernistas podem ser eliminadas nos enclaves em favor de ornamentos, irregularidades e materiais ostentatórios que exibem a individualidade e o status de seus moradores (ver Fotos 10, 18, 19 e 20). As tecnologias de segurança podem também ajudar a assegurar a aura de exclusividade dos prédios. A arquitetura desses prédios também está em desacordo com a ênfase modernista na transparência e na exposição da vida privada (e, portanto, no ataque à vida privada) expressa no uso de fachadas de vidro. Em outras palavras, contra a ênfase modernista na publicização, os enclaves acentuam a internalização, a privacidade e a individualidade, mas estas não se ligam à sua contraparte moderna, a sociabilidade pública formal, já que as fachadas dos prédios não mais constituem um sólido capaz de emoldurar uma vida pública significativa nas ruas.

Os elementos da arquitetura e do planejamento modernistas que sobrevivem na nova forma urbana dos enclaves são aqueles que destroem o espaço público e a vida social modernos: ruas mortas transformadas em vias expressas, construções esculturais separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança enquadrando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição de espaços diversos e heterogêneos. Os artifícios abandonados são aqueles que tencionavam criar igualdade, acessibilidade, transparência e uma nova esfera pública (fachadas de vidro, uniformidade de projeto, ausência de delimitação material como muros e grades). Em vez de criar um espaço em que as distinções entre público e privado desaparecem — tornando todo o espaço público, como os modernistas pretendiam — os enclaves usam convenções modernistas para criar espaços em que a qualidade privada é enfatizada acima de qualquer dúvida e em que o público, um vazio disforme tratado como resto, é considerado irrelevante. Esse foi exatamente o destino da arquitetura modernista e seu "espaço totalmente público" em Brasília e em todas as cidades que usam o planejamento urbano modernista para se construir e reconstruir (Holston 1989). No entanto, enquanto em Brasília esse resultado foi uma perversão das intenções e premissas iniciais, nos condomínios fechados e enclaves fortificados ele representa uma escolha deliberada. Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes.

Atualmente, nos novos tipos de espaços em cidades como São Paulo e Los Angeles, tendemos a não encontrar gestos de abertura e liberdade de circulação apesar das diferenças, nem um universalismo tecnocrático que vise apagar tais diferenças. Em São Paulo, o velho desenho urbano moderno tem sido fragmentado pela inserção dos enclaves privados independentes e bem-delineados (de projeto modernista), que são totalmente voltados para o interior. Os fragmentos fortificados não se destinam a ser subordinados a uma ordem pública total cimentada por ideologias de abertura, acessibilidade, tolerância de diferenças ou promessas de incorporação. A heterogeneidade agora deve ser levada mais a sério: os fragmentos expressam desigualdades irreconciliáveis, não simples diferenças. Na cidade de muros não há tolerância para com o outro ou pelo diferente. O espaço público expressa a nova intolerância. As convenções modernistas de projeto usadas pelos enclaves ajudam a assegurar que diferentes mundos sociais se encontrem o mínimo possível no espaço da cidade, ou seja, que pertençam a espaços diferentes.

Numa cidade de muros e enclaves como São Paulo, o espaço público passou por uma transformação profunda. Vivenciado como mais perigoso, enquadrado por grades e muros, fragmentado pelos novos vazios e enclaves, privatizado com correntes fechando ruas, guardas armados e guaritas, o espaço público é cada vez mais abandonado pelas camadas mais altas. Na medida em que os espaços para os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado àqueles que não podem pagar para entrar. Como os mundos privatizados das camadas mais altas são organizados com base nos princípios de homogeneidade e exclusão de outros, eles são por princípio o oposto do espaço público moderno. No entanto, os espaços públicos restantes, territórios de medo, também não podem aspirar aos ideais modernos. A vida cotidiana na cidade de muros reforça exatamente os valores opostos: incivilidade, intolerância e discriminação.

No ideal de vida urbana moderna, "as fronteiras são abertas e indetermináveis", sugere Young (1990: 239). Fronteiras fixas criam espaços não-modernos, um

espaço público não-democrático. No entanto, as relações entre forma urbana e política são complicadas, assim como os efeitos de um espaço não-público na vida civil. Minhas reflexões sobre essas complexidades têm como referência o fato de que a consolidação da cidade de muros em São Paulo, com seu espaço público não-democrático, coincidiu com o processo de democratização política. Foi exatamente no momento em que os movimentos sociais eclodiam na periferia, quando sindicatos paralisavam fábricas e lotavam estádios para suas assembléias, quando as pessoas votavam para os cargos executivos pela primeira vez em vinte anos, que os residentes da cidade começaram a erguer muros e a se mudar para enclaves fortificados. Quando o sistema político se abriu, as ruas foram fechadas e o medo do crime se tornou a fala da cidade.

Vida nas Ruas: Incivilidade e Agressão

Em São Paulo, como em qualquer outra cidade, o meio urbano é heterogêneo e mostra sinais de diferentes camadas de construções, usos e intervenções. O processo atual de construção de muros afeta todos os tipos de espaços na cidade e transforma os espaços e as experiências de vida pública de diversas maneiras. A seguir, descrevo diferentes tipos de transformação material causados pelo processo de fortificação e discuto como eles afetam a qualidade da vida pública. Apesar de as mudanças serem de diferentes tipos e terem efeitos diversos, todas elas reforçam fronteiras e desencorajam encontros heterogêneos. Todas elas criam fronteiras policiadas e conseqüentemente deixam menos espaço para a indeterminação nos encontros públicos. Todas elas promovem intolerância, suspeita e medo.

Quando as pessoas se deslocam pela cidade, usam o espaço de maneiras individuais e criativas e, como De Certeau nos lembra, fazem trajetórias fragmentadas que eludem a legibilidade (1984: cap. 7). Assim sendo, qualquer descrição dessas práticas espaciais só pode ser fragmentária e particular. Baseio-me aqui no que as pessoas me disseram e no que li e vi, mas principalmente em minhas observações, experiências e memórias da cidade. Quero indicar mudanças e sugerir diferentes experiências no uso da cidade, mas não tenho a pretensão de ser exaustiva. Na São Paulo contemporânea, o espaço público é o mais vazio e o uso das ruas, calçadas e praças é mais raro exatamente onde há mais enclaves fortificados, especialmente os residenciais. Em bairros como o Morumbi, as ruas são espaços vazios e a qualidade material dos espaços públicos é simplesmente ruim (ver Fotos 9, 20 e 28). Devido à orientação interna dos enclaves fortificados, muitas ruas têm calçadas não-pavimentadas ou mesmo não as têm, e várias ruas atrás dos condomínios não são asfaltadas (ver Foto 6). As distâncias entre os prédios são grandes. Os muros são muito altos, sem proporção com o corpo humano, e grande parte deles ainda têm arames eletrificados. As ruas são para os automóveis e a circulação de pedestres torna-se uma experiência desagradável. Na verdade, os espaços são construídos intencionalmente para produzir esse efeito. Andar no Morumbi é um estigma — o pedestre é pobre e suspeito. As pessoas a pé podem ser trabalhadores que moram nas favelas próximas e que são tratados pelos vizinhos ricos com distância e des-

dém — e, evidentemente, com medo. Como as pessoas de classe média e alta circulam em seus próprios carros e os outros andam ou usam transporte público, existe pouco contato público entre pessoas de classes sociais diferentes. Não há espaços comuns que os ponham juntos.

Os caminhos dentro das favelas são espaços para se andar, mas as favelas acabam sendo tratadas como enclaves privados: apenas moradores e conhecidos se aventuram a entrar e tudo o que se vê das ruas públicas são algumas poucas entradas. Na verdade, as favelas só podem ser vistas como um todo das janelas dos apartamentos acima delas. Quando tanto os moradores ricos como os pobres vivem em enclaves, cruzar muros é obviamente uma atividade cuidadosamente policiada, nas qual os sinais de classe são interpretados para determinar níveis de suspeita e assédio. Ruas vazias de fronteiras fixas e diferenças escrutinadas são espaços de suspeita e não de tolerância, desatenção às diferenças ou simplesmente para se caminhar. Elas não são espaços públicos agradáveis.

Vários bairros estritamente residenciais da classe alta (partes antigas do Morumbi, Alto de Pinheiros, Jardim Europa, por exemplo) tendem a ter ruas vazias também, mas bairros mais antigos, alguns deles projetados como cidades-jardins, ainda têm boas ruas e calçadas. Nessas áreas, porém, outros dispositivos restringem a circulação. Em muitos desses bairros de classe média e alta, os moradores privatizaram ruas públicas, fechando seu acesso com portões, correntes ou, menos ostensivamente, com jardins, vasos e plantas. Nada disso é específico apenas de São Paulo. Nos Estados Unidos, a mesma prática está se tornando comum, e os espaços que ela produziu foram chamados "comunidades de zonas de segurança" por Blakely e Snyder (1997). Como a rua ainda é considerada um espaço aberto, sua privatização ainda gera oposição nos Estados Unidos. Alguns anos atrás, quando esse processo começou em São Paulo, o governo municipal reagiu e removeu as correntes. No entanto, como o apoio à prática aumentou, a cidade a incorporou em suas políticas: em 1990, o governo municipal do PT começou a oferecer os serviços de seus arquitetos e trabalhadores de construção para os bairros de classe média interessados em enclausuramentos.[15]

Apesar de esses bairros ainda terem belas ruas arborizadas e calçadas, hoje em dia uma forma de entretenimento apreciada pela minha família quando eu era criança ficou impossível: passear pelas ruas do Jardim Europa admirando as mansões dos ricos. A maioria delas não é mais visível: as casas estão escondidas atrás

[15] A disputa entre a cidade de São Paulo e os moradores que fecharam suas ruas com correntes foi relatada nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* (por exemplo, durante janeiro de 1985). A mudança nas concepções públicas e na atitude da administração municipal em relação aos enclausuramentos está registrada em "Bairros residenciais querem fechar ruas", *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1991. Nos Estados Unidos, o fechamento de ruas também provocou oposição. Uma das disputas mais famosas ocorreu em Whitley Heights, Los Angeles, onde os portões construídos pelos moradores foram considerados ilegais e ordenou-se que nunca fossem fechados. Em muitas outras áreas, no entanto, eles foram fechados. O caso de Whitley Heights foi discutido em inúmeras edições do *Los Angeles Times* (especialmente em 1994-1995) e por Blakely e Snyder (1997: 104-8).

G2

dos muros, e os arames eletrificados e outras parafernálias de segurança ajudam a impor distância a quem ainda se aventura pelas ruas. Andar se tornou desagradável, já que as ruas são agora dominadas por vigilantes particulares instalados em guaritas, cães latindo para os pedestres e dispositivos que bloqueiam a circulação. Os poucos pedestres se tornam suspeitos. Tentei isso, com minha máquina fotográfica, e só chamei a atenção dos guardas privados, que vieram agressivamente em minha direção, apesar da minha aparência de classe média. A sensação de estar sob vigilância é inevitável, já que os guardas ficam nas calçadas (e não dentro das construções, como no Morumbi), observam todos que passam e podem se dirigir diretamente às pessoas que acham suspeitas. Nada mais do que o esperado, já que são pagos para suspeitar e manter os estranhos afastados. Esse exército particular está lá para privatizar o que costumava ser espaços públicos razoáveis.

Passei minha infância no final dos anos 50 e começo dos 60 em um novo bairro de classe média, o Sumaré, que desde o final dos anos 60 está completamente urbanizado e incorporado ao centro expandido. Quando nos mudamos para lá, as ruas ainda não eram asfaltadas, não havia sistema de esgoto nem telefone. Estávamos a apenas dois quarteirões de um centro de coleta de lixo da cidade, ou seja, o estábulo para os cavalos que puxavam os carroças de coleta, e que desfilavam por nossa rua toda manhã para grande diversão das crianças. Algumas vezes, quando chovia, o belo Chevrolet 54 azul do meu pai, diretamente importado dos Estados Unidos e projetado para outras ruas, ficava atolado na lama, e ele tinha de andar o quilômetro que separava nossa casa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde era professor. Não havia muitas casas na nossa rua, e algumas pareciam pequenas chácaras, com suas hortas no jardim e galinhas. Apesar de ser um bairro de classe média, no final dos anos 50 ele ainda estava em processo de urbanização, como o Jardim das Camélias, na periferia, quando fui lá pela primeira vez no final dos anos 70. A cidade cresceu tão rápido, o Sumaré é hoje tão urbano, que é estranho lembrar que há não muito tempo ele era tão pouco desenvolvido.

Por muitos anos, a casa de minha família teve um muro baixo. O portão permanecia aberto o dia todo e só era fechado à noite. Quando o bairro se desenvolveu, as calçadas se encheram de gente e o tráfego aumentou consideravelmente nos anos 70, meus pais subiram o muro e começaram a fechar o portão durante o dia — eles ficavam incomodados com as pedestres olhando para dentro de sua sala de estar e queriam privacidade. Mas sempre usávamos transportes coletivos e andávamos pelo bairro livremente e sem preocupações, mesmo à noite. No começo dos anos 80, a casa de meu pai foi assaltada e o portão passou a ser trancado. Hoje meu pai tem um guarda particular dentro dos muros durante a noite e o portão fica trancado 24 horas por dia. Ele nos pede para avisá-lo por telefone quando vamos visitá-lo à noite, para que o guarda possa estar preparado para abrir o portão e não precisemos esperar do lado de fora. Todas as casas e prédios ao redor foram reformados e acrescentaram portões e muros. Há vários outros guardas particulares no quarteirão. A rua, que hoje combina residências, escritórios e comércio, é intensamente usada durante o dia (na verdade, estacionar tornou-se um problema), mas me sentiria pouco à vontade em andar lá depois do anoitecer.

Um bairro de classe trabalhadora como o Jardim das Camélias ainda tem uma

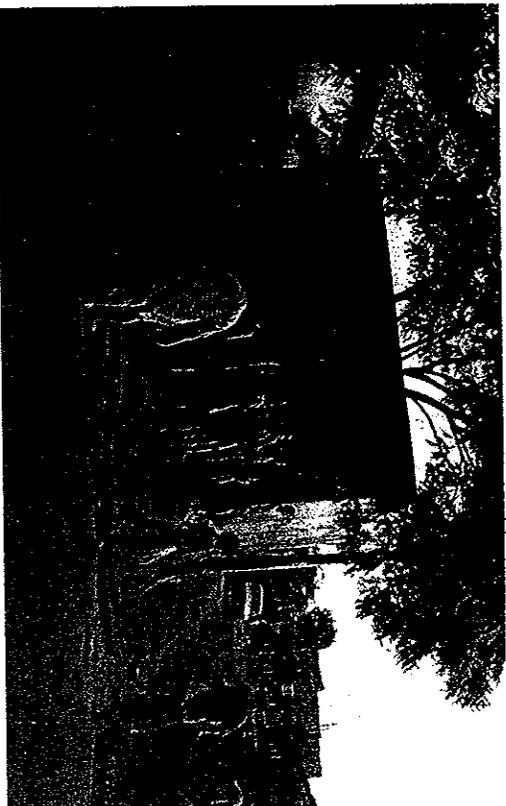
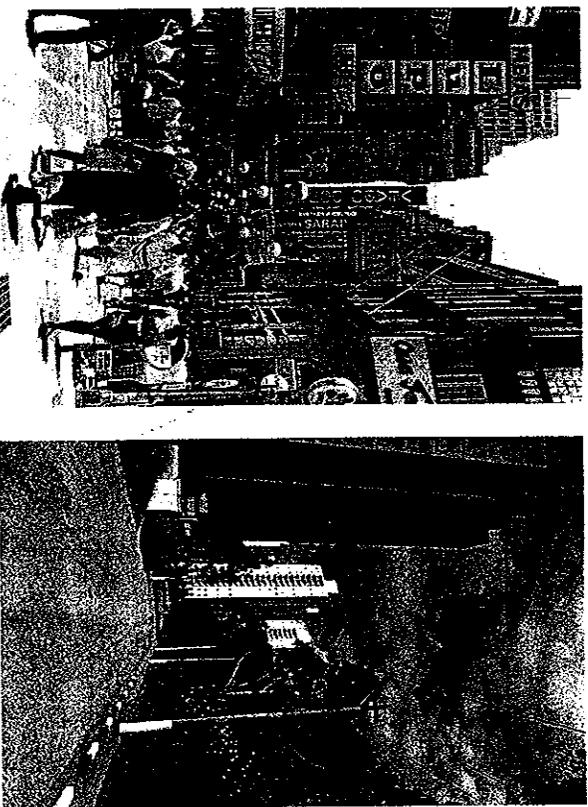
vida social relativamente intensa nas ruas, apesar de ela ter mudado de muitas maneiras desde o final dos anos 70. Por um lado, o bairro se expandiu, as casas melhoraram, as árvores cresceram e as ruas foram asfaltadas, iluminadas e equipadas com calçadas (ver Fotos 2 e 3), mas, à medida que o bairro se urbanizou e melhorou materialmente, as grades subiram e os moradores ficaram mais assustados e desconfiados. O crime aumentou no final dos anos 80, de furtos a homicídios, alguns deles envolvendo garotos que haviam crescido juntos brincando nas ruas. No entanto, a vida cotidiana ainda é marcada por uma sociabilidade entre vizinhos, o tipo de intercâmbio formal nas calçadas que dá vida a um bairro e torna o espaço público significativo.[16] O trânsito é leve e as ruas ainda são constantemente usadas para a brincadeira das crianças e adolescentes, o bate-papo de pessoas que param para saudar um vizinho, por moradores que se sentam nas calçadas para olhar o movimento, por pessoas cuidando de seus carros ou construindo algo, alguém que para na mercearia para saber das notícias locais, ou, se são homens, para jogar sinuca ou tomar um gole no caminho de volta para casa (ver Fotos 7, 24, 25, 26 e 29). Suas casas são cercadas, mas geralmente por grades que permitem a visibilidade e a interação, não por muros. Esse é o tipo de bairro cuja segurança é mantida pelo uso intenso, pela mistura de funções e pelos "olhos sobre a rua" (Jacobs 1961: cap. 2). Em outras palavras, a segurança é mantida pelo engajamento, não pelo isolamento.

Apesar da contínua sociabilidade local, as pessoas não sentem que o bairro é tão seguro como costumava ser.[17] Elas fortificaram suas casas, estão mais desconfiadas, falam com estranhos na rua por detrás de suas grades, escolhem com mais cuidado as pessoas com quem vão se relacionar e especialmente controlam seus filhos. Muitas crianças estão agora proibidas de brincar fora de casa e a preocupação com as saídas dos adolescentes parece que se intensificou. Como em qualquer lugar, as pessoas voltam suas preocupações para as áreas mais pobres: elas têm especialmente medo da favela próxima e de uma área invadida recentemente por participantes do Movimento Sem Terra. A suspeita em relação a pessoas vistas como "outras" ou como "inferiores" não é exclusiva da classe alta, como mostra o capítulo 2. A freqüência de festas e comemorações públicas patrocinadas pelas associações locais diminuiu, bem como as atividades de alguns movimentos sociais. A vida coletiva e as atividades políticas perderam vitalidade na última década, mas o espaço público das ruas ainda sustenta interações locais e intercâmbios públicos.[18]

---

[16] Ver Caldeira (1984: cap. 3) para uma análise dos rituais da vida cotidiana nas ruas do Jardim das Camélias no final dos anos 70 e começo dos 80.

[17] Em bairros de periferia como o Jardim das Camélias, às vezes ouvem-se histórias sobre controle de acesso por moradores ligados ao crime. Gangues de moradores às vezes tratam o bairro como seu próprio território e só permitem a movimentação segura daqueles moradores que pagam uma "taxa de segurança" mensalmente. Ruas bloqueadas e controle de circulação em guetos tampouco são uma novidade nos Estados Unidos.

[18] Sobre a organização de movimentos sociais e associações locais no Jardim das Camélias e na periferia no final dos anos 70 e começo dos anos 80, ver Caldeira (1987 e 1990).

Fotos 27, 28 e 29: O uso público das ruas em São Paulo é extremamente variado. A foto 27 mostra a rua São Bento, no centro antigo: uma rua-corredor transformada em um calçadão abarrotado de pedestres e vendedores ambulantes (1990). No Morumbi, a maioria das ruas é vazia, sem pedestres, como na foto 28 (1994). A foto 29 mostra uma esquina no Jardim das Camélias, onde os moradores ainda se reúnem para conversar e jogar (1994).

A maioria dos bairros centrais de São Paulo, aqueles com uma boa infra-estrutura urbana e que a elite conservou para si, tradicionalmente misturou funções e manteve um uso relativamente intenso e heterogêneo do espaço público. Alguns desses bairros são bem sofisticados, com lojas de luxo e restaurantes (especialmente os Jardins, mas também Higienópolis e Itaim Bibi). Nessas áreas as ruas ainda são usadas por pessoas de vários grupos sociais e os ricos andam nas mesmas calçadas que os pobres. No entanto, agora essas ruas são vigiadas por um exército de guardas privados e câmeras de vídeo (cada prédio costuma ter pelo menos uma). Além disso, nesse tipo de bairro, assim como no centro, os proprietários têm usado sua criatividade para inventar meios de manter as pessoas indesejáveis à distância. As técnicas variam de instalar esguichos que funcionam em horários imprevisíveis em marquises a esticar correntes para impedir o uso de pátios, entradas e calçadas e cercar parques públicos. O principal alvo dessas técnicas é o crescente número de sem-teto. Entretanto, como as ruas em geral são bem movimentadas, os efeitos da constante suspeita não são tão severos como em áreas mais vazias. Nessas áreas de intenso uso misto, os obstáculos materiais no nível da rua são complementados por uma série de práticas de vigilância menos visíveis que reforçam diferenças sociais. Os moradores e usuários dessas áreas não estão interessados em indeterminação. Seus instrumentos incluem câmeras de vídeo, controle eletrônico de trabalhadores nas entradas da maioria dos prédios de escritórios, detectores de metais em portas de bancos e seguranças exigindo documentos de identificação de qualquer um entrando nos edifícios de escritórios e, cada vez mais, em condomínios residenciais.[19] Sistemas de identificação, triagem e controle de circulação são considerados centrais para uma boa administração de negócios e alimentam a crescente indústria de serviços de segurança privada. Esses sistemas não são apenas uma questão de segurança, mas também de disciplina e discriminação social.[20] A imagem do suspeito é feita de estereótipos e, conseqüentemente, os sistemas de triagem discriminam especialmente os pobres e os negros. Os porteiros não incomodam as pessoas que têm os sinais de classe certos, mas podem chegar a humilhar os que não têm.

Assim, para muitas pessoas o dia-a-dia na cidade está se transformando numa negociação constante de barreiras e suspeitas, e é marcado por uma sucessão de pequenos rituais de identificação e humilhação. Eles incluem forçar office-boys, freqüentemente barrados pelos detectores de metal dos bancos, a abrir suas mochilas

[19] O controle dos movimentos de trabalhadores e especialmente de seu tempo de trabalho tem uma longa história. O que é diferente em relação às novas tecnologias é o monitoramento de qualquer um que use prédios públicos, como edifícios de escritórios, algo que há alguns anos não era controlado.

[20] Pessoas que viveram o regime militar sabem quanto os "procedimentos de segurança" aparentemente inocentes podem ser usados para perseguir pessoas. Durante o regime militar, zeladores de prédios de apartamentos tinham de preencher um cartão de informação para cada novo morador e enviá-lo à polícia. Vários zeladores também foram colaboradores da polícia. Os cartões desapareceram com a democratização, mas as mesmas pessoas que se opunham a eles durante o regime militar podem ser a favor dos métodos contemporâneos de triagem.

na frente da fila de pessoas esperando para entrar, direcionar trabalhadores para as "entradas de serviço" e revistar as empregadas quando deixam o trabalho nos condomínios no fim do dia. É verdade que pessoas das camadas média e alta também têm de se identificar e que eles também estão sob vigilância, mas as diferenças nos níveis de controle são óbvias. Pessoas de classe média e alta sabem usar seus sinais de classe (incluindo arrogância e desrespeito) para evitar questionamentos e passar rapidamente pelos vigilantes, que respondem com reverência em vez do desdém que reservam para as pessoas mais pobres. Em suma, em uma cidade em que os sistemas de identificação e as estratégias de segurança estão se espalhando por toda parte, a experiência de vida urbana é de diferenças sociais, separações, exclusões e lembretes das restrições no uso do espaço público. Trata-se, de fato, de uma cidade de muros — o oposto do espaço público aberto do ideal moderno de vida urbana.

As ruas de São Paulo podem ainda estar cheias de gente, especialmente nos bairros centrais de comércio e serviços (ver Foto 27) ou em centros regionais,[21] mas a experiência da multidão e a qualidade das interações anônimas mudaram. As pessoas têm medo de serem roubadas e consideram os trombadinhas como parte da rotina da cidade. Ninguém anda com jóias ou relógios caros, só se leva o dinheiro necessário e, se possível, apenas uma cópia dos documentos. Mulheres carregam as bolsas grudadas no corpo ou as mochilas no peito. As pessoas guiam com janelas fechadas e portas trancadas. Elas têm medo especialmente de parar nos sinais porque os noticiários estão cheios de casos de trombadinhas que usam facas ou cacos de vidro para roubar motoristas, sobretudo mulheres. É difícil distinguir esses trombadinhas do crescente número de pedintes e vendedores de rua que disputam as mesmas esquinas.

Não só as atitudes na rua estão mudando, mas a própria composição da multidão. As classes média e alta tentam evitar as ruas e calçadas movimentadas, preferindo fazer compras nos shopping centers e hipermercados.[22] Como as pessoas dessas classes circulam de carro, o uso de transporte público está se tornando uma experiência das classes baixas. Ainda assim, é uma experiência de massa, já que a elite constitui não mais de 5% da população da região metropolitana.

Os centros que articulam o transporte público — metrô, estações de trem e terminais de ônibus — têm sua própria cultura. São geralmente espaços das camadas trabalhadoras, cheios dos sons de música popular e dos cheiros de frutas e todos os tipos de comida. Todos os dias, milhares de pessoas passam por essas estações e gastam um tempo considerável nos transportes públicos.[23] Essas áreas sempre apinhadas são grandes espaços para se vender qualquer coisa, de religiões a comida, de curas a aparelhos eletrônicos, de ervas medicinais a *lingerie*, e o intenso comércio dos ambulantes toma boa parte do espaço das calçadas do centro. Tomar um ônibus, trem ou o metrô na hora do *rush* (algo que as classes média e alta deixaram de fazer) significa lutar por um espaço em carros lotados ou amassado contra os outros. E isso apesar do fato de que o transporte público em São Paulo melhorou, especialmente o metrô. Entretanto, aqueles que usam os transportes coletivos diariamente, como os moradores do Jardim das Camélias, sentem que as coisas hoje estão muito mais tensas e desagradáveis do que no passado: há pouca cortesia e muita agressão. E certamente há mais preconceito, já que a classe média ensina a seus filhos que os ônibus são perigosos e contrata motoristas particulares para eles.

O trânsito é um dos piores aspectos da vida pública em São Paulo. O desrespeito às leis e aos direitos das outras pessoas é a norma.[24] Há pouca civilidade, já que uma parte significativa da população age como se as leis de trânsito fossem obstáculos à livre movimentação dos indivíduos e reage desrespeitando-as. A mídia tem investigado e noticiado freqüentemente o comportamento no trânsito. Os resultados de suas pesquisas são impressionantes, não só porque revelam um amplo desrespeito às regras, mas por mostrar que o desrespeito se tornou rotina e já não provoca qualquer reação. Em abril de 1989, o DataFolha, agência de pesquisas da *Folha de S. Paulo*, apurou que 99% dos motoristas de São Paulo consideravam o trânsito da cidade perigoso e que um em cada quatro motoristas tinha se envolvido em pelo menos um acidente no ano anterior.[25] Outra pesquisa do DataFolha, em abril de 1986, constatou que os paulistanos consideravam como principal causa de acidentes "a falta de responsabilidade e a imprudência dos motoristas".[26] Em outubro de 1989, o departamento de pesquisa do *Estado de S. Paulo* entrevistou uma amostra de motoristas e descobriu que 85% deles concordavam que os motoristas de São Paulo não respeitam a faixa de pedestres e freqüentemente fazem conversões proibidas. Além disso, 8 entre 10 pessoas entrevistadas achavam que os motoristas estacionam em locais proibidos, em fila dupla, ultrapassam sinais vermelhos e desrespeitam os limites de velocidade.[27] Em 1991, o DataFolha decidiu observar um cruzamento importante na cidade (das avenidas Paulista com Brigadeiro Luís Antônio). Verificou-se uma média de 13 conversões proibidas à esquerda por hora, apesar dos obstáculos físicos na pista, e que a maioria dos motoristas

---

21 Centros regionais são as várias áreas na periferia que congregam comércio e serviços e que geralmente servem como centros de transporte público. Por exemplo, o Largo 13, na periferia sul.

22 A mudança aqui não é apenas de espaços mistos para exclusivos, mas também do consumo fragmentado e diário em pequenos mercados e vendas para as visitas mensais a um supermercado, ou seja, de compras relativamente espontâneas para uma mais planejada. Essas mudanças têm sido acompanhadas de transformações na vida doméstica, onde se introduziram novos aparelhos como os freezers e fornos de microondas, novas maneiras de preparar e servir comida e novos relacionamentos.

23 Em 1996, 69% das viagens por transporte público em São Paulo eram feitas por ônibus, 26% por metrô e 5% por trem. Apenas o metrô transporta mais de 1 milhão de passageiros diariamente (Seade, *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* 1996).

24 Para discussões sobre tráfego, desrespeito e violência, ver também DaMatta (1982) e O'Donnell (1986).

25 *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 1989.

26 *Folha de S. Paulo*, 11 de maio de 1986.

27 *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 1989.

nunca recebeu uma multa, já que não existiam policiais no local. Descobriu-se também que um carro ultrapassava o sinal vermelho a cada cinco sinais vermelhos, que 41% dos carros que paravam no sinal vermelho desrespeitavam a faixa de pedestres e que apenas 3% dos motoristas usavam cinto de segurança.[28] Outro problema são os adolescentes dirigindo antes dos 18 anos e sem habilitação. Até a década de 70, adolescentes de classe média como eu usavam o transporte coletivo regularmente para ir à escola e andar pela cidade. Hoje isso é considerado muito perigoso ou muito desconfortável, e os adolescentes são transportados exclusivamente de carro, seja pelos pais ou por motoristas particulares, ou então simplesmente se permite que eles dirijam.

O trânsito de São Paulo revela que as pessoas usam as vias públicas de acordo com sua conveniência privada e não parecem estar dispostas a obedecer regras ou respeitar os direitos das outras pessoas ou o bem público. Há também uma certa onipotência nesse comportamento, já que as pessoas não parecem ter medo de ser afetadas pelo mesmo tipo de agressões que cometem. Os resultados, no entanto, são dramáticos: durante os anos 80, mais de 2 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito anualmente no município de São Paulo. Entre 1992 e 1994, os números baixaram, mas não significativamente. Além disso, mais de 50 mil pessoas ficaram feridas em acidentes de automóvel por ano na região metropolitana de São Paulo. Em 1996, houve 195.378 acidentes de automóvel registrados na cidade de São Paulo, o que significa uma média de 535 acidentes por dia. Deles, 13,16% tiveram vítimas. De acordo com uma fonte, o total de vítimas foi de 59.679, 1.113 dessas foram vítimas fatais.[29] Pouquíssimas pessoas responsáveis por acidentes vão a julgamento ou são processadas.

O trânsito é um forte indicador da qualidade de vida pública. No Brasil, o comportamento no trânsito constitui apenas o mais óbvio exemplo da rotina de desrespeito à lei e das dificuldades de fazê-la cumprir. Os policiais de trânsito não prestam atenção a algumas violações simplesmente porque elas se tornaram a norma. Quando aplicam multas, muitas vezes se escondem onde não podem ser vistos pelos motoristas. Eles tentam evitar o confronto com pessoas da classe média e alta, que não hesitam em desafiar sua autoridade. Quando manipular os sinais de classe não é suficiente, alguns podem apelar à violência. Os piores ataques parecem ser contra as mulheres que controlam o estacionamento nas áreas restritas chamadas "zonas azuis". Algumas foram espancadas por homens quando se recusaram a anular multas e uma acabou no hospital depois que o motorista enfurecido que ela havia multado jogou o carro sobre ela. Esses comportamentos indicam quão violentas as pessoas podem se tornar quando se pede que cumpram a lei e não podem usar sua

[28] *Folha de S. Paulo*, 21 de maio de 1991. A situação em relação ao uso do cinto de segurança mudou depois de 1995, quando o município começou uma agressiva campanha para forçar a sua utilização e estabeleceu multas de mais de 20 salários mínimos para quem dirigisse sem cinto.

[29] Os dados sobre o número de vítimas são da polícia militar. Como argumentei no capítulo 3, os números da polícia militar para mortes em acidentes são subestimados e provavelmente os números para ferimentos também. De acordo com o Registro Civil, o número de vítimas fatais foi de 2.368.

posição de classe como forma de privilégio para evitá-la. Como as classes trabalhadoras geralmente não podem evitar a lei, esses comportamentos revelam mais uma vez como as diferenças de classe não só regem as interações públicas mas também são reproduzidas pelos elementos que moldam o espaço público.

É óbvio que o trânsito não é um problema exclusivo de São Paulo, mas sim um problema nacional. Em 1996, cerca de 27 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito no Brasil. A situação de violência e incivilidade adquiriu dimensões tão impressionantes que o governo federal decidiu revisar o Código Nacional de Trânsito. Depois de seis anos de debates no Congresso, o novo código entrou em vigor em janeiro de 1998. Ele estabelece multas altas e penalidades sérias e cria um sistema de pontos que pode levar à suspensão da carteira de habilitação. Todas as violações, desde não portar a documentação do veículo até dirigir embriagado, correspondem a pontos e multas (de R$ 40,00 a R$ 800,00). A expectativa é de que um código mais severo aumentará a civilidade no trânsito. Mas ainda não está claro se as autoridades podem impor essas regulamentações, especialmente num contexto em que a civilidade está se deteriorando, não melhorando.

Experiências do Público

Diferentes grupos sociais vivenciam os espaços públicos transformados da cidade de maneiras contraditórias. Os jovens de classe média e alta que estão crescendo na cidade de muros não parecem infelizes com sua experiência dos espaços públicos. E por que estariam, com seus motoristas particulares e nenhuma necessidade de batalhar um lugar em ônibus lotados? Além disso, eles parecem gostar bastante dos espaços seguros e vigiados dos shopping centers, lojas de *fast food*, discotecas e fliperamas. Para eles, estes são espaços legais nos quais mostram seu conhecimento de uma cultura jovem globalizada, das grifes e outras tendências da moda. Eles se ligam a uma "juventude global", mas não à juventude da sua própria periferia. Os jovens da periferia paulistana não têm o privilégio de evitar o transporte público ou as ruas congestionadas por onde têm que passar para trabalhar ou nas quais alguns deles trabalham. Eles compartilham, contudo, com os jovens da classe alta alguns dos sinais de uma cultura jovem globalizada — especialmente no que se refere a roupas. Apesar disso, geralmente eles se reúnem não em shoppings da classe alta, mas em espaços da própria periferia (inclusive shoppings), participam de algumas subculturas (punk, skinhead) e apreciam alguns estilos de música e dança (especialmente funk) que não são necessariamente compartilhados pela classe média. Além disso, eles vivenciam violência e assédio no seu uso da cidade e em seus bairros. Em seus concertos musicais, temas como os abusos da polícia, homicídios e desrespeito são constantes.[30] Para os jovens das classes trabalhadoras, a experiência da cidade é de injustiça e não de privilégio.

[30] Existem várias bandas de rock na periferia que tratam desses temas. Uma delas é chamada Pavilhão 9, nome inspirado no setor da Casa de Detenção em que ocorreu o massacre de 1992. Ver, por exemplo, *Veja São Paulo* 30(37): 15-21 de setembro de 1997.

Em contraste com a experiência desses jovens, as pessoas mais velhas, que cresceram em São Paulo na época em que o progresso era a meta e o uso das ruas e parques era mais livre, parecem nostálgicas quando conversam sobre os usos do espaço público. Suas descrições da cidade no passado têm uma qualidade similar àquelas que contam como tudo era bom "antes" do trauma do crime. A velha cidade é lembrada como sendo melhor, mais bonita e mais civilizada do que é agora. Conversei com duas irmãs sobre as mudanças de hábitos, especificamente o de ir ao cinema.

8.1

— As pessoas não vão mais ao cinema?

L — Não vão mais ao cinema. Agora, depois do vídeo, então, não vão mesmo.

W — Depois, é muita dificuldade. Começa por estacionar: não tem lugar pra estacionar. O estacionamento é tão caro quanto o cinema. Se deixa na rua, ou roubam ou tem os donos da rua pra tomar conta. Então é um problema pra gente sair com o carro, a gente não fica sossegado. Vai num shopping... a gente vai a cinema de shopping às vezes.

L — Estacionar o carro lá dentro mesmo. Cinema, quando a gente vai, é no Lar Center, Center Norte mesmo, porque já tem mais facilidade.

W — Há 30, 40 anos atrás, a gente podia sair, se arrumava bem pra sair, com luvas, tudo bonitinho, pra ir à cidade, no centro. Cine Ipiranga, Metro. O Metro então era o máximo, né?

L — O Olido... no Olido não entrava homem sem gravata. Não entrava.

— Quando isso?

W — Uns 40 anos atrás.

L — (...) Acho que uns 30 anos atrás. No Marrocos, não entrava sem gravata. Então naquela época a gente podia se arrumar e ir para o centro. Nós só íamos no cinema no centro da cidade. A gente ia no cinema, depois saía, ia olhar umas vitrines, a Barão de Itapetininga era uma rua boa, lojas boas. Você ia tomar um lanche, ia jantar... ia jantar fora. Hoje você não pode ir pro centro da cidade num domingo, fim de semana, não tem condições de... porque são homossexuais, são travestis, são... barraquinhas. Bom, o centro da cidade está um horror agora, né?, com esses marreteiros todos.

L e W são viúvas de cinqüenta e poucos anos. Sempre viveram na Moóca. Moram juntas na casa de L para que o filho de W possa viver com a família em sua casa sem pagar aluguel.

Pessoas mais velhas se lembram com saudades da formalidade envolvida no uso do espaço público, as luvas e as gravatas, a distinção dos velhos cinemas, as "boas" ruas do centro velho em que se podia passear entre gente elegante — "era tão chique!", disse a senhora cuja narrativa analiso no capítulo 1. São sinais de distinção e regras de separação de classe que se perderam. No centro de hoje, a população "chique" foi substituída pelos "marginais", nada garante distinção e o sentimento que resta é o de mal-estar com a proximidade do pobre. Há muitos anos atrás, quando o centro era usado pelas classes altas, poder se juntar à multidão (através do uso de algumas roupas e acessórios, por exemplo) poderia ser uma questão de identificação com os socialmente superiores, um sinal de distinção para os moradores da classe trabalhadora da Moóca. Hoje, no entanto, as mesmas pessoas sentem a necessidade de promover a distância mais do que a identificação com

os que usam o centro, pessoas mais pobres e marginalizadas — vendedores, crianças de rua, travestis, prostitutas.

A expansão do consumo de massa torna as questões de distinção mais complicadas. Símbolos fáceis de superioridade, como as luvas e as gravatas, desapareceram, e freqüentemente as pessoas de classe média e alta ficam irritadas com o consumo por pessoas pobres de bens que deveriam carregar algum status, mas que não são mais exclusivos (ver capítulo 2). É mais difícil para a elite impor seu próprio código de comportamento — incluindo regras de deferência — para a cidade inteira. Além disso, com a democratização, os pobres forçaram o reconhecimento de sua cidadania e ocuparam espaços — físicos e políticos — anteriormente reservados à elite. Com menos sinais óbvios de diferenciação à mão e com mais dificuldade em afirmar seus privilégios e códigos de comportamento no espaço público, as classes mais altas se voltam aos sistemas de identificação. Assim, espaços de circulação controlada (como os shopping centers) servem para assegurar que a distinção e a separação ainda são possíveis em público. Sinais de distância social são substituídos por muros concretos.

As transformações nos vários espaços da cidade parecem estar gerando fronteiras mais rígidas e policiadas e, conseqüentemente, menos indeterminação e menos espaços para contato entre pessoas de grupos diferentes. Essas experiências produzem medo e intolerância, mais do que expectativa e excitação. As experiências em público parecem correr na direção oposta à de uma vida pública moderna e democrática. Entretanto, a política de espaços públicos urbanos em São Paulo é ainda mais complexa e dois tipos de usos do espaço público contradizem a tendência dominante de separação e segregação.

Os poucos grandes parques da cidade são usados intensivamente e de maneira bastante democrática. Quando localizados na periferia, como o Parque do Carmo, os usuários tendem a ser das camadas trabalhadoras, mas o Ibirapuera e o Morumbi, ambos em bairros de classe média e alta, são usados por pessoas de todas as classes sociais. Apesar de em sua maioria serem cercados por grades, eles representam as poucas áreas verdes que a cidade ainda tem. Nos últimos anos, esses parques têm sido apropriados por milhares de pessoas que vão lá especialmente nos fins de semana, para correr, andar de bicicleta, patinar, jogar bola ou simplesmente estar ao ar livre. Esses oásis de uso intenso e diversificado são muito poucos em São Paulo e é interessante que eles sejam espaços geralmente usados para o lazer das massas. Se o que acontece em outras partes do mundo serve como referência, espaços para o lazer e entretenimento continuam a ter um uso massivo diversificado — como nos antigos portos, centros históricos restaurados e parques temáticos americanos, por exemplo — mesmo quando todos os outros espaços públicos se deterioram.

O segundo exemplo é a Praça da Sé, a praça central de São Paulo. A Praça da Sé é o símbolo poderoso do centro da cidade, de onde se imagina que todas as estradas e ruas da cidade irradiam. Hoje, os pontos de referência da praça são a Catedral, a estação central do metrô e o "marco zero" da cidade, assinalado por uma pedra erguida sobre uma rosa-dos-ventos gravada no chão. Em seu uso rotineiro, a praça é principalmente um espaço da classe trabalhadora. Todos os dias, uma massa de pessoas que depende do transporte coletivo cruza a Praça da Sé. Há ainda

muitos que trabalham lá — vendedores de todo tipo de produto popular (comida, roupas, ervas, brinquedos, panelas), pastores de diferentes religiões, músicos e policiais —, o mesmo tipo de pessoas que lotam qualquer eixo importante do transporte público. A praça também tem muitos moradores: um contingente de meninos de rua e sem-teto. Homens vestidos com ternos e carregando maletas, geralmente advogados que têm de chegar ao Fórum Central ali perto, são vistos com freqüência na praça, porém não mais lhe conferem sua identidade. A Praça da Sé é fundamentalmente um espaço para os moradores pobres, tanto em seu uso diário como em seu simbolismo. Moradores do Jardim das Camélias que entrevistei no final dos anos 70 consideravam ir à Praça da Sé uma atividade especial para os feriados, como o dia de Ano Novo: era a maneira que encontravam de aproveitar a cidade e sentir que pertenciam a ela. Hoje, eles sentem que a praça se tornou um local perigoso e, apesar de ainda a usarem, preferem ir a lugares como shopping centers para o lazer. Enquanto as camadas trabalhadoras dominam a praça com seus sons e cheiros, os ricos a evitam. Para eles, a praça é apenas um lugar perigoso e desagradável.

Mas a Praça da Sé tem uma segunda camada de simbolismo: para paulistanos ricos e pobres ela é o principal espaço político da cidade, um significado que foi fixado por vários eventos durante o processo de democratização. Durante os anos militares, as poucas demonstrações políticas que ocorreram tiveram lugar na Praça da Sé, principalmente devido à presença da catedral. A Igreja Católica foi na época a única instituição capaz de oferecer um espaço relativamente seguro para protestos contra os abusos e as violações aos direitos humanos praticados pelo regime militar. Pela mesma razão, a Praça da Sé se tornou um lugar de inúmeras manifestações de movimentos sociais durante o processo de abertura, mais visivelmente as imensas manifestações do Movimento do Custo de Vida na segunda metade dos anos 70. Quando o movimento pelas eleições diretas foi organizado, no começo dos anos 80, era natural que as manifestações de massa fossem feitas lá. Em 25 de janeiro de 1984, o dia em que a cidade comemorava sua fundação, cerca de 300 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé para reivindicar eleições diretas. Naquele dia, pessoas das classes média e alta que não iam ao centro havia anos (as principais atividades econômicas e todo o comércio de luxo tinham se mudado) descobriram como pegar o metrô e emergiram no meio da praça para exigir democracia. As manifestações aconteceram no Vale do Anhangabaú em apenas duas ocasiões, quando a praça ficou muito pequena para a esperada multidão de 1 milhão de pessoas (o último comício por eleições diretas, em abril de 1984, e a manifestação pelo *impeachment* do presidente Collor, em setembro de 1992).[31]

A Praça da Sé simboliza, de um lado, a reapropriação política do espaço público pelos cidadãos na transição para a democracia. Por outro, ela representa a deterioração do espaço público, perigo, crime, ansiedades em relação ao declínio social e o empobrecimento dos trabalhadores, que continuam a usá-la nas idas e vindas do trabalho, e que trabalham no mercado informal ou consomem seus produtos baratos. Ela simboliza tanto a força como a deterioração do espaço público e é, conseqüentemente, um símbolo do caráter disjuntivo da democracia brasileira (Holston e Caldeira 1998).

O exemplo da Praça da Sé é outra indicação de que a democratização política não é contraditória com a deterioração dos espaços públicos. Na verdade, a democratização pode ter ajudado a acelerar a construção de muros e a deterioração do espaço público. Mas isso não ocorre da maneira simplista que alguns políticos de direita querem nos fazer crer: que a democracia cria desordem e crime e conseqüentemente gera a necessidade de muros. Se a democracia originou os muros foi porque o processo de democratização foi inesperadamente profundo. Até o fim do regime militar, a política era um domínio exclusivo da elite. Com a abertura, contudo, os moradores pobres da periferia passaram a ser importantes atores políticos, ocupando a Praça da Sé para apresentar suas reivindicações e afirmar seus direitos à cidade. Seus movimentos sindicais e sociais surpreenderam a todos; eles puderam reivindicar um espaço político que estava sendo aberto, mas não necessariamente para eles. Na imaginação daqueles que preferem abandonar a cidade, o medo do crime se entrelaça de maneiras complexas com outras ansiedades provocadas por mudança, como mostrei no capítulo 2. Ele se mistura com o medo dos resultados eleitorais (especialmente o medo de que o PT pudesse ganhar as eleições, como de fato aconteceu); com o medo de que se possa decair socialmente devido à inflação e à crise econômica; o medo de que certos bens não mais sirvam para criar distanciamento social ou conferir status; e o medo de que os pobres não mais possam ser mantidos em seus lugares.

A coincidência de democratização com a deterioração do espaço público e os processos mais óbvios de segregação social, assim como os simbolismos ambíguos da Praça da Sé, impedem quaisquer associações fáceis entre espaços públicos materiais das cidades e formas de comunidades políticas. São Paulo demonstra que a forma da comunidade política e o espaço público da cidade podem se desenvolver em direções opostas. Essa disjunção entre processo político e forma urbana é significativa. Por um lado, como as recentes transformações urbanas não são um resultado de políticas impostas pelo Estado, mas sim da maneira pela qual os cidadãos se engajaram com sua cidade, elas podem ser vistas como o resultado de uma intervenção democrática. Embora esse engajamento possa ser visto como uma forma de ação democrática, ele produziu sobretudo resultados não-democráticos. A perversidade desse esforço dos cidadãos é que ele levou à segregação mais do que à tolerância.[32] Por outro lado, na medida em que os cidadãos constroem todo tipo

---

[31] Manifestações menores ocorreram em outras áreas, tanto no centro quanto na periferia, mas nunca tiveram o mesmo simbolismo que as da Praça da Sé.

[32] O tipo de espaço não-democrático criado em São Paulo por meios democráticos é similar às várias regulamentações segregacionistas formuladas pelos movimentos NIMBY (*Not In My Back Yard*) na Califórnia e analisadas por Davis (1990). No entanto, se Davis revela uma aguda sensibilidade em relação aos processos disjuntivos da democracia nessa análise, faz o oposto quando afirma que os espaços fortificados de Los Angeles são um resultado direto das políticas da era Bush-Reagan. O relacionamento entre política governamental e espaço da cidade é mais complicado do que isso, como mostra o caso de São Paulo.

de muros e controles nos espaços da cidade, eles criam limites à democratização. Através da criação de muros, os moradores recriam hierarquias, privilégios, espaços exclusivos e rituais de segregação onde eles acabaram de ser removidos da esfera política. Uma cidade de muros não é um espaço democrático. Na verdade, ela se opõe às possibilidades democráticas. Felizmente, no entanto, esse processo não é monolítico e há sempre a possibilidade de que espaços como a Praça da Sé se encham de novo com pessoas de todas as classes, como ocorreu quando elas se reuniram para derrubar o regime militar.

O Estilo Neo-internacional: São Paulo e Los Angeles

Na São Paulo contemporânea, os processos disjuntivos não diminuem o fato de que as fronteiras rígidas e policiadas e a crescente segregação dos grupos sociais criam um tipo de meio urbano que compromete os valores de abertura e liberdade de circulação e põe em risco as interações anônimas e impessoais entre pessoas de diferentes grupos sociais. Essas e outras transformações similares podem ser detectadas em muitas outras cidades ao redor do mundo, ainda que nem sempre com a mesma intensidade ou obviedade. De Johannesburgo a Budapeste, do Cairo à Cidade do México, de Buenos Aires a Los Angeles, processos semelhantes ocorrem: o erguimento de muros, a secessão das classes altas, a privatização dos espaços públicos e a proliferação das tecnologias de vigilância estão fragmentando o espaço da cidade, separando grupos sociais e mudando o caráter da vida pública de maneiras que contradizem os ideais modernos de vida urbana.[33] Da mesma maneira que esses ideais ajudaram a moldar cidades por todo o mundo, transformações daquele ideal semelhantes às que estão ocorrendo em São Paulo estão afetando atualmente o caráter do espaço urbano e da vida pública em vários lugares. Assim, é importante ampliar a discussão e incluir alguma comparação.

Los Angeles é um caso interessante para essa comparação por duas razões. Primeiro, vários dos novos instrumentos usados para impor segregação em várias cidades pelo mundo parecem ter sido desenvolvidos primeiramente em Los Angeles e sua região metropolitana. Considera-se mesmo que alguns desses instrumentos conferem à região seu caráter distintivo. Nesse sentido, eles são mais evidentes em L.A. que em outros lugares e podem nos ajudar a entender o processo que ainda está se desenvolvendo em cidades como São Paulo. Segundo, o espaço público não-moderno de Los Angeles é menos explicitamente incivil que o de São Paulo e algumas de suas práticas de segregação podem não ser perceptíveis imediatamente. Nesse sentido, São Paulo oferece a forma mais clara e pode guiar a percepção de características de Los Angeles. Conseqüentemente, a justaposição

[33] Ver, por exemplo: sobre Johannesburgo, Beavon (1998) e Mabin (1998); sobre Budapeste, Ladányi (1998); sobre Buenos Aires, Lacarrieu (1997); sobre cidades americanas, Blakely e Snyder (1997), Davis (1990), Dumm (1993) e Ellin (1997).

dos dois casos ilumina ambos e sugere tendências mais gerais nas transformações do espaço público.[34]

Até a segunda metade do século XIX, tanto Los Angeles como São Paulo eram cidades insignificantes. A industrialização e a migração a partir da virada do século as transformaram em grandes regiões metropolitanas. Espacialmente, contudo, elas se desenvolveram de maneiras completamente diferentes. São Paulo cresceu de acordo com um modelo urbano orientado para o centro de linhagem européia que só foi modificado recentemente. Em contraste, Los Angeles sempre foi dispersa e descentralizada, favorecendo os subúrbios. Ela sempre foi o que Fogelson (1967) chama de uma metrópole fragmentada. Los Angeles sintetiza o sentimento antiurbano americano, a valorização da natureza e uma preferência por comunidades de pequena escala, mesmo no contexto de uma metrópole global (Banham 1971, Weinstein 1996).[35] A região metropolitana se expandiu sob a forma de uma

> colcha de retalhos de comunidades suburbanas de baixa densidade estendendo-se sobre um terreno extraordinariamente irregular de montanhas, vales, praias e desertos. Tanto unindo o tecido quanto conferindo-lhe sua elasticidade incomum estiveram, primeiramente, uma notável rede de ferrovias elétricas interurbanas e depois um sistema ainda mais notável de vias expressas (Soja 1996a: 433-4.)[36]

Apesar de a cidade sempre ter tido um centro, que cresceu ao redor do seu *pueblo* original do século XVIII e continua a concentrar as principais estruturas administrativas e um distrito financeiro dinâmico, seu relacionamento com o resto da cidade não é o de um centro tradicional. A região metropolitana de Los Angeles não tem um único centro, mas sim uma rede de núcleos dinâmicos. O centro renovado é apenas um dos centros financeiros e econômicos da região.[37] Tudo na região metropolitana, de habitação a indústria, foi sempre disperso e continuou a descentralizar à medida que a cidade crescia. Como resultado, a Los Angeles contemporânea é "polinucleada e descentralizada" (Soja 1989: 194). Esse padrão, que

[34] Não é minha intenção oferecer uma descrição detalhada da história e do padrão de urbanização de Los Angeles. Para mais detalhes, ver Banham (1971); Cenzatti (1992); Davis (1985, 1987, 1990, 1991 e 1993); Folgelson (1967); Kling *et al.* (1991); Scott (1993); Scott e Soja (1996); e Soja (1989, 1992 e 1996a e 1996b).

[35] "Los Angeles é a primeira cidade americana importante a se separar decisivamente dos modelos europeus e a revelar o impulso de privatização embutido nas origens da Revolução Americana (...) A ausência de uma ordem hierárquica integrada tanto no espaço construído quanto no meio institucional é em certo sentido a completa expressão do tipo de democracia que acompanha uma apoteose de privatização na qual a multiplicidade de partes que competem leva a uma textura uniforme da atividade política" (Weinstein 1996: 22, 30).

[36] Sobre o sistema de transporte de Los Angeles, ver Wachs (1996).

[37] Ver Davis (1991) e Soja (1989: cap. 9) sobre a importância do centro de L. A. na estruturação da região.

não é novo mas certamente não é comum para cidades industriais, tem sido evocado algumas vezes para caracterizar seu urbanismo como pós-moderno (Dear 1996: 85; Soja 1989 e 1996a). Como uma forma similar de expansão e estruturação urbanas aparece em outras regiões metropolitanas, ela se torna um modelo. Isso é sugerido, por exemplo, pela afirmação de Garreau de que "cada cidade americana que *está crescendo*, está crescendo ao estilo de Los Angeles, com múltiplos centros urbanos" (Garreau 1991: 3; grifo no original).

Apesar de o urbanismo de Los Angeles nunca ter sido denso e concentrado, até os anos 40 a expansão de residências e indústrias foi contida dentro dos limites do condado. Entre 1940 e 1970, a população da região metropolitana de Los Angeles triplicou, chegando a quase 10 milhões. Esse crescimento, no entanto, ocorreu na forma da suburbanização de massa, como é atestado pelo *boom* de incorporações de cidades, algumas delas já fechadas e fortificadas nos anos 60 (Soja e Scott 1996: 8-9). Boa parte dessa expansão foi sustentada pelo crescimento do complexo militar-industrial. Depois de 1970, apesar de as taxas de crescimento da população não terem sido tão altas, elas ainda eram as mais altas de todas as regiões metropolitanas americanas. Além disso, eram muito mais altas nos condados mais externos, especialmente em Orange County, do que em L.A. (Soja e Scott 1996: 11). Caracterizada por Soja como uma "urbanização periférica", essa expansão criou uma região multicentrada baseada na industrialização de alta tecnologia e pós-fordista, enclaves residenciais de luxo, imensos shopping centers regionais, ambientes programados para o lazer (parques temáticos, Disneyland), ligações com as principais universidades e com o Departamento de Defesa, e vários enclaves de mão-de-obra barata, a maioria de imigrantes (Soja 1989: caps. 8 e 9). O desenvolvimento das últimas três décadas na região metropolitana de Los Angeles é diferente do padrão de suburbanização residencial com dependência de empregos do centro. Ele exemplifica uma nova "exópole" na qual não só as residências, mas também os empregos, a produção e o consumo se expandiram na periferia e criaram núcleos relativamente independentes. O mesmo tipo de desenvolvimento começou a ser detectado na região metropolitana de São Paulo nos anos 80, apesar de numa escala menor.

A reestruturação urbana de Los Angeles acompanhou um processo de acelerada reestruturação econômica durante os anos 70 e 80, que a transformou no maior centro industrial dos Estados Unidos. Enquanto o resto do país estava se desindustrializando, o setor industrial de L.A. continuou a expandir-se. No entanto, essa expansão envolveu uma "mudança na organização industrial e na tecnologia das práticas fordistas-keynesianas de produção de massa e consumo de massa (...) para o que hoje se define cada vez mais como um sistema pós-fordista de produção flexível e desenvolvimento corporativo" (Soja 1996a: 438). Em outras palavras, a região passou por um complexo processo de desindustrialização e reindustrialização simultâneas. Além do mais, isso aconteceu concomitantemente à expansão pronunciada do setor de serviços. De 1969 a 1989, "o setor de serviços aumentou seu domínio de 45% para 58% de todos os empregos, fazendo de Los Angeles uma economia mais voltada para serviços do que a nação como um todo" (Ong e Blumemberg 1996: 318). Essa mudança rumo aos serviços indica tanto uma transformação na estrutura econômica da região quanto um novo papel internacional de

Los Angeles, que se tornou alvo de maciços investimentos estrangeiros, o maior centro urbano na costa do Pacífico e o segundo maior centro bancário dos Estados Unidos. Essas transformações ocorreram à medida que a região também recebia um maciço influxo de mão-de-obra imigrante da Ásia e América Latina, que transformou radicalmente a composição étnica e racial da região. A população do condado de Los Angeles "mudou de 70% de anglo-saxônicos para 60% de não-anglo-saxônicos entre 1960 e 1990, a maioria morando em enclaves étnicos" (Soja e Scott 1996: 14). Em 1980, L.A. era a cidade mais racialmente segregada de todas as cidades americanas (Soja e Scott 1996: 10).

Como em muitas outras cidades globais (Sassen 1991), a reestruturação econômica de Los Angeles acentuou uma bifurcação no mercado de trabalho entre um crescente grupo de trabalhadores altamente especializados e com altos salários e uma massa de trabalhadores de baixa especialização e baixo salário, geralmente imigrantes sem documentos. Não é de surpreender, então, que a disparidade econômica, sempre uma característica da cidade, tenha se aprofundado recentemente. Apesar de o mesmo processo ter acontecido no país como um todo, revertendo ganhos sociais das décadas anteriores, ele foi especialmente acentuado em Los Angeles. Ong e Blumemberg (1996) mostram que entre 1969 e 1989 tanto a renda per capita como a renda média familiar aumentaram na cidade e eram mais altas que as médias nacionais. Entretanto, em Los Angeles a distribuição de renda era mais desigual. O coeficiente de GINI para Los Angeles aumentou de 0,368 em 1969 para 0,401 em 1979 e para 0,444 em 1989, enquanto as taxas nacionais foram, respectivamente, 0,349, 0,365, e 0,396 (Ong e Blumemberg 1996: 319). Ao mesmo tempo, a taxa de renda (*income ratio*) — ou seja, o percentual de renda indo para o quinto mais pobre de todas as famílias como uma porcentagem da renda indo para o quinto mais rico — caiu de 11,8% em 1969 para 9,7% em 1979 e para 7,8% em 1989.[38] A taxa de pobreza aumentou, pulando de 2,8% da população em 1969 para mais de 15% em 1989 e para uma estimativa de 23% em 1993 (Ong e Blumemberg 1996: 318-9, 322, 328). Os *homeless* tornaram-se uma característica da região, à medida que empregos foram perdidos no processo de reestruturação econômica, o estado de bem-estar foi desmantelado e o custo da moradia subiu (Wolch e Dear 1993; Wolch 1996). Dada a constituição étnica e racial da cidade contemporânea, não é surpresa verificar que a disparidade econômica "coincide com as divisões raciais e étnicas, deixando os afro-americanos, latinos e asiáticos desproporcionalmente representados na base da escada econômica" (Ong e Blumemberg 1996; 312). Apesar de os indicadores de desigualdade de Los Angeles ainda serem menores que os de São Paulo, as disparidades e desigualdades em ambas as regiões metropolitanas aumentaram à medida que as regiões passaram por crises econômicas e por reestruturação econômica. Só podemos nos perguntar se o padrão de Los Angeles coincide com o de São Paulo, onde as taxas mais agudas de desigualdade estão exatamente naquelas áreas em que o desempenho econômico e a reestruturação tiveram

[38] As taxas de renda para os Estados Unidos como um todo foram: 13,8% em 1969, 12,5% em 1979 e 10,3% em 1989.

mais sucesso e para onde os mais ricos estão se mudando para viver em enclaves fortificados.

Depois dos anos 80, ficou claro que outro tipo de urbanização estava acontecendo na região metropolitana de L.A. e que diferia sensivelmente tanto das formas urbanas centralizadas anteriores como da suburbanização residencial tradicional. Várias expressões foram inventadas para descrever o novo fenômeno: "urbanização periférica," "*Outer (versus Inner) Cities*" "exópoles", "*edge cities*", "pós-suburbano" etc. Para Edward Soja, que usa as três primeiras expressões, a descentralização de Los Angeles ultrapassa a própria região e se torna "globalizada" (1996a: 435). Ele argumenta, assim, que as novas dinâmicas urbanas requerem perspectivas analíticas completamente novas. Elas deveriam, por exemplo, ser capazes de explicar o papel de L.A. como "o maior centro produtivo e influente do mundo para a manufatura e marketing de hiper-realidade" (1996a: 435). Esse papel especializado da região se traduziria numa abrangente criação de parques temáticos e "*scamscape*".[39]

Entre as muitas características da urbanização periférica de L.A. que a separam do urbanismo industrial tradicional, uma particularmente importante é a ausência de um meio urbano densamente construído. Mesmo nos distritos centrais de L.A., que se desenvolveram basicamente de acordo com projetos modernistas, não há um tecido urbano denso cujos sólidos pudessem gerar espaços capazes de emoldurar o público e promover uma vida significativa de pedestres na rua. As ruas são largas e vazias e os carros circulam rapidamente. Caminhar é algo desencorajado e as massas urbanas não se congregam. A circulação no espaço público é sempre mediada pelo automóvel — geralmente individual e particular, já que o transporte público é limitado e certamente não é uma alternativa real para a maioria da população. A primazia do automóvel constrói ruas como espaços de circulação modernistas voltados para as máquinas, e, portanto, espaços para motoristas, não para pedestres. As ruas típicas na região de Los Angeles obviamente não são ruas-corredores: elas são geralmente largas, podem ter altos limites de velocidade, seus alinhamentos são truncadas por amplos espaços vazios e jardins, e, quando têm calçadas, estas são vazias. Esse é o tipo de rua criado por instrumentos modernistas em que o público é o que sobra. Como resultado,

> a cidade é vivenciada como uma passagem através do espaço, com restrições estabelecidas pela velocidade e pelo movimento, e não pela condição estática dos sólidos, dos prédios que definem a experiência do pedestre nas cidades tradicionais. A indiferença resultante privatiza ainda mais a experiência, desvaloriza o domínio público e, devido ao tempo gasto em viagens, contribui para o isolamento. (Weinstein 1996: 35)

[39] As noções de Soja de hiper-realidade e simulacro, assim como as descrições de parques temáticos e *scamscapes*, estão especialmente desenvolvidas em sua análise de Orange County. Ver Soja (1992 e 1996b: cap. 8).

Mesmo onde as ruas-corredores provêem uma moldura, como no centro, a vida na rua é limitada: as atividades das pessoas ficam contidas nos prédios de escritórios e nas passagens subterrâneas e passarelas que conectam os prédios às lojas, restaurantes e hotéis. Em outras palavras, muitas funções da rua foram transferidas para espaços mais controlados e privatizados, e a separação entre o universo da riqueza e dos negócios e o da pobreza e dos *homeless* é imensa.[40]

Evidentemente, Los Angeles ainda tem áreas abertas e não-privatizadas de uso público relativamente intenso e que podem congregar uma massa considerável de pessoas. Entretanto, essas áreas parecem ser principalmente de dois tipos não-modernos. Um são os espaços cada vez mais segregados e socialmente homogêneos e em que pessoas de um único grupo social circulam (sejam os parques latinos, sejam as áreas de lojas de luxo de Beverly Hills, por exemplo). Esses espaços não favorecem encontros heterogêneos anônimos. Outro são espaços especializados, principalmente para lazer e consumo, transformados em um tipo de parque temático, como a Promenade em Santa Monica ou o calçadão da praia de Venice. Estes constituem a categoria mais significativa de espaços que ainda permitem encontros anônimos e heterogêneos, e portanto pode-se indagar o que acontece à experiência urbana de encontrar o outro quando ela se torna algo extraordinário — ou seja, algo feito somente nos fins de semana e em espaços especiais — e não mais uma questão de rotina diária.

A maior parte da vida pública de L.A. acontece em espaços segregados, especializados e fechados, como shoppings, condomínios fechados, centros de entretenimento e parques temáticos de todos os tipos, em cuja criação Los Angeles foi pioneira.[41] Todos eles são espaços privatizados, administrados por empresas ou associações de proprietários cujos interesses conflitam com as administrações públicas. Além disso, como mostra David (1990: cap. 3), essas administrações privadas podem envolver-se em várias estratégias do tipo NIMBY (*Not In My Back Yard*) para "proteger seu investimento", conseguindo a aprovação de todos os tipos de legislação segregacionista para garantir a exclusividade de seus enclaves. Esses enclaves, geralmente para os mais ricos, existem em relação aos espaços deixados para a população mais pobre — os parques e ruas ocupados pelos *homeless*, os bairros pobres e habitados por vários grupos étnicos no centro, os territórios das gangues e os acampamentos de migrantes.[42] Em outras palavras, os ricos, os pobres e os in-

[40] A criação de um labirinto de caminhos subterrâneos e passarelas ligando edifícios do centro existe em várias cidades, como Atlanta, Minneapolis-Saint Paul e Toronto. Ver Boddy (1992) para uma análise das "cidades-análogas" formadas por essas passagens e o tipo de "*apartheid* espacial" que elas criam. Ver Rutheiser (1996) para uma análise do remodelamento do centro de Atlanta. Sobre a reprodução da desigualdade no centro de Los Angeles, ver Davis (1990).

[41] Sorkin (1992) fornece uma interessante coleção de estudos sobre diferentes tipos de parques temáticos e espaços de elite em várias cidades. Ver também Zukin (1991: capítulo 8).

[42] Argumentando contra o que chama de "narrativa de perda" do espaço público, Margaret Crawford (1995) alega que os moradores de Los Angeles estão continuamente refazendo o espaço público. Ela não acha que os espaços vazios impedem a sociabilidade e apresenta como exem-

tegrantes de diferentes grupos étnicos não se encontram em espaços comuns na Los Angeles contemporânea.

Los Angeles exemplifica a nova forma urbana de uma maneira muito mais explícita que São Paulo, onde o antigo urbanismo orientado para o centro ainda oferec, um cenário para encontros anônimos e heterogêneos. Em L.A., as ruas são mais vazias e os novos tipos de espaços descentralizados produzem zonas de *apartheid* para diferentes grupos sociais O pós-subúrbio como um tipo de forma urbana não tem nada a ver com fronteiras "abertas e indeterminadas"; não tem nada a ver com a criação de espaços para a vitalidade do público heterogêneo. Os espaços pós-suburbanos têm a ver com delimitações e separações claras, fronteiras rígidas e encontros policiados e previsíveis. Los Angeles não é só fragmentada, ela é constituída por enclaves. Seu padrão pós-suburbano criou uma região metropolitana que é mais desigual e mais segregada que a maioria das cidades americanas. A separação é garantida mais por instrumentos de projeto modernista do que pelos muros, mas, apesar de estes serem mais sutis que os de São Paulo, eles geram o que Soja chama de "cidade carcerária" e que Davis rotula como "fortaleza L.A." (Soja 1996a: 448-50, Davis 1990: cap.4).

Comparada à de São Paulo, a fortificação de Los Angeles é branda. Onde bairros como o Morumbi usam muros altos, cercas de ferro e vigilantes armados, o West Side de Los Angeles usa principalmente alarmes eletrônicos e pequenos sinais anunciando "Resposta Armada". Enquanto a elite de São Paulo claramente se apropria de espaços públicos — fechando ruas públicas com correntes e outros obstáculos físicos e instalando guardas privados armados para controlar a circulação — a elite de L.A. ainda mostra algum respeito pelas vias públicas. No entanto, comunidades cercadas por muros que se apropriam de ruas públicas estão proliferando, e pode-se perguntar se o padrão mais discreto de separação e vigilância de Los Angeles não se relaciona em parte ao fato de que os pobres já vivem longe do West Side, enquanto no Morumbi eles vivem do outro lado da rua. Além disso, a polícia de Los Angeles — apesar de considerada uma das mais parciais e violentas dos Estados Unidos — ainda parece ser efetiva e não-violenta se comparada à de São Paulo.

Dois analistas de Los Angeles captaram as transformações no caráter de seu espaço construído e de sua vida pública de maneiras opostas e significativas. Charles Jencks defende o novo urbanismo e a necessidade de segregar espaços. Em contraste, Mike Davis enxerga na nova configuração "o fim do espaço público". Discordo de ambos, ainda que apóie muitos aspectos da análise de Davis.

Charles Jencks analisa as tendências recentes da arquitetura de Los Angeles em relação a um diagnóstico da configuração social da cidade. Para ele, o principal problema de L.A. é sua heterogeneidade, que inevitavelmente gera conflitos

---

plo de uso alternativo ou mesmo subversivo do espaço público em L. A. os vendedores ambulantes (que se apropriam de calçadas, esquinas e estacionamentos) e os sem-teto. Embora esses exemplos sejam obviamente de usos do espaço público, eles não são exemplos de usos heterogêneos, mas de segregação e exclusão. Os espaços usados pelos vendedores ambulantes e os sem-teto são espaços restantes, os únicos que os grupos mais marginalizados — aqueles excluídos das áreas prestigiadas e muradas — ainda podem apropriar.

étnicos crônicos e explica episódios como a rebelião de 1992 (1993: 88). Como ele considera essa heterogeneidade constitutiva da realidade de L.A., e como seu diagnóstico da situação econômica é pessimista, ele prevê que a tensão étnica irá aumentar, o ambiente se tornará mais defensivo e as pessoas vão lançar mão de meios de proteção cada vez mais diversificados e mesquinhos. Jencks vê a adoção de tecnologias de segurança como inevitável e como uma questão de realismo. Além disso, ele discute como essa necessidade está sendo transformada em arte por estilos que metamorfoseiam o material agressivo necessário para a segurança em "sinais ambíguos de beleza inventiva e 'não entre'" (1993: 89) e que projetam fachadas com os fundos para a rua a fim de camuflar o conteúdo das casas. Para ele, a resposta ao conflito étnico é: "arquitetura defensiva e realismo para com a rebelião" (1993: 89); esse realismo repousa nos arquitetos olharem para "o lado negro da divisão, do conflito e da decadência, e representarem algumas verdades indesejáveis" (1993: 91). Entre essas "verdades" está a afirmação de que a heterogeneidade e o conflito estão aqui para ficar, de que as promessas do *melting pot* não podem mais ser cumpridas. Nesse contexto, as fronteiras têm que ser tanto mais claras como mais fortemente defendidas.

> Arquitetonicamente [Los Angeles] terá de aprender as lições de estética e en-formalidade de Gehry: como transformar necessidades desagradáveis como as cercas de alambrados em sinais divertidos e ambíguos de bem-vindo/não entre, beleza/espaço defensivo (...)
>
> A arquitetura defensiva, embora lamentável como tática social, também protege os direitos dos indivíduos e grupos ameaçados. (Jencks 1993: 93)

Jencks identifica a heterogeneidade étnica como a razão para os conflitos sociais de Los Angeles e vê a separação como uma solução. Seus argumentos fazem lembrar uma forma de raciocínio que Balibar (1991: 22-3), seguindo P. A. Taguieff, chama de racismo diferencialista. É um tipo de argumento que naturaliza não o pertencimento racial, mas a cultura e a conduta racista. Esse argumento considera que, já que as diferenças étnicas e culturais são insuperáveis, a tentativa de aboli-las geraria agressão e conflitos interétnicos. Como resultado, prossegue o argumento, para evitar o conflito as pessoas precisam "respeitar os 'limiares de tolerância', manter as 'distâncias culturais' ou, em outras palavras, de acordo com o postulado de que os indivíduos são os herdeiros e portadores de uma única cultura, segregar coletividades" (Balibar 1991: 22-3). O que Jencks propõe e admira na intervenção de alguns arquitetos e planejadores no meio urbano de L.A. é o desenvolvimento de uma estética de separação e de um espaço construído que impede encontros não programados e heterogêneos. É óbvio que ele não está interessado em alimentar nenhum dos ideais do público moderno, mas exatamente seu oposto.

Mas a arquitetura defensiva de Los Angeles também tem seus críticos, e o mais famoso deles é Mike Davis. Para Davis (1990, 1991, 1993), a desigualdade social e a segregação espacial são características centrais de Los Angeles, e sua expressão "Fortaleza L.A." se refere ao tipo de espaço que está sendo criado na cidade.

> Bem-vindos à Los Angeles pós-liberal, onde a defesa de estilos de vida de luxo traduz-se em uma proliferação de novas repressões ao espaço e ao movimento, fortalecidas pelos ubíquos sinais de 'resposta armada'. Essa obsessão pelos sistemas de segurança físicos e, colateralmente, pelo policiamento arquitetônico das fronteiras sociais tornou-se um *zeitgeist* da reestruturação urbana, uma narrativa dominante no espaço construído emergente dos anos 90. (...) Vivemos em 'cidades-fortalezas' brutalmente divididas entre as 'celas fortificadas' da sociedade rica e os 'lugares do terror' onde a polícia combate os pobres criminalizados. (Davis 1990; 223-4)

Mike Davis atribui a Los Angeles cada vez mais segregada e privatizada a um plano da elite pós-liberal (ou seja, republicanos da era Reagan-Bush), e reitera esse tema em sua análise da rebelião de 1992.(Davis 1993). Para ele, a Los Angeles contemporânea representa uma "nova guerra de classes ao nível do espaço construído" e demonstra que a "forma urbana está de fato seguindo uma função repressiva na esteira política da era Reagan-Bush. Los Angeles, em seu modo prefigurativo, oferece um catálogo especialmente inquietante das ligações emergentes entre a arquitetura e o estado policial americano" (Davis 1990: 228).

O texto de Davis é marcado por uma indignação sustentada por uma riqueza de evidências. No entanto, ele às vezes comprime processos sociais complexos em um cenário simplificado de guerra, que suas próprias descrições desmentem. A coincidência da segregação atual de São Paulo com a democratização política recomenda ceticismo em afirmar uma correspondência direta entre intenções políticas e transformações urbanas. Mas apesar dessa limitação, Davis elabora uma crítica notável da segregação espacial e social, e associa a configuração urbana emergente aos temas cruciais da desigualdade social e opções políticas. Para ele, não há nada inevitável em relação à "arquitetura-fortaleza", e ela tem conseqüências profundas na maneira pela qual o espaço público e as interações públicas são moldados.

Tanto em São Paulo como em Los Angeles, o espaço público criado pelos enclaves e instrumentos de estilo "defensivo" alimenta a reprodução de desigualdades, isolamento e fragmentação.[43] Como ordens urbanas baseadas no enclausuramento e no policiamento de fronteiras, essas cidades negam os valores básicos do ideal moderno. Percebendo como o meio urbano contemporâneo de Los Angeles conflita com o público moderno, Davis o considera a "destruição do espaço público" (Davis 1990: cap. 4). Mas essa frase evita muitas questões. Estamos lidando com a destruição do espaço público em geral ou com a criação de outro tipo de espaço público, que não é democrático, que não tolera indeterminação e nega os ideais modernos de abertura, heterogeneidade e igualdade? Afinal, o tipo soviético de espaço modernista monumental em Moscou ou Varsóvia e o tipo modernista de Brasília ainda são públicos, apesar de não-modernos.[44] Da mesma maneira que a cidade industrial não inventou o espaço público mas apenas sua versão moderna, a atual destruição do espaço público moderno está levando não ao fim do espaço público, mas à criação de um outro tipo. Privatização, enclausuramento e instrumentos de distanciamento oferecem meios não só de se retirar e de se minar um certo espaço público (moderno), mas também de se criar uma outra esfera pública: uma esfera que é fragmentada, articulada e garantida com base em separação e toda uma parafernália técnica, e na qual a igualdade, a abertura e a acessibilidade não são valores básicos. Os novos espaços estruturam a vida pública em termos de desigualdades reais: as diferenças não devem ser descartadas, tomadas como irrelevantes, deixadas sem atenção ou disfarçadas a fim de sustentar ideologias de igualdade universal ou mitos de pluralismo cultural pacífico. O novo meio urbano impõe desigualdades e separações. É um espaço público não-democrático e não-moderno.

É claro que muitos daqueles que analisaram as novas características do urbanismo de Los Angeles, como Edward Soja (1996a e b) e Michael Dear (1996), simplesmente as chamariam de pós-modernas. No entanto, ao fazer isso, eles enfatizam certos aspectos da vida de L.A. como flexibilidade, sincretismo cultural, "heterodoxia social" e ausência de fronteiras que contradizem diretamente os aspectos que venho enfatizando. Apesar de esses aspectos também serem parte da vida pública de L.A., eles não são as principais características que servem para organizar o espaço construído. A noção de pós-moderno é geralmente associada a experiências de fluidez e ausência de fronteiras; o espaço urbano atual de L.A. é marcado por características opostas.[45]

São Paulo e Los Angeles provavelmente têm tantas diferenças quanto similaridades. Apesar disso, a justaposição dos dois casos é especialmente sugestiva. Suas similaridades sugerem que padrões de segregação e reestruturação urbana não podem ser entendidos apenas como respostas locais a processos locais. Diferentes cidades constituem seu meio urbano e seus espaços públicos em um amplo diálogo, usando instrumentos que são parte de um repertório comum. O modelo de cidade-jardim, a arquitetura e o planejamento modernistas, e agora os enclaves fortifica-

[43] Discordo do argumento de Sorkin (1992: xii-xiii) de que na "nova cidade recombinante" a ordem social não possa ser lida na forma urbana. Desigualdade e separação social são facilmente legíveis no novo meio urbano, embora elas sejam certamente expressas num vocabulário não-moderno.

[44] A idéia do "fim do espaço público" aparece em outros livros recentes, como, por exemplo, no subtítulo da coleção de ensaios organizada por Sorkin (1992). Dos autores representados nesse volume, Davis é o único que aborda o tema diretamente. No entanto, várias outras análises aludem implicitamente à transformação do espaço público, considerando o tipo de parque temático que estudam como "análogo", "substituto", "teatral" etc., ou seja, de alguma forma como espaços públicos falsos. Nessas análises há uma desistoricização do espaço público, na medida em que sua forma moderna aparece como espaço público em geral. Historicizar a noção de espaço público ajuda tanto a evitar a nostalgia quanto a entender as transformações atuais. Para uma discussão mais longa de *Variations on a Theme Park*, ver Caldeira (1994).

[45] Não entro aqui em discussões sobre arquitetura pós-moderna, da qual Los Angeles oferece numerosos exemplos. O foco da minha análise são as formas urbanas e não os estilos arquitetônicos, embora o espaço público de *apartheid* possa ser parcialmente moldado pelos edifícios do estilo arquitetônico pós-moderno.

dos, "pós-subúrbios" e parques temáticos são parte de um repertório do qual diferentes cidades ao redor do mundo estão tomando elementos. Em outras épocas, houve outros elementos nesse repertório, como a Lei das Índias, a rua-corredor e os bulevares haussmannianos. O uso de formas do repertório contemporâneo articula uma forte separação de grupos sociais, em um processo que transcende o espaço construído. O medo do crime e a produção de estereótipos de outros perigosos (os pobres, os migrantes etc.) são outras dimensões do mesmo processo. O intenso medo do crime do paulistano, as altas taxas de violência da cidade e seus altos muros podem nos falar sobre tendências semelhantes em Los Angeles, mesmo que sob formas mais brandas. Em São Paulo as tensões são mais altas do que em L.A. porque o gueto não está tão enclausurado, as desigualdades são maiores, a violência é mais ampla e o antigo urbanismo ainda mantém as massas nas ruas.

As diferenças entre as duas cidades, no entanto, indicam as histórias específicas e as escolhas de cada sociedade. Enquanto Los Angeles é uma região metropolitana que parece ter sempre favorecido a dispersão, a suburbanização e a privatização, São Paulo desenvolveu-se de acordo com um modelo europeu que valoriza o centro, onde as principais atividades econômicas e as residências das elites estavam concentradas. Quando a cidade se expandiu, os pobres foram mandados para longe, mas a elite permaneceu no centro. Apesar da importância de o centro ter sido um princípio organizador da cidade desde suas origens como uma vila colonial, o espaço urbano de São Paulo é composto de várias camadas de experimentos. Ele expandiu-se rapidamente e sem muita preocupação com a preservação histórica, como prova exemplarmente a Avenida Paulista e suas duas encarnações: uma de mansões para os barões do café e outra para as sedes modernistas de empresas. O espaço da cidade carrega vários tipos de inscrições: um centro velho com plano e edifícios de inspiração neoclássica; o projeto de estilo cidade-jardim para bairros da classe alta; algumas avenidas inspiradas em bulevares haussmannianos; inúmeros prédios modernistas; a arquitetura vernacular das casas autoconstruídas; a improvisação das favelas; e o desenho de inspiração pós-moderna dos enclaves fortificados contemporâneos. Alguns desses elementos deixaram uma forte marca no espaço urbana, pois foram capazes de ditar sua reestruturação. O impacto mais importante dos enclaves fortificados parece ser exatamente este: eles alteram o princípio de centralidade que sempre organizou o espaço da cidade. Depois da abertura rumo à periferia nos anos 40 (inspirada por Haussmann), o investimento atual nas *outer cities* e nos enclaves é provavelmente a mudança mais radical no espaço construído, mudança que inaugura um novo padrão de segregação. A justaposição com Los Angeles indica que os instrumentos gerando esse novo padrão em São Paulo não são exclusivamente locais, mas parte de um repertório mais amplo. Ela também sugere que estamos lidando não com uma mudança de estilo dos projetos, mas com uma mudança no caráter do espaço público. A nova forma urbana desafia o espaço público moderno e democrático.

Apesar de projetos políticos nem sempre poderem ser lidos diretamente no meio urbano, especialmente devido a seu multifacetamento, os instrumentos disponíveis no meio urbano estão relacionados a diferentes projetos políticos. Usá-los, no entanto, pode não significar necessariamente atingir o objetivo pretendido. De fato,

o autoritário Haussmann criou espaços democráticos em Paris (Clark 1984) e os modernistas socialistas criaram espaços vazios não-democráticos em Brasília e em muitos outros lugares do mundo (Holston 1989). De que modo forma urbana e processos políticos coincidem em cidades com São Paulo e Los Angeles, e de que modo eles divergem? Que processos democráticos podem estar se contrapondo às transformações urbanas e vice-versa? Se as desigualdades sociais parecem organizar o meio urbano em vez de serem postas de lado pela tolerância às diferenças e por fronteiras indeterminadas, que tipo de modelo podemos adotar para o público? A democracia ainda é possível nessa nova cidade de muros? Que tipo de comunidade política corresponderá à nova esfera pública fragmentada em que os interesses são expressos privadamente — por associações de proprietários, por exemplo — e na qual se torna difícil defender o bem comum?

Espaço Público Contraditório

Apesar de suas especificidades, São Paulo e Los Angeles são hoje mais socialmente desiguais e mais dispersas do que costumavam ser, e muitas das mudanças nos seus espaços urbanos estão causando separação entre grupos sociais, que estão cada vez mais confinados a enclaves homogêneos. Privatização e fronteiras rígidas (tanto materiais como simbólicas) fragmentam continuamente o que costumavam ser espaços mais abertos, e servem para manter os grupos separados.

No entanto, a experiência do espaço urbano não é a única experiência dos moradores dessas cidades, e certamente não é sua única experiência seja de diferença social seja de democracia. Uma das características de Los Angeles repetidamente enfatizada por seus analistas é seu multiculturalismo, a presença de um número expressivo de diferentes grupos étnicos mudando a feição de uma cidade outrora predominantemente branca (anglo). Essas são as características destacadas por aqueles que, como Soja e Dear, vêem o urbanismo pós-moderno de uma perspectiva positiva, em vez de enfatizar seus aspectos mais negativos, como Davis tende a fazer. Soja (1996a), por exemplo, fala sobre um novo sincretismo cultural (latino, asiático), fusão cultural e a construção de coalizões. Há também a fala sobre o hibridismo e as culturas de fronteira. Alguns mencionam a importância dos meios de comunicação de massa e das novas formas de comunicação eletrônica e seu papel em borrar fronteiras e encurtar distâncias, não apenas em L.A., mas em todo lugar. Em São Paulo, a oposição aos impulsos segregacionistas e antidemocráticos do espaço urbano vem em parte também da mídia, mas principalmente de outras fontes: do processo de democratização, da proliferação de movimentos sociais e da expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e de várias minorias.

Tanto em São Paulo como em Los Angeles, portanto, podemos detectar processos sociais opostos: alguns promovendo tolerância à diferença e à flexibilização de fronteiras e alguns promovendo segregação, desigualdade e policiamento de fronteiras. Na verdade, temos nessas cidades uma democracia política com muros urbanos; procedimentos democráticos usados para promover segregação, como nos movimentos NIMBY; e multiculturalismo e formações sincréticas com zonas de

apartheid promovidas por enclaves segregados. Esses processos opostos não estão desconectados mas sim tensamente ligados. Eles expressam as tendências contraditórias que caracterizam as duas sociedades. Ambas estão passando por transformações significativas. Ambas foram modificadas pela abertura e flexibilização de fronteiras (migração e reestruturação econômica em Los Angeles, e democratização, crise econômica e reestruturação em São Paulo). Se olharmos por um momento para outras cidades ao redor do mundo onde os enclaves estão aumentando, vemos que algumas estão passando por processos parecidos de transformação e democratização profundos (Johannesburgo e Buenos Aires, por exemplo). A desestabilização de fronteiras é perturbadora, especialmente para a elite. O seu movimento de construir muros é, portanto, compreensível. O problema é que as conseqüências da fragmentação, da privatização e dos muros são severas. Uma vez que os muros são construídos, eles alteram a vida pública. As mudanças que estamos vendo no espaço urbano são fundamentalmente não-democráticas. O que está sendo reproduzido no espaço urbano é segregação e intolerância. O espaço dessas cidades é a principal arena na qual essas tendências antidemocráticas são articuladas.

Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles de grupos sociais diferentes como concidadãos, com direitos equivalentes apesar de suas diferenças. No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem no tipo de regime político nem das intenções daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. As novas morfologias urbanas do medo dão formas novas à desigualdade, mantêm os grupos separados e inscrevem uma nova sociabilidade que contradiz os ideais do público moderno e suas liberdades democráticas. Quando o acesso a certas áreas é negado a algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências a ideais de abertura, igualdade e liberdade como princípios organizadores da vida social não são mais possíveis, mesmo como ficção. As conseqüências da nova separação e restrição na vida pública são sérias: ao contrário do que pensa Jencks (1993), a arquitetura e o planejamento defensivos promovem o conflito em vez de evitá-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns. Na verdade, podemos argumentar que a rebelião de Los Angeles foi causada pela segregação social, não pela falta de separação e de defesas.[46]

Se as experiências de separação expressas no meio urbano se tornarem hegemônicas em suas sociedades, elas se distanciarão da democracia. No entanto, dada a disjunção entre os diferentes tipos de experiências em cidades como Los Angeles e São Paulo, há também a esperança de que o contrário possa acontecer: que as experiências de borrar fronteiras e de democratização acabem se estendendo ao espaço urbano.

---

[46] Soja, por exemplo, interpreta os distúrbios de 1992 como o primeiro movimento de resistência ao pós-modernismo e ao pós-fordismo conservadores (1996a: 459).

106